



Revista Pindorama

O Serviço Social em Destaque

Nº 1 | Dezembro 2020

ISSN 2763-5007

**Questões
Contemporâneas
no Serviço Social**

R E V I S T A
PINDORAMA
O Serviço Social em Destaque

**Programa de Educação Tutorial em Serviço Social
Curso de Graduação em Serviço Social
Universidade Federal de Santa Catarina**

A *Revista Pindorama: O Serviço Social em Destaque* é editada pelo Programa de Educação Tutorial em Serviço Social (PET|SSO) vinculado ao Departamento de Serviço Social (DSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Insere-se na área de conhecimento do Serviço Social e se propõe a publicar artigos científicos, relatos de experiências e resenhas de autoria de estudantes do Curso de Graduação em Serviço Social da UFSC, podendo ser orientados por docentes. É uma revista digital, de periodicidade anual, de natureza acadêmica e científica, e de acesso livre. Busca contribuir e incentivar a produção de manuscritos técnico-científicos por parte de estudantes da graduação, contribuir com a qualidade acadêmica de suas produções, assim como valorizar o corpo discente, os núcleos e projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no DSS, produções dos campos de estágio, dos trabalhos de conclusão de curso, iniciação científica e demais espaços acadêmicos do curso. Destaca-se o papel educacional e formativo da Revista para a própria comissão editorial composta por estudantes bolsistas do PET|SSO supervisionados pela professora tutora, mas também para discentes e docentes do curso, assim como para pareceristas deste periódico científico, muitos deles alunos ou egressos do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) do Departamento de Serviço Social (DSS) da UFSC. A *Revista Pindorama: O Serviço Social em Destaque* tem o objetivo de publicar produções científicas atuais e relevantes, relacionadas à área do Serviço Social, abrangendo temáticas das ciências sociais aplicadas e ciências humanas, e temas relacionados a políticas sociais e seguridade social, mundo do trabalho, questão social, Estado, cidadania, democracia, bem como temas interdisciplinares. A proposta de criação de uma revista científica voltada a estudantes da graduação surgiu ao final do ano de 2018, a partir da construção do Planejamento Anual de atividades do PET|SSO para 2019, por incentivo da professora tutora. Nesse sentido, formou-se uma Comissão Editorial constituída pela professora tutora e por bolsistas do Grupo PET|SSO para pensar e construir a proposta. No ano de 2019 foi realizada a estruturação do projeto e da política editorial. O projeto foi cadastrado no Sistema Integrado de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa e de Extensão (SIGPEX) da UFSC e aprovado no âmbito do colegiado do DSS. Em 2020, iniciou-se a estruturação do processo editorial de chamada e avaliação de manuscritos para o lançamento do primeiro número e de criação dos sistemas e site para gerenciamento do processo editorial. O nome da Revista foi pensado como forma de valorizar os povos originários do país, sua cultura, formas de vida e resistência histórica, vinculando-se ao horizonte ético-político do Serviço Social de defesa da nossa história e das populações historicamente marginalizadas e subalternizadas. Neste sentido, a Revista foi batizada com a palavra Pindorama, que significa terra ou país das palmeiras na língua tupi, e é como os povos indígenas tupis-guaranis chamavam as terras onde viviam antes da chegada dos colonizadores. A identidade visual da Revista também foi pensada de modo a representar o pensamento decolonial e de valorização aos povos originários na América Latina, e neste sentido, utilizou-se a simbologia do mapa do continente latinoamericano de ponta-cabeça.

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Ubaldo Cesar Balthazar – Reitor
Alacoque Lorenzini Erdmann – Vice-Reitora

Centro Socioeconômico – CSE

Irineu Manoel de Souza – Diretor
Maria Denize Henrique Casagrande – Vice Diretora

Departamento de Serviço Social – DSS

Carla Rosane Bressan – Chefe
Keli Regina dal Prá – Subchefe

Curso de Graduação em Serviço Social

Rúbia dos Santos Ronzoni – Coordenadora
Andréa Márcia Santiago Lohmeyer Fuchs – Vice Coordenadora

Programa de Educação Tutorial em Serviço Social - PET|SSO

Mariana Pfeifer Machado - Tutora
Ana Cecilia de Araujo Teixeira – Petiana Bolsista
Beatriz Antunes da Rosa – Petiana Bolsista
Cláudia Burgos da Silva – Petiana Bolsista
Gisela Júlia Moraes Willwock – Petiana Bolsista
Joyce Santos – Petiana Bolsista
Márcio dos Santos Siqueira – Petiano Voluntário
Mariene Rocha da Silva – Petiana Bolsista
Milton Felipe Pinheiro – Petiano Bolsista
Mislaine Ingre Gonçalves Victorino – Petiana Bolsista
Sara Lopes dos Santos – Petiana Bolsista

Revista Pindorama: O Serviço Social em Destaque

E-mail: revistapindorama@contato.ufsc.br
Website: <https://revistapindorama.paginas.ufsc.br>
Endereço:
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Socioeconômico - Bloco D, Sala 001
Campus Universitário – Trindade 88045-000
Florianópolis – SC – Brasil

Periodicidade: Anual

Idiomas: Português e Espanhal

ISSN 2763-5007

Apoio:



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Comissão Editorial

Ana Cecília de Araujo
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Cláudia Burgos da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Mariana Pfeifer Machado
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Márcio dos Santos Siqueira
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Milton Felipe Pinheiro
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Mislaine Ingre Gonçalves Victorino
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Conselho Editorial Científico

Adriana Lucinda de Oliveira
Universidade Federal do Paraná, Matinhos, PR, Brasil

Andréa Márcia Santiago Lohmeyer Fuchs
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Cleide Gessele
Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC, Brasil

Heloisa Teles
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Mailiz Garibotti Lusa
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Maria Regina de Avila Moreira
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Samira Safadi Bastos
Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

Ranieri Carli de Oliveira
Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, RJ, Brasil

Rodrigo Teixeira
Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, RJ, Brasil

Silvana Marta Tumelero
Universidade Federal do Paraná, Matinhos, PR, Brasil

Editora-Chefe

Mariana Pfeifer Machado

Vice-Editor Chefe

Márcio dos Santos Siqueira

Editora Técnica

Cláudia Burgos da Silva

Projeto Gráfico

Cláudia Burgos da Silva
Mariana Pfeifer Machado

Editoração Eletrônica

Mariana Pfeifer Machado

Avaliadores em 2020

Débora Ruviano
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Eliane Fransiei Muller
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Fernanda Rosa do Nascimento
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Flávia de Brito Souza Garcia
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Heloísa Teles
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Jéssica Felski Sokalski
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Lizandra Vaz Salvadori
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Pâmela Barreto Correa
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Patricia Fraga
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Rodrigo Faria Pereira
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Sabrina Aparecida da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Silvana Marta Tumelero
Universidade Federal do Paraná, Matinhos, PR, Brasil

Vanessa Dorada Mikosk
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Formatação e Revisão da Normalização

Amanda Maria de Oliveira
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Anna Karoliny dos Santos Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Gabrielle Soares Paiva
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Lucas Pereira Gil Bento
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Tradução

Dayane Lima Viana
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Israel de Jesus Lima Barbosa
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Moisés Carlos Bahiense Bernadino
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina

Revista Pindorama [recurso eletrônico] : o Serviço Social em destaque /
Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Graduação em Serviço
Social, Programa de Educação Tutorial em Serviço Social. – v. 1, n. 1
(dez. 2020)– . – Dados eletrônicos. – Florianópolis : Programa de
Educação Tutorial em Serviço Social, 2020– .
v. : il., gráf., tab.

Anual.

URL:<https://revistapindorama.paginas.ufsc.br/>

ISSN: 2763-5007

1. Serviço Social – Periódicos. I. Universidade Federal de Santa Catarina.
Curso de Graduação em Serviço Social. Programa de Educação Tutorial em
Serviço Social.

CDU: 36

Sumário

Editorial	10
<i>Hélder Boska de Moraes Sarmiento</i>	
Artigos	
O ENSINO DO INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO E SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	15
<i>Marina Silveira Porto Nathalia Coppini Maria Luíza Adelino Monterio</i>	
PRODUÇÕES TEÓRICAS SOBRE ESTÁGIO E SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL	23
<i>Geovana Spohr Orientadora Marisa Camargo</i>	
A QUESTÃO DE MORADIA NA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	37
<i>Fabiana de Souza Vieira</i>	
ECA, SINASE E O ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO BRASIL	47
<i>Eduarda Ávila Flor</i>	
O MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA NOS PROCESSOS DE ADOÇÃO EM FLORIANÓPOLIS	57
<i>Juliana Santiago Ramos Orientadora Fabiana Luíza Negri</i>	
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: Políticas públicas e os desafios profissionais para o Assistente Social	69
<i>Juliana Vasques Lordelo Camila Schiarolli Yara Lazarin Martins Orientadora Sirlândia Schappo</i>	
RACISMO: Protagonista nas relações humanas desde a colonização europeia na América Latina	82
<i>Gisela Júlia Moraes Willwock Maria Catarine Gonçalves da Rosa Gabriele Rigo</i>	
O SERVIÇO SOCIAL E A DIMENSÃO ÉTNICO-RACIAL	91
<i>Jadh Beatriz de Jesus Silva Orientador Edmilson Rampazzo Klen</i>	

A QUESTÃO SOCIAL NA SUA EXPRESSÃO CONCRETA DA LUTA DE CLASSES	100
<i>Eduarda Salla Marcelino Orientadora Heloisa Teles</i>	

Relatos de Experiência

ÀQUELAS QUE VIERAM E QUE VIRÃO: ENESSO em meio à pandemia da Covid-19	113
<i>Giulia Valentina Giacomolli Gisler Larissa de Souza</i>	
A IMPORTÂNCIA DA MONITORIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL: Um relato de experiência	123
<i>Ana Larissa Pavesi Orientadora Mariana Pfeifer Machado</i>	
É NA LUTA QUE A GENTE SE ENCONTRA: Atuação do Coletivo Negro Magali Da Silva Almeida no contexto da pandemia da Covid 19	133
<i>Joyce Santos Vanessa Zoraide Domingos</i>	
ATENDIMENTO AO IMIGRANTE EM SANTA CATARINA: A experiência de estágio em Serviço Social no Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante (CRAI)	142
<i>Laura Ricardo Marchese</i>	

Índice

Editorial	10
<i>Hélder Boska de Moraes Sarmiento</i>	
Artículos	
ENSEÑANZA DEL INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO Y SU IMPORTANCIA EN LA FORMACIÓN PROFESIONAL	15
<i>Marina Silveira Porto Nathalia Coppini Maria Luiza Adelino Monterio</i>	
PRODUCCIONES TEÓRICAS SOBRE PASANTÍAS Y SUPERVISIÓN DE ETAPA EN TRABAJO SOCIAL	23
<i>Geovana Spohr Supervisora Marisa Camargo</i>	
EL TEMA DE LA VIVIENDA EN LA FUNDACIÓN ESTATAL UNIVERSIDAD DE SANTA CATARINA	37
<i>Fabiana de Souza Vieira</i>	
ECA, SYNASE Y SERVICIO SOCIOEDUCATIVO EN BRASIL	47
<i>Eduarda Ávila Flor</i>	
EL MEJOR INTERÉS DEL NIÑO EN PROCESOS DE ADOPCIÓN EN FLORIANÓPOLIS	57
<i>Juliana Santiago Ramos Supervisora Fabiana Luiza Negri</i>	
SITUACIÓN CALLEJERA POBLACIÓN: Políticas públicas y desafíos profesionales para la trabajadora social	69
<i>Juliana Vasques Lordelo Camila Schiarolli Yara Lazarin Martins Supervisora Sirlândia Schappo</i>	
RACISMO: Protagonista de las relaciones humanas desde la colonización europea en América Latina	82
<i>Gisela Júlia Moraes Willwock Maria Catarine Gonçalves da Rosa Gabriele Rigo</i>	
SERVICIO SOCIAL Y DIMENSIÓN ÉTNICO-RACIAL	91
<i>Jadh Beatriz de Jesus Silva Supervisor Edmilson Rampazzo Klen</i>	

EL ASUNTO SOCIAL EN SU EXPRESIÓN CONCRETA DE LA LUCHA DE CLASES 100
*Eduarda Salla Marcelino
Supervisora / Heloisa Teles*

Relatos de experiencia

A LOS QUE HAN VENIDO Y VENDRÁN: ENCESS en medio de la pandemia del Covid-19: 113
*Giulia Valentina Giacomolli Gisler
Larissa de Souza*

**LA IMPORTANCIA DEL SEGUIMIENTO EN EL PROCESO DE FORMACIÓN PROFESIONAL:
un informe de experiencia** 123
*Ana Larissa Pavesi
Supervisora / Mariana Pfeifer Machado*

**ES EN LA LUCHA QUE LA GENTE SE ENCUENTRA:
Performance Negro Colectivo Magali da Silva Almeida en el contexto de
la pandemia de Covid 19** 133
*Joyce Santos
Vanessa Zoraide Domingos*

**SERVICIO DE INMIGRANTES EN SANTA CATARINA:
La experiencia de pasantía en Trabajo Social en el Centro de Referencia de
Atención a Inmigrantes (CRAI)** 142
Laura Ricardo Marchese

Editorial

Nestes tempos de pandemia, em que já convivemos com o coronavírus (SARS-CoV-2) por um ano, nossas ideias, emoções, relações e práticas não estão mais fundadas na certeza, há muitas dúvidas, contradições e subversões que se manifestam cotidianamente. Não podemos desconsiderar este fato que ainda altera nossas vidas.

Feito o registro e sem buscar a fonte exata, me recordo que a expressão “Pindorama” remete às palmeiras, especificamente os buritis, de onde os nativos retiravam tudo, folhas, frutos, fibras e bebidas para as festas e rituais. Inclusive o espaço entre estas palmeiras era um local de reunir, fazer roda, fogueira, rever memórias e tomar decisões, cantar a vida enraizada nesta terra. Este enraizamento dos povos nativos daqui, possui um sentido ainda difícil de ser compreendido (e muitas vezes rejeitado) atualmente, de uma comunhão original (origem) entre a natureza e as suas criaturas.

Lembro e registro que os nativos da África forçados a virem pelo tráfico escravo, também estabeleciam uma relação radical com as forças naturais da sua terra sagrada e ancestralidade onde espírito e natureza se compunham na linguagem e denominações das folhas, águas, animais, enfim, da vida, também cantada em tambores ao redor de fogueiras para a guerra ou a paz.

Com armaduras e bandeiras, onde abundância confundiu-se com ganância, naturalidade convertida em luxúria e cosmologia com heresia e moralismo, fundiu-se uma nova terra, reconstruída sob as bases da escravidão e colonialismo que se enraizaram em diversas camadas de nossa formação sócio-histórica hoje expressadas pela desigualdade, violência e obscurantismo.

Sem o romantismo de um paraíso tropical, ou um conservadorismo de prender-se à magia do passado, o presente clama por igualdade, justiça e liberdade que têm sua fonte nos povos nativos que aqui estavam ou foram trazidos, expressados em culturas coletivas e solidárias.

Por isto tudo, reafirmo a necessária posição que o Programa de Educação Tutorial (PET) traz em sua formulação enquanto potencializador de uma formação crítica e experiência política ao buscar articulação entre ensino, pesquisa e extensão, permitindo pensar e agir por dentro da formação profissional.

E é por dentro desta caminhada que o PET apresenta a inspiradora lembrança de Pindorama, agora em revista acadêmica, no sentido originário dos povos nativos, que trazem a substância de sua terra (natureza) com a força de seu espírito (antepassados), revendo sua história, mas reescrevendo, literalmente, uma outra baseada no sentido coletivo de movimento e luta pela vida, superadora das mazelas do colonialismo, escravismo e obscurantismo.

A Revista Pindorama, tem o sentido de agregar forças, democratizar ações, repensar os recursos (intelectuais e políticos), proteger o meio ambiente e, por que não, enquanto sujeitos, transformar e emancipar, mesmo que nos limites de seus buritis, a substância moral de sua própria comunidade acadêmica, para romper com os silêncios que nos assombram e persistem em nossa formação.

Este primeiro número da Revista Pindorama potencializa este resgate e direção, recupera o conhecimento que foi aqui coletivamente produzido, instiga sua sistematização e socializa sua aprendizagem para que seja uma nova expressão de ensino, ainda que de esperança!

E faz isto como? Em sua forma agrega artigos temáticos e relatos de experiência. Se o primeiro implica abstração e reflexão sobre os fundamentos do que construímos ou precisamos ainda construir, o segundo é expressão do que estamos de fato realizando, são nossas ações, a composição de ambos agrega o conteúdo. Assim, forma e conteúdo articulam-se em movimento, não exato, contraditório, mas potencializador de novas reflexões e ações.

Assim o faz, logo no primeiro artigo “o ensino do instrumental técnico-operativo e sua importância na formação profissional” ao transitar por questões técnicas sobre o ensino do instrumental técnico no curso de Serviço Social da UFSC, remetendo a crítica não apenas das disciplinas, mas, ao núcleo de fundamentos do trabalho profissional e sua posição/concepção dentro do curso.

Não menos incômodo, o segundo artigo “as produções teóricas sobre estágio e supervisão de estágio em serviço social”, retoma o estudo sobre estágio e supervisão, mas, olhando para nós mesmos, isto é, analisa a produção da Revista *Katálysis* sobre esta temática, minuciosamente o que representa esta produção.

O terceiro artigo “a questão de moradia na Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina” é a sistematização da experiência de estágio supervisionado em Serviço Social não obrigatório e sua relação com a permanência estudantil e a questão da moradia, ou melhor, como a ineficácia do auxílio-moradia impacta na permanência dos estudantes na universidade e a relevância da profissão estar conectada a esta luta, quando na assistência estudantil.

Os dois artigos seguintes, abordam a histórica e negligenciada problemática acerca dos direitos das crianças e adolescentes em nosso país. O artigo “ECA, SINASE e o atendimento socioeducativo no Brasil” realiza revisão bibliográfica sobre aspectos históricos do atendimento a criança e ao adolescente e as contraditórias mudanças com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e definição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Faz isto chamando atenção não apenas para política nacional, mas, também, para a necessária e contínua capacitação dos profissionais.

O outro artigo “o melhor interesse da criança nos processos de adoção em Florianópolis” é fruto de pesquisa qualitativa sobre o conceito de melhor interesse de crianças e adolescentes nos processos de adoção e sua apreensão e aplicabilidade pelos profissionais que atuam nesses processos, registrando que assistentes sociais e psicólogos, mesmo orientados pelo ECA, ainda não valorizam e reconhecem a condição de sujeitos de direitos em desenvolvimento em seus requisitos técnicos.

Esta problemática acerca das crianças e adolescentes não se reduz ao universo doméstico e institucional, mas, estende-se às ruas e, por estarem nelas expostas, as diferentes formas de violência persistem na vida adulta, para muitas, acompanham sua trajetória por gerações individuais e familiares. É preciso compreender esta complexa desigualdade enraizada em nossa terra, hoje, reconhecida como pauta das lutas no campo das políticas públicas acerca da População em Situação de Rua. Portanto, não é uma questão menor de nossa civilização, é isto que o artigo “população em situação de rua: políticas públicas e os desafios profissionais para o assistente social” vai tratar, ao falar de invisibilidade, preconceitos e obstáculos no acesso aos direitos sociais e políticas públicas e seu agravamento com a Covid-19, daí a necessidade de discutir a intersetorialidade, assim como os desafios e possibilidades de intervenção do assistente social em uma conjuntura adversa a cidadania. Afirma ao final que ainda é preciso reconhecer as condições de vida desta população em situação de rua, suas necessidades e demandas e, instrumentalizar-nos para o exercício profissional.

A nossa história Pindorama, aqui brevemente ilustrada, indica que o racismo, a dimensão étnico-racial, a questão racial e a luta de classes, fazem parte de sua formação, mesmo que invisibilizada ou explicitamente negada. É o convite a reflexão que os três últimos artigos temáticos nos fazem abrir os olhos e a mente, para uma ação urgente e consequente.

Destes artigos “Racismo: protagonista nas relações humanas desde a colonização europeia na América Latina” recupera por meio de leitura bibliográfica aspectos históricos do colonialismo e sua estrutura escravocrata, repercutindo no capitalismo dependente brasileiro até o racismo estrutural e seus desdobramentos como a superexploração, desemprego, criminalidade e a diferença salarial. Com destaque para as diferentes formas de luta e resistência que se constituíram ao longo da história e persistem até hoje.

O artigo “o serviço social e a dimensão étnico-racial” aponta a premência de “racializar” as análises, ações e intervenções no cotidiano profissional, pois a raça é um marcador de desigualdade social, ou seja, para construir uma visão de totalidade sobre a questão social é fundante compreender as questões étnico-raciais. Isto é explicitado ao abordar o racismo como sistema de poder; o genocídio da população negra, principalmente jovem; o encarceramento em massa da população negra; a pobreza monetária, desocupação e trabalho informal; a iniquidade étnico-racial em saúde. A explicitação desta condição desigual da população negra na sociedade brasileira tem implicações diretas sobre o trabalho profissional do Serviço Social, na exata proporção que é esta, uma demandatária direta de suas ações. Como responder a isto sem sua compreensão crítica, inclusive na formação profissional?

Estas questões, já sinalizadas, retornam com uma abordagem um pouco mais abrangente no artigo “a questão social na sua expressão concreta da luta de classes” e faz isto ao abordar a condição de dependência e subdesenvolvimento que caracterizam o Brasil. Isto permite compreender a relação desigual estruturada e reproduzida entre os países do centro e da periferia capitalista e que se inscreveram na estrutura brasileira, produzindo e reproduzindo efeitos que moldam a condição econômica, política, cultural e social. Porém, história marcada por particularidades e como isto se expressa na luta de classes, com destaque para as principais lutas travadas no período do escravismo.

A este conjunto de artigos temáticos é acrescido outro, são os relatos de experiências, que agregam força em refletir criticamente e agir politicamente neste contexto atual, particularmente no âmbito da formação profissional em Serviço Social.

O movimento estudantil do Serviço Social se faz presente “àquelas que vieram e que virão: Enesso em meio à pandemia da Covid-19” registrando as perspectivas e desafios que estão postos diante da pandemia e seus impactos na educação e na vida dos estudantes, organização e luta nestes tempos de pandemia.

Em seguida, um artigo que trata de tema nem sempre valorizado nos debates da área “a importância da monitoria no processo de formação profissional: um relato de experiência”. Este relato discute o significado e as repercussões desta atividade no processo de aprendizagem, não apenas como apoio pedagógico, mas contribuindo para o aprofundamento teórico e prático do Serviço Social. Principalmente diante do acirramento das disparidades e desigualdades já existentes e que foram ainda mais acentuadas pelos impactos econômicos da pandemia, especialmente para a população pobre, preta e periférica. O que levou a ressaltar a significância da monitoria no ensino remoto, qualificando sua importância na ótica estudantil, para os professores e, lógico, para o monitor(a).

Diante destes desafios já indicados teórica e politicamente “é na luta que a gente se encontra:

atuação coletivo negro Magali da Silva Almeida no contexto da pandemia da covid 19” vai além de apontar os desafios vivenciados durante o contexto pandêmico causado pelo vírus SARS-CoV-2 (Covid-19). É a expressão da luta e organização para socialização do debate racial nas plataformas digitais, reafirmando o combate ao racismo e ao fortalecimento da luta antirracista, manifestando que “mesmo quando a estrutura social e institucional se planeja para nos excluir, nós resistimos!”

Por último, mas, não menos importante, a questão do atendimento ao imigrante. Porém, cabe um dado atual, pouco divulgado, e aparentemente distante, segundo a Agência da ONU para refugiados (ACNUR/ONU) estima-se uma população de 79,5 milhões de pessoas forçadas a se deslocar ao redor do mundo, 45,7 milhões destas são pessoas deslocadas dentro de seus próprios países, 26 milhões estão na condição de refugiadas e, 40% delas são crianças, ou seja, mais de 10 milhões nesta faixa etária. Considerando esta multidão de refugiados e imigrantes, seja quantitativamente ou do ponto de vista da completa ausência de condições de vida em seus locais de origem, vale a leitura sobre o “atendimento ao imigrante em Santa Catarina: a experiência de estágio em serviço social no centro de referência de atendimento ao imigrante (CRAI)”. É reconhecido o quanto o Brasil manteve-se como destino da imigração, mesmo que em alguns momentos tenha-se cogitado o fechamento de suas fronteiras como em muitos países europeus abdicando de sua condição humanitária. Isto para reafirmar que a temática migratória se faz cada vez mais presente no cotidiano profissional do Serviço Social. Desde o conhecimento dos fluxos migratórios atuais no Brasil e no estado de Santa Catarina e da legislação migratória aos desafios e reflexões referentes ao processo de estágio vivenciado neste campo, especialmente, o reconhecimento e articulação com a sociedade civil na luta por melhores condições de atendimento e integração desta população a sociedade brasileira.

Feita esta instigante leitura e redescobrimo o concreto desta realidade, retornamos à Pindorama, não apenas com um olhar ao passado, mas como reconhecimento de uma história sobre nós mesmos, resistências e lutas ainda presentes. Portanto, mais que um nome e uma revista, cabe lembrar que o PET coloca em revista nossa história, identificando e nominando os sujeitos e as lutas que travam. Como naqueles círculos ao redor do fogo, quando os nativos, movimentando forças coletivas e solidárias narravam seus feitos, hoje, Pindorama deseja outra narrativa e quer uma identidade, aquela que ainda não temos, a do reconhecimento por igualdade, justiça e liberdade.

Florianópolis, dezembro de 2020.

Hélder Boska de Moraes Sarmiento

Graduado em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: hboska@yahoo.com.br

Nota pessoal: Nestes tempos, em que me sinto rasgado pelo distanciamento social, cortado pela saudade dos estudantes, obrigado! Por tão significativo convite, uma leve brisa, inspiração, que me trouxe tão próximo desta vida intensa e pulsante, que é o PET.

Artigos

Artículos

O ENSINO DO INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO E SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Marina Silveira Porto

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina Estagiária na Diretoria de Proteção Social Básica, Secretaria Municipal de Assistência Social de São José. E-mail: marinasilveiraporto@yahoo.com.br

Nathalia Coppini

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq. E-mail: nathicoppini@gmail.com

Maria Luiza Adelino Monteiro

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: malu.monteiro288@gmail.com

O ENSINO DO INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO E SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Resumo: A abordagem do ensino do instrumental técnico-operativo fundamenta a formação profissional de um assistente social. Nesse sentido, o ambiente de ensino-aprendizagem do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), objeto de análise, é o espaço da graduação onde se realizam os primeiros contatos com a instrumentalidade técnica profissional. O artigo objetiva a compreensão do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, a sua importância na formação profissional e o ensino-aprendizagem deste instrumental no currículo do supracitado curso. Para tal, realizou-se uma pesquisa qualitativo-teórica mediante análise da formação profissional e do currículo do curso no ensino do instrumental técnico-operativo. O presente artigo está estruturado em dois tópicos de desenvolvimento sobre o tema e as considerações finais. A partir da pesquisa foi possível identificar lacunas no ensino-aprendizagem das discussões acerca do instrumental técnico-operativo no curso de Serviço Social da UFSC.

Palavras-chaves: Serviço Social. Formação Profissional. Instrumental. Técnico-operativo.

ENSEÑANZA DEL INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO Y SU IMPORTANCIA EN LA FORMACIÓN PROFESIONAL

Resumen: La enseñanza del instrumental técnico operativo fundamenta la formación profesional de un trabajador social. En ese sentido, el ambiente de enseñanza-aprendizaje en la carrera de Trabajo Social, objeto de análisis, es el ambiente de la carrera donde se realizan los primeros contactos con la instrumentalidad técnica profesional. Con objetivo de comprender y analizar el instrumental técnico operativo del Trabajo Social, su importancia en la formación profesional y la enseñanza-aprendizaje de este instrumental en el mapa curricular de la carrera de Trabajo Social de la UFSC. Investigación cualitativa-teórica mediante análisis de la formación profesional y del mapa curricular de la carrera en la enseñanza del instrumental técnico operativo. El presente artículo está estructurado en dos asuntos de desarrollo sobre el tema y las consideraciones finales. A partir de la investigación ha sido posible identificar carencias en la enseñanza-aprendizaje de las discusiones sobre el instrumental técnico operativo en la carrera de Trabajo Social de la UFSC.

Palabras claves: Trabajo Social. Formación Profesional. Instrumental. Técnico operativo.

INTRODUÇÃO

Desde a sua gênese no país, o Serviço Social esteve interligado a uma relação intrínseca ao capitalismo e aos interesses da Igreja Católica, visto que a profissão se estabeleceu no bojo da Igreja

Católica. Muito embora os rumos da profissão tenham se dirigido a vertentes e correntes ideológicas diversas durante seu processo de consolidação, o objeto de atuação permaneceu quase inalterado, ou seja, o Serviço Social, enquanto profissão, lida fundamentalmente com as expressões da Questão Social (BAPTISTA, 2010, p. 18).

No entanto, existem várias reflexões acerca das vivências da profissão que, sobretudo, são definidas pela demanda da população e o impacto político na vida das pessoas. Dessa maneira, os assistentes sociais têm viabilizado a prestação direta de serviços sociais, através do contato direto com os usuários no repasse de bens e serviços pertinentes às diversas políticas sociais (TRINDADE, 2013, p.73).

A intervenção profissional com foco de atuação na realidade social das pessoas requer uma ação instrumentalizada e assertiva, garantindo a informação correta aos usuários, bem como a viabilização do acesso a direitos através dos programas de políticas sociais (CFESS, 2011, p. 31). Nesse sentido, socializaremos discussões fomentadas na disciplina de Instrumentalidades e Competências Profissionais/2019.1, na perspectiva da graduação em Serviço Social e as reflexões quanto à atuação profissional, com o intuito de compreender a condição do ensino da instrumentalidade técnica aos estudantes em referência ao atendimento aos usuários e a intervenção social no objeto. Partimos do ambiente de aprendizagem, no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, onde são ofertados os primeiros contatos com a instrumentalidade técnica da profissão, e do ambiente de estágio supervisionado onde existe uma aproximação ainda maior com sua aplicação.

O INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO DO SERVIÇO SOCIAL E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A formação e a qualificação profissional são processos de apropriação teórica e técnica que contribuem para uma atuação competente que supra as exigências estabelecidas, no caso do assistente social, tanto do empregador quanto do usuário. A competência, nesse sentido, refere-se à dimensão subjetiva, bem como a utilização de uma inteligência prática para a construção das ações (SOUZA, AZEREDO, 2004, p. 52) e como parte dessa construção, entendemos que o ensino na graduação se constitui como principal referência na apreensão de conteúdos, e conseqüentemente na competência profissional.

Uma atuação profissional voltada diretamente ao atendimento e acompanhamento pessoal e familiar exige do profissional, além do conhecimento teórico e intelectual, um manejo técnico e instrumental. Entende-se que o instrumento seria “o que” e a técnica seria o “como”, “por que” e “para que”. O instrumento dirige e potencializa a ação, “é sempre orientado por um determinado conhecimento, uma teoria social, ou seja, é sempre utilizado intencionalmente.” (SILVA, MOURA, 2016 Apud SARMENTO, 1994, p. 245) e as técnicas baseiam-se em um:

[...] conjunto de atos que se realizam criticamente, numa relação dialética com os homens e o mundo. Pressupondo, portanto, que os homens coloquem-se em contato crítico com a realidade, com a intimidade da realidade, com a razão de ser de cada situação (SILVA, MOURA, 2016 Apud SARMENTO, 1994, p. 246).

O instrumental técnico-operativo é essencial para a execução de uma ação profissional

planejada e bem fundamentada, é utilizado para a efetivação do conhecimento a respeito da realidade e das expressões da Questão Social, para planejar, avaliar e qualificar a atuação profissional. “Os instrumentos e técnicas possuem uma relação quase que direta com a prática, portanto, exigem um conhecimento procedimental, apesar de não dispensar o conhecimento teórico” (SANTOS, 2004, p. 235).

O atendimento ao usuário é o ponto de partida para o desenvolvimento dessas ações e, nele, se constitui a primeira intervenção. De acordo com Sarmento (2013), a observação, entrevista, reunião, visita domiciliar, documentos (como: relatórios, pareceres e laudos) são alguns dos principais instrumentos utilizados historicamente pelo Serviço Social. Complementar, de acordo com Trindade (2004), a técnica, é a habilidade de utilizar um instrumento, e no âmbito das atividades de reprodução das relações sociais, como é o caso do Serviço Social, ela não possui em si capacidade imanente de alcançar certos resultados, mas é mobilizada pelas finalidades postas pelo profissional para intervir nas demandas da realidade, portanto, a técnica social não é neutra.

Dessa maneira, compreende-se que a técnica é política, e é ela que dará base ao uso direcionado, conforme o projeto ético-político e societário da profissão, aos instrumentos, o que torna o ensino do instrumental técnico de suma importância para a formação profissional. O ensino do uso e aplicação do instrumental técnico nas universidades é de extrema relevância ao objetivar uma atuação assertiva na prática profissional.

ENSINO-APRENDIZAGEM DO INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO NO CURRÍCULO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSC

O atual currículo do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) decorre do Projeto Pedagógico do curso de 2013, fruto da atualização do Projeto Pedagógico de 1999, que passou por um processo de revisão, em conjunto com docentes e discentes, desde 2008 (UFSC, 2013, p.11). O currículo é desenhado sob as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social, regulamentada pelo MEC, nº 15, de 13 de março de 2002.

Tal resolução organiza os conteúdos curriculares em três Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, são eles:

Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social;

Núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais;

Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado (CNE. Resolução CNE/CES 15/2002).

Na tabela a seguir é possível observar as disciplinas que são ofertadas como obrigatórias do curso e em destaque a que envolve o núcleo de fundamentos do trabalho profissional na formação

acadêmica.

Tabela 1 – Fases, disciplinas, carga horária e pré-requisitos do curso Serviço Social na UFSC

Fase	Códigos	Disciplinas Obrigatórias	Carga Horária	Pré-requisito (P) Codependência (CD)	Turma
1. ^a	HST 7105	Formação Sócio Histórica do Brasil	72		02
	SPO 7104	Introdução à Teoria Sociológica	72		02
	DSS 7107	Introdução ao Conhecimento Científico e Serviço Social	72		02
	DSS 7101	Serviço Social e Realidade Social I	72		02
	DSS 7103	Oficina Introdução à Vida Acadêmica	72		02
2. ^a	DSS 7102	Serviço Social e Realidade Social II	72	DSS 7101	02
	DSS 7150	Psicologia Social	72		02
	DSS 5236	Ciência Política	72		02
	DSS 7104	Oficina Serviço Social e Produção Textual	72		02
3. ^a	DSS 7110	FHTM SS I	72	DSS 7101	02
	DSS 7120	Serviço Social, Direito e Cidadania	72		02
	DSS 7114	Classes Sociais e Movimentos Sociais	72		02
	ANT 7100	Antropologia Social I	72		02
	DSS 7113	Serviço Social e Economia Política	72		02
4. ^a	DSS 7111	FHTM SS II	72	DSS 7110	02
	FIL 7100	Introdução à Ética	72		02
	DSS 7121	Política Social	72	DSS 7120	02
	DSS 7115	Método Crítico Dialético	72	DSS 7113	02
	DSS 7105	Oficina de Preparação ao Estágio	72	DSS 7110	02
5. ^a	DSS 7112	FHTM SS III	72	DSS 7111	02
	DSS 7117	Ética Profissional do Serviço Social	72	FIL 7100	02
	DSS 7118	Instrumentalidade e Competências Profissionais em Serviço Social	72	FHTM SS II	02
	DSS 7122	Serviço Social e Previdência Social	72	DSS 7121	02
6. ^a		Optativa I	72		01
	DSS 7123	Serviço Social e Assistência Social	72	DSS 7121	02
	DSS 7125	Pesquisa em Serviço Social I	72		02
	DSS 7131	Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório I	72	Todas até a 5 fase e CD com DSS 7141	04
	DSS 7141	Estágio Supervisionado em Serviço Social Obrigatório I	216	Todas até a 5 fase e CD com DSS 7131	-
7. ^a		Optativa II	72		01
	DSS 7126	Pesquisa em Serviço Social II	72	DSS 7125	02
	DSS 7127	Gestão e Planejamento em Serviço Social I	72	DSS 7121	02
	DSS 7124	Serviço Social e Saúde	72	DSS 7121	02
	DSS 7132	Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório II	72	DSS 7131 e CD DSS 7142	04
8. ^a	DSS 7142	Estágio Supervisionado em Serviço Social Obrigatório II	216	DSS 7141 e CD DSS 7132	-
	DSS 7128	Gestão e Planejamento em Serviço Social II	72	DSS 7127	02
	DSS 7133	Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório III	72	DSS 7132 e CD DSS 7133	04
	DSS 7143	Estágio Supervisionado em Serviço Social Obrigatório III	180	DSS 7132 e DSS 7126	-
	DSS 7151	Trabalho de Conclusão de Curso I	36		02
9. ^a		Optativa III	72		01
	DSS 7153	Serviço Social e Desafios Contemporâneos	72	DSS 7151	02
	DSS 7152	Trabalho de Conclusão de Curso II	108	DSS 7151	-
		Optativa IV	72		01
		Subtotal Carga Horária	3492	80	
		Atividades Complementares	108		
		Total	3600		

Fonte: UFSC, 2013, p. 42

Existem três núcleos, segundo Santos (2005) de fundamentação que instrumentalizam o Assistente Social para as possibilidades de intervenção profissional, sendo o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional, sendo este último considerado central nas Diretrizes Curriculares por estar atrelado ao conhecimento procedimental. Sendo assim, o curso de Serviço Social deve ser baseado no ensino destes três núcleos principais,

os componentes curriculares matérias, disciplinas, atividades complementares e atividades indispensáveis integradoras do currículo devem ser originados desses núcleos, ou seja, toda a proposta curricular encontra-se estruturada a partir desses núcleos temáticos (SANTOS, 2005, p. 7).

De acordo com Trindade (2004), os instrumentos e técnicas utilizados pelos Assistentes Sociais constituem o instrumental técnico-operativo do Serviço Social. O ensino acerca desse instrumental, por sua vez, é responsável por abordar os procedimentos fundamentais para operacionalizar uma intervenção, bem como os modos de agir e a construção operacional do fazer profissional.

Neste sentido, Santos (2005) considera imprescindível conceder maior relevância às estratégias, táticas e técnicas instrumentalizadoras da ação profissional, de modo que tais estratégias e técnicas de intervenção devem ser discutidas a partir de quatro questões fundamentais: o quê, por quê, como e para que fazer. Nesta perspectiva, o núcleo de fundamentos do trabalho profissional deve estar inserido em todas as disciplinas no decorrer do curso.

O ensino do instrumental técnico-operativo no curso de Serviço Social da UFSC é questionado por ser conteúdo do núcleo de fundamentos do trabalho profissional, sendo destinada apenas uma disciplina obrigatória específica¹, que é “Instrumentalidade e Competências Profissionais em Serviço Social”, ofertada na metade do curso e no mesmo período em que alguns alunos iniciam sua experiência em Estágio Supervisionado Não Obrigatório I.

Os núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social e de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira são explorados satisfatoriamente nas primeiras fases do curso de graduação em Serviço Social da UFSC, tanto no que se refere à apreensão da realidade social quanto na compreensão do significado social da profissão. Além disto, tais disciplinas abordam de certa forma as estratégias e técnicas de intervenção, visto que exploram muito o “por que fazer” e o “para quê e quem fazer”.

Sabe-se que o ensino da prática é transversal na formação do/a assistente social (SANTOS, PINI, 2013) e que os núcleos e dimensões do exercício profissional não são categorias separadas, mas entrelaçadas, quer dizer, é um equívoco pensar a dimensão teórico-metodológica sem um direcionamento ético-político e uma aplicabilidade técnico-operativa, assim, separá-los é também esvaziá-los.

Na perspectiva da transversalidade, algumas disciplinas da graduação aproximam o/a estudante do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, com trabalhos de simulações,

1 Até a quinta fase do curso, período vivenciado pelas autoras no ano de 2019 e período demarcado para análise neste artigo. A partir da sexta fase, por exemplo, iniciam as disciplinas de Pesquisa em Serviço Social I e II, Gestão e Planejamento em Serviço Social I e II, e o Estágio Supervisionado Obrigatório I, II e III, conteúdos também inclusos no terceiro núcleo.

realização de atendimentos com casos fictícios, atividades que conectam a documentos produzidos pelos assistentes sociais (pareceres sociais, diários de campo etc.). Assim, os docentes possibilitam ao/a estudante, que de forma empírica, se familiarize com o cotidiano, instrumentais e experiências profissionais. Entretanto, essas atividades são formas que alguns docentes encontram de lecionar os conteúdos, portanto podem ou não ocorrer e, ainda assim, quando ocorrem, não é dentro do debate da Instrumentalidade.

As disciplinas de “Oficina Serviço Social e Produção Textual” e “Oficina de Preparação ao Estágio” foram elencadas como o primeiro contato mais objetivo com os instrumentos do Serviço Social, possibilitando ao/a estudante o exercício da escrita, tal como a elaboração do diário de campo, que é classificado como um instrumento de extrema importância para os/as profissionais, seja para fins de documentação, estudo do caso, relatório, e apreensão da realidade do/a usuário/a; ou na apresentação de quais instrumentos fazem parte do cotidiano do Serviço Social, como a visita domiciliar, entrevista, observação, acolhimento entre outros.

Objetivamente, há duas disciplinas no curso de Serviço Social da UFSC que abordam o conteúdo de forma específica, são elas: “Instrumentalidade e Competências Profissionais em Serviço Social” e “Tópicos Especiais e Serviço Social – Instrumentos e Técnicas em Serviço Social”. A disciplina de “Instrumentalidade e Competências Profissionais em Serviço Social” é disciplina obrigatória da quinta fase e cursada ao mesmo tempo em que alguns estudantes iniciam nos campos de estágio em modalidade não obrigatória. Ela prevê em seu objetivo geral, como consta no plano de ensino, o desenvolvimento ao/a estudante de uma “leitura crítica e habilidades para apropriação das competências e do instrumental-técnico construídos pelo Serviço Social a partir de seus fundamentos teórico-metodológicos”². A disciplina “Tópicos especiais e Serviço Social – Instrumentos e Técnicas em Serviço Social” é optativa do curso, por isso nem sempre é ofertada. Ela tem como objetivo geral, exposto no plano de ensino, o mesmo que o mencionado na disciplina anterior.

Sabe-se, entretanto, que a instrumentalidade, por sua vez, não se refere somente “ao conjunto de instrumentos e técnicas [...], mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico” (GUERRA, 2000, p. 1). Capacidade essa que é adquirida ao longo da formação profissional e que não se esgota nela. Nesse sentido, “na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade (GUERRA, 2000, p. 2).

Não há um manual ou cartilha de como utilizar determinado instrumento, mas deve ser dialogado sob o ponto de vista ético, sem realizar ações que reforcem o caráter fiscalizatório presente nas origens da profissão, a fim do/a estudante futuramente não interiorizar acriticamente as demandas institucionais e realizar o que Guerra (2000) denomina de ações instrumentais, que “cujo parâmetro de competência é a eficácia segundo a racionalidade burguesa [...], são ações pragmáticas, imediatistas, que visam eficácia e eficiência a despeito dos valores e princípios.” (GUERRA, 2000, p. 9-10).

“Os instrumentos e técnicas possuem uma relação direta com a prática, portanto, exigem um conhecimento procedimental, apesar de não dispensar o conhecimento teórico.” (SANTOS, 2004, p. 235). Portanto, é importante introduzir o aprendizado e a aproximação com os instrumentos e as

2 Plano de Ensino da Disciplina “Instrumentalidade e Competências Profissionais em Serviço Social”, do currículo do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

técnicas em todas as fases do curso sem, entretanto, esquecer-se da articulação entre as dimensões e entre os núcleos, como já mencionado, a fim de não correr o risco de cair na prática conservadora e tecnicista tão presente nas origens do Serviço Social, onde se exigia um modo de ser e agir profissional que servia ao interesse dominante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer deste artigo, as autoras socializaram discussões fomentadas na disciplina de Instrumentalidades e Competências Profissionais/2019.1, na perspectiva de graduandas em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina, além de reflexões quanto à atuação profissional, para, então, a partir do ambiente de aprendizagem, compreender a condição do ensino da instrumentalidade técnica aos estudantes em referência ao atendimento a usuários e a intervenção social no objeto.

A atuação profissional do assistente social exige conhecimento teórico, político e intelectual, além de domínio sobre o instrumental e o técnico, para melhor atender e acompanhar os usuários. Diante disso, faz-se necessária uma formação profissional crítica com o ensino e aprendizagem do instrumental técnico-operativo do Serviço Social perpassando todo o curso, antes mesmo do estudante ser inserido em campo de estágio.

O ensino-aprendizagem do instrumental técnico-operativo no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina se mostra insuficiente diante do exposto, sendo necessária uma ampla exploração deste tema durante todo o curso e não apenas nas disciplinas citadas. O estudante inicia no campo de estágio com poucas ideias do que realmente é o instrumental técnico-operativo do Serviço Social.

Nessa perspectiva, compreende-se que deve partir maior interesse de aplicação de disciplinas que atendam o núcleo de fundamentos do trabalho com um teor mais teórico-práticas, por parte do corpo docente, como também o interesse dos estudantes, no sentido de compreender o porquê, para que e a serviço de quem (que, como já mencionado, é muito bem abordado durante o curso); mas também “o que” e o “como”, de modo que os discentes assimilem o que é um parecer social, como iniciar sua elaboração, como não transformá-lo em um artigo acadêmico, mas, ao mesmo tempo, mantendo uma linguagem técnica profissional.

As observações levantadas no decorrer deste artigo chamam a atenção para este debate acerca do ensino da prática e do instrumental técnico-operativo, que mesmo dentro da profissão é pouco debatido e com pouco material construído sobre, de forma que torna-se importante este levantamento como suporte para a discussão do ensino do núcleo do fundamento de trabalho, visto que é necessário construir um conhecimento entre pares, com erros e acertos, pois é no espaço da sala de aula em que se pode permitir o erro.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, M. V. Prática Social/Prática Profissional: a natureza complexa das relações profissionais cotidianas. In: BAPTISTA, M. V.; BATTINI, O. *A Prática Profissional do Assistente Social*. São Paulo, Veras/CNPq, 2010, p. 13-27.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012.

CNE. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior (Brasil). *Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002*. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 33.

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade no trabalho do assistente social*. Brasília, CFESS, ABEPSSCEAD-UNB, 2000, p. 1-16.

SANTOS, C. M. dos. Instrumentos e Técnicas: intenções e tensões na formação profissional do assistente social. *Libertas*, Juiz de Fora, v.4 e 5, n. especial, p. 220 – 246, jan-dez / 2004, jan-dez / 2005.

SANTOS, C. M. PINI, F. A transversalidade do ensino da prática na formação profissional do assistente social e o Projeto ABEPSS itinerante. *Temporalis*, Brasília,, n. 25, jan./jun. 2013.

SARMENTO, H. B. de M. Instrumental técnico e o Serviço Social, é preciso continuar o debate! *Revista Conexão Geraes*, Belo Horizonte, v. 1, p. 19-24, 07 nov. 2013.

SILVA, M. S. da. MOURA, R. R. de. Considerações sobre a visita domiciliar: instrumento técnico-operativo do Serviço Social. In: LAVORATTI, C. COSTA, D. *Instrumentais técnico-operativos no Serviço Social: Um debate necessário*. Ponta Grossa: Editora Estúdio Texto, 2016.

SOUZA, R. B. AZEREDO, V. G. O Assistente Social e a Ação Competente: a dinâmica cotidiana. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 80. São Paulo, Cortez, 2004, p. 48-58.

TRINDADE, R. L. P. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: SANTOS, C. M. dos; BACKX, S.; GUERRA, Y. *A Dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. 2.ed. Juiz de Fora, CAPES/Editora UFJF, 2013, p. 69-102.

TRINDADE, R. L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre as demandas sociais e projetos profissionais. *Revista Temporalis*, 2. ed., Ano 2, n. 4 (jul/dez., 2001) Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Curso Graduação Serviço Social. *Projeto pedagógico do curso de graduação em serviço social*. Aprovado em 27 de fevereiro de 2013 pelo Colegiado do Departamento de Serviço Social, UFSC. Florianópolis: DSS/UFSC, 2013.

PRODUÇÕES TEÓRICAS SOBRE ESTÁGIO E SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

Geovana Spohr

Graduada do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do Projeto de Extensão: Departamento de Serviço Social e Campos de Estágio: fortalecimento da relação político-pedagógica e interinstitucional. E-mail: geovanaspohr@gmail.com

Marisa Camargo / Orientadora

Graduada em Serviço Social pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Residência Integrada em Saúde em Atenção Básica em Saúde Coletiva pelo Centro de Saúde-Escola Murialdo e Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: marisa.camargo@ufsc.br

PRODUÇÕES TEÓRICAS SOBRE ESTÁGIO E SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

Resumo: A presente pesquisa objetivou mapear as produções teóricas sobre estágio e supervisão de estágio em Serviço Social publicadas na Revista *Katálysis*, entre os anos 2008 e 2020. O mapeamento iniciou através da busca por palavras-chave referentes à temática nas produções teóricas, para a análise das informações encontradas optou-se pela análise de conteúdo temática, orientada por um roteiro com questões pré-definidas. Dentre os resultados, reafirmou-se a importância do estágio e da supervisão para os/as envolvidos(as), identificou-se que os processos estão acompanhados de desafios atrelados à conjuntura neoliberal, com o desmonte de políticas sociais e a precarização das condições de trabalho. Por fim, demonstrou a necessidade de ampliação dos estudos e publicações de produções teóricas sobre a temática e do fortalecimento da articulação entre os/as profissionais, estudantes e sociedade para resistir ao contexto social, político e econômico.

Palavras-chave: Estágio supervisionado. Supervisão de estágio. Serviço Social

PRODUCCIONES TEÓRICAS SOBRE PASANTÍA Y SUPERVISIÓN DE PASANTÍAS EN TRABAJO SOCIAL

Resumen: Esta investigación tuvo como objetivo mapear las producciones teóricas sobre “prácticas profesionales” y “supervisión de prácticas profesionales en Trabajo Social” publicadas en la Revista *Katálysis*, entre los años 2008 y 2020. El mapeo se inició con la búsqueda de palabras clave relacionadas con el tema en producciones teóricas, por las análisis de la información encontrada se eligió mediante análisis de contenido temático, guiado por un guión con preguntas predefinidas. Entre los resultados se reafirmó la importancia de la práctica profesional y supervisión para los involucrados, se identificó que los procesos están acompañados de desafíos vinculados a la coyuntura neoliberal, con el desmantelamiento de políticas sociales y condiciones laborales precarias. Finalmente, demostró la necesidad de ampliar los estudios y publicaciones de producciones teóricas sobre el tema y fortalecer la articulación entre profesionales, estudiantes y sociedad para resistir el contexto social, político y económico.

Palabras clave: Prácticas supervisadas. Supervisión de prácticas. Trabajo social.

INTRODUÇÃO

Nos cursos de graduação em Serviço Social no Brasil, o estágio é uma atividade curricular obrigatória. Consiste na inserção do(a) estudante em espaço sócio-ocupacional do(a) assistente social e exige supervisão sistemática de supervisor(a) de campo e supervisor(a) acadêmico(a), ou seja, trata-se de um processo acompanhado por um(a) profissional no campo de estágio e um

professor(a) vinculado à universidade. A supervisão de estágios consiste em atribuição privativa do(a) assistente social, conforme Lei nº 8.662 de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993) e é “[...] elemento integrante do projeto de formação profissional, que deverá ser expressão deste, comportar suas orientações teóricas e direção social, pois faz parte dele de modo intrínseco.” (LEWGOY, 2010, p. 121).

O estágio supervisionado curricular obrigatório está vinculado ao projeto ético-político profissional, ao Código de Ética Profissional (1993), à Lei de Regulamentação da Profissão (1993), à Resolução nº. 533 (2008) do Conselho Federal de Serviço Social, ancorando-se às Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996). Cumpre mencionar que os elementos desse aparato jurídico, político e profissional precisam ser compreendidos não somente na perspectiva prescritiva, mas de sua dimensão teórica, ética e política (LEWGOY, 2010).

Assim, o estágio supervisionado é considerado um momento privilegiado na formação profissional do(a) assistente social, pois, permite que o/a estudante tenha novas vivências e aprendizados sobre a profissão, sobretudo a respeito do cotidiano profissional e do objeto de trabalho, além de contribuir no processo de articulação teórico-prática e da aquisição de experiências profissionais. Esse momento da graduação também permite ao/à estudante entender como se materializam e articulam as políticas públicas, como por exemplo, a assistência social, saúde, previdência, educação, etc.

Tendo em vista a importância do estágio na formação profissional do(a) assistente social, a presente pesquisa teve por objetivo mapear as produções teóricas publicadas na Revista *Katálysis* sobre os temas: estágio e supervisão de estágio em Serviço Social, no período de 2008 a 2020³. A seguir, apresentam-se os procedimentos metodológicos da pesquisa, justificando a escolha do recorte de tempo, do periódico e da metodologia para mapeamento e análise das produções teóricas. Em seguida, serão trazidos os principais resultados e discussões da análise das produções teóricas. Por fim, tecem-se as considerações finais retomando a síntese dos elementos que se destacaram no processo de pesquisa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O recorte temporal escolhido pelas pesquisadoras para mapeamento das produções teóricas publicadas na Revista *Katálysis*, sobre os temas estágio e supervisão de estágio em Serviço Social, foi o de 2008 a 2020. O ano inicial coincide com o de aprovação da Lei nº. 11.788 (BRASIL, 2008) que regulamenta o estágio em nível nacional, e o ano final trata-se do mais recente temporalmente e também o de elaboração deste artigo.

A escolha da Revista *Katálysis*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) do Departamento de Serviço Social (DSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), se deu pelo reconhecimento da sua importância acadêmica no âmbito do Serviço Social, sendo a mesma classificada como A1 na área de Serviços Sociais, A2 em Ciências Ambientais e Interdisciplinar, B1 em Ciências Sociais Aplicadas I, Educação, Planejamento Urbano e Regional/Demografia, Psicologia, Sociologia e B2 em Economia, Filosofia/Teologia, História,

³ Disponíveis até o momento de realização da coleta de dados, no mês de março de 2020.

Saúde Coletiva no Sistema de Avaliação e Qualificação Capes. Além disso, desde seu surgimento, em 1997, a Revista é comprometida com a publicação de produções teóricas que atingem um vasto e rigoroso campo teórico no meio acadêmico.

No período de 2008 a 2020, localizou-se 411 produções teóricas na Revista *Katálysis*, dentre elas artigos científicos, pesquisas teóricas, pesquisas aplicadas, ensaios, relatos de experiência, resenhas de livro, etc. Entre os anos 2008 e 2015, a Revista publicou edições semestrais e, a partir de 2016, passou a publicar trimestralmente. A organização das publicações se dá por volumes e números, sendo que o volume corresponde ao ano da publicação e os números são delimitados por tema específico. Todas as edições apresentam espaço temático e espaço tema livre para publicação, comportando vasto campo de estudos.

A metodologia utilizada para o mapeamento dos artigos referentes à temática escolhida – 1ª etapa de coleta da pesquisa –, se deu pela escolha das palavras-chave a) estágio e b) supervisão de estágio em Serviço Social e a localização destas no corpo do texto de cada produção publicada na Revista *Katálysis* entre os anos 2008-2020. Para tanto, utilizou-se a ferramenta de busca da própria página do navegador *online* (acionada pelo atalho CTRL+F do teclado). Tal busca resultou na seleção de 22 produções teóricas, sendo elas:

Quadro 1 – Produções selecionadas na 1ª etapa da pesquisa

ANO	VOLUME E NÚMERO	TEMÁTICA DO VOLUME	TÍTULO DA PRODUÇÃO
2008	v. 11, n. 2	Violência: expressões na contemporaneidade	1) Violência e Serviço Social: notas críticas
2010	v. 13, n. 1	Desigualdades e gênero	2) Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e Desencontros ao longo da história da profissão
2012	v. 15, n. 2	Formação e exercício profissional em Serviço Social	3) A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção 4) As profissões em saúde e o Serviço Social: desafios para a formação profissional 5) Formação continuada: implicações e possibilidades no exercício profissional do assistente social
2013	v. 16, n. 2	Lutas sociais no novo milênio e Serviço Social	6) O Programa Reuni e os desafios para a formação profissional em Serviço Social
2016	v. 19, n. 3	Formação profissional, estágio e supervisão	7) Reflexões contemporâneas do campo científico do Serviço Social sobre a formação 8) A formação do assistente social em Portugal: tendências críticas em questão 9) Reflexões sobre o estágio na educação superior e sua particularidade no Serviço Social 10) Os fundamentos da relação teoria e prática no estágio em Serviço Social 11) O estágio supervisionado frente à conjuntura atual de formação em Serviço Social 12) Supervisão em Serviço Social diante da precarização no mundo do trabalho: uma perspectiva helleriana 13) O estágio no processo da formação profissional em Serviço Social: dimensão socioeducativa e os desafios à contracorrente 14) Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e

			significados 15) A construção dos Fóruns de supervisão de estágio em serviço social
2017	v. 20, n. 3	Ética e política	16) Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação 17) Pluralismo, Serviço Social e projeto ético-político: um tema, muitos desafios 18) Pesquisa em Serviço Social: concepções e críticas
2019	v. 22, n. 2	Conflitos sociais, ideologia, cultura e Serviço Social	19) Sob o casaco de Marx? A categoria da alienação no Serviço Social
2020	v. 23, n. 1	Serviço Social: formação, trabalho profissional e tendências teóricas contemporâneas	20) A relevância da pesquisa para o Serviço Social: conquistas e desafios permanentes das Diretrizes Curriculares 21) Serviço social e pesquisa científica: uma relação vital para a formação profissional 22) Educação a distância e formação profissional do/da assistente social: elementos para o debate

Fonte: Sistematização própria.

Após finalizada a 1ª etapa de coleta da pesquisa, iniciou-se a leitura dos resumos e palavras-chave das produções teóricas selecionadas, a fim de compreender seus conteúdos para definição de inclusão ou exclusão na pesquisa. Tal processo resultou em 8 (oito) produções selecionadas, visto que, das 14 produções excluídas, algumas apenas citavam o estágio e a supervisão de estágio, porém os(as) autores(as) não traziam opinião, relatos ou fundamentação sobre o tema, como nas produções teóricas número 4, 5, 6, 8, 18, 19 e 21, conforme demonstra o Quadro 1. Outras produções teóricas, como a 1, 2, 7, 16, 17, 20 e 22 traziam reflexões pontuais, mas os conteúdos não objetivavam discutir os temas delimitados para a pesquisa. Portanto, as produções teóricas selecionadas na 2ª etapa de coleta da pesquisa foram:

Quadro 2 – Produções selecionadas na 2ª etapa de coleta da pesquisa

ANO	VOLUME E NÚMERO	TEMÁTICA DO NÚMERO	TÍTULO DA PRODUÇÃO
2012	v. 15, n. 2	Formação e exercício profissional em Serviço Social	1) A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção
2016	v. 19, n. 3	Formação profissional, estágio e supervisão	2) Reflexões sobre o estágio na educação superior e sua particularidade no Serviço Social 3) Os fundamentos da relação teoria e prática no estágio em Serviço Social 4) O estágio supervisionado frente à conjuntura atual de formação em Serviço Social 5) Supervisão em Serviço Social diante da precarização no mundo do trabalho: uma perspectiva helleriana 6) O estágio no processo da formação profissional em Serviço Social: dimensão socioeducativa e os desafios à contracorrente 7) Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados 8) A construção dos Fóruns de supervisão de estágio em serviço social

Fonte: Sistematização própria.

Vale dizer que, das 8 (oito) produções teóricas selecionadas para a pesquisa, as de número 2,

4, 6 e 7, conforme Quadro 2, foram identificadas nos cabeçalhos como artigos científicos, enquanto a produção teórica número 1 identificou-se como pesquisa, a 3 como ensaio, a 5 como pesquisa aplicada e a 8 sendo um relato de experiência. Contudo, nos resumos das 8 (oito) produções teóricas os autores citaram suas produções como artigos.

Logo, iniciou-se a leitura e análise das 8 (oito) produções teóricas selecionadas, sendo essa a etapa de análise e interpretação dos dados. Para proceder a análise e interpretação dos dados, optou-se pela análise de conteúdo caracterizada por Bardin (1977, p. 42) como o “[...] conjunto de técnicas de análise de comunicação, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens”. Dentre os cortes possíveis, optou-se pela análise de conteúdo temática, a qual orientou-se em um roteiro com questões pré-definidas pelas pesquisadoras, composto pelos seguintes núcleos temáticos:

- a) Organização institucional e/ou espaço sócio-ocupacional abordado na produção teórica;
- b) Objetivo e/ou tema da produção teórica;
- c) Concepção de estágio;
- d) Concepção de supervisão de estágio;
- e) Estratégias metodológicas utilizadas no processo de supervisão;
- f) Fundamentos teórico-metodológicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sobre a caracterização dos(as) autores(as), das 8 (oito) produções teóricas selecionadas para a pesquisa, contabilizou-se 13 autores(as). Destes, constatou-se que 84,6% eram mulheres. Conforme as descrições sobre os/as autores(as), encontradas no final de cada produção teórica publicada na Revista Katalysis, identificou-se que 84,6% dos(as) autores(as) eram professores(as) de nível superior em Serviço Social, sendo os/as demais 15,4% assistentes sociais atuantes em políticas públicas.

No que se refere ao núcleo temático a) Organização institucional e/ou espaço sócio-ocupacional abordado na produção teórica, apenas 1 (um) artigo trouxe elementos sobre como a instituição campo de estágio deve se organizar para receber estudantes, “[...] deve assegurar espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, dentre outros requisitos” (PEREIRA, 2016, p. 365). Nenhuma das produções teóricas selecionadas apresentou campo e/ou política de realização do estágio específica, porém os/as autores(as) do texto 5, conforme Quadro 2, trouxeram elementos sobre a política de assistência social.

Relativo ao núcleo temático b) Objetivo e/ou tema da produção teórica, identificou-se que as produções teóricas números 2, 3, 4 e 6, conforme o Quadro 2, enfocaram o estágio em Serviço Social. Já as produções teóricas números 1, 5 e 7 evidenciaram a supervisão de estágio em Serviço Social. Além disso, verificou-se que uma das produções teóricas teve como objetivo debater sobre fóruns de supervisão de estágio em Serviço Social, sendo esta a número 8. Os/as autores(as) que abordaram fóruns afirmam que:

[...] os Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social podem ser considerados espaços estratégicos de organização, articulação e participação da categoria

profissional de assistentes sociais e estudantes, com o objetivo de discussão de questões candentes relacionadas à dinâmica social contemporânea e que se refletem na profissão, tanto no que se refere ao âmbito formativo, quanto ao exercício profissional. Reconhecendo os avanços e maturação no campo político-organizativo do Serviço Social brasileiro nas últimas décadas, a construção dos Fóruns de Supervisão emerge como demanda e necessidade da profissão de forma a contribuir para o debate da formação e do exercício profissional na dinâmica contraditória das relações sociais capitalistas. (GUIRALDELLI, ALMEIDA, 2016, p. 396).

Ademais, outros aspectos debatidos pelos(as) autores(as) nas produções teóricas fizeram com que os conteúdos expostos dialogassem, como a discussão sobre a unidade teórico-prática do Serviço Social, sendo na formação, no estágio e/ou no exercício profissional e a problematização da afirmação “na prática a teoria é outra” que apareceram nas produções teóricas 1, 2 e 3, conforme numeradas no Quadro 2. O debate sobre conjuntura, precarização do trabalho e das políticas sociais também foi frequente, apareceram em todas as produções teóricas selecionadas para a pesquisa, pois:

[...] estágio e supervisão, como elementos inerentes da formação e exercício profissional, sofrem conjuntamente os reflexos da crise do capital, da política reducionista de direitos sociais efetuada pelo Estado, da reforma universitária, da mercantilização da educação, dos achatamentos salariais, do retrocesso ao pensamento conservador e suas sequelas desenfreadas (CAPUTI, 2016, p. 391).

Referente ao núcleo temático c) Concepção de estágio, apenas a produção teórica número 5, conforme o Quadro 2, não trouxe um conceito de estágio. Nos artigos 1, 2, 3, 4, 6 e 8 os/as autores(as) caracterizaram o estágio, conforme descrito na PNE (ABEPSS, 2010), como atividade teórico-prática, “[...] efetivada por meio da inserção do (a) estudante nos espaços sócio-institucionais nos quais trabalham os (as) assistentes sociais [...]” (ABEPSS, 2010 Apud MEDEIROS, 2016, p. 355-356). Destacou-se que “[...] o estágio não é a ‘hora da prática’, mas um espaço de unidade, por possibilitar uma prática fundamentada numa teoria em confronto com a realidade, numa relação dialética que as inter-relaciona, recriando-as no cotidiano” (LIMA, 2004 Apud ASSIS, ROSADO, 2012, p. 206).

Pereira (2016) pautou que o estágio em Serviço Social pode ocorrer em duas modalidades, sendo elas obrigatório e não obrigatório e que ambos devem compor o projeto político-pedagógico do curso. A autora explicou que “[...] enquanto o primeiro é imperativo, cuja carga horária é requisito para aprovação e recebimento do diploma; o segundo é facultativo e deve garantir as mesmas condições de realização que o estágio obrigatório” (BRASIL, 2008; CFESS, 2013 Apud PEREIRA, 2016, p. 365).

Os/as autores(as) dos artigos 1, 2, 3, 4, 6 e 7 citaram a articulação das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, conforme o projeto ético-político da profissão, tanto no estágio, quanto na formação e no exercício profissional do(a) assistente social, pois “[...] a realização do estágio deve ocorrer em conformidade com os princípios ético-políticos estabelecidos no Código de Ética Profissional de 1993 [...]” (ABEPSS, 1996 Apud GUIRALDELLI, ALMEIDA, 2016, p. 397). Além disso, conforme complementaram as autoras do artigo 2, o estágio “[...] deverá se realizar [...] sustentando-se no compromisso ético-político-profissional de superação do conservadorismo burguês e de construção da hegemonia dos interesses populares.” (SILVA, RIBEIRO, 2016, p. 348).

[...] ‘o projeto de formação profissional é a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade [...]. Tal defesa opõe-se à redução da formação ao mero desenvolvimento da racionalidade técnico-instrumental, o que exige do estágio supervisionado e com ele a supervisão acadêmica e de campo a tarefa de possibilitar experiências que ultrapassem o atendimento exclusivo das novas demandas do mercado de trabalho, ampliando os horizontes da formação do profissional com o desenvolvimento de competências técnico-operativas, compromisso ético-político e sustentação teórico-metodológica para o desenvolvimento da capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e efetivar direitos (LEWGOY, 2009 Apud CAPUTI, 2016, p. 390).

Ademais, as autoras das produções teóricas números 1 e 7 afirmaram que o estágio apresenta-se como síntese do processo acadêmico, “[...] pois potencializa a vivência dos estudantes na realidade concreta da intervenção” (ASSIS, ROSADO, 2012, p. 210). Outras autoras afirmaram que a inserção do(a) estudante no campo de estágio deve viabilizar “[...] pequenas investigações, levantamentos e produção de dados sobre a realidade profissional como forma de apropriação e construção de conhecimento que deem suporte à intervenção profissional qualificada” (NICOLAU, SANTOS, 2016, p. 382). Conforme Guiraldelli e Almeida (2016), é nesse momento que o/a estudante se depara com o objeto de trabalho do(a) assistente social, ou seja, com as diversas expressões da questão social e “[...] dessa forma, exercita sua capacidade analítica, crítica, propositiva e criativa.” (GUIRALDELLI, ALMEIDA, 2016, p. 397).

O estágio possui grande importância no processo de construção das competências profissionais. Em regra, é a partir dessa vivência que o discente-estagiário passa a ter clareza da necessidade de uma metodologia que oriente a análise e a intervenção profissional, possibilitando, a partir da totalização do fenômeno, a compreensão da realidade em movimento, partindo de sucessivas aproximações, operando uma lógica de pensamento que passa das categorias mais simples para as mais complexas, reconhecendo, no reconstruir histórico e concreto dos processos sociais, suas múltiplas determinações (NICOLAU, SANTOS, 2016, p. 383).

Sobre o núcleo temático d) Concepção de supervisão de estágio, apenas 1 (uma) produção teórica não trazia concepção de estágio, sendo ela, a número 6, conforme o Quadro 2. A autora do texto 4 trazia um conceito amplo de supervisão de estágio, compreendida como meio de ““estimular, provocar, acompanhar e contribuir na capacitação de estudantes e/ou profissionais, equipes e executores e/ou formuladores de políticas, programas e/ou projetos a apreender e interpretar, na conjuntura, a particularidade do fenômeno com o qual trabalham”” (GUERRA, BRAGA, 2009, p. 5 Apud PEREIRA, 2016, p. 365).

Dentre as produções teóricas selecionadas, 1 (uma) das autoras destacou que “a supervisão de estágio [...] ‘corresponde a uma das atividades mais antigas de ensinar e aprender’” (LEWGOY, 2009 Apud CAPUTI, 2016, p.390) e, no âmbito do Serviço Social, “[...] acompanha o movimento da formação e trabalho profissional e se desenvolve [...] alinhada à perspectiva teórico-metodológica que embasa a profissão” (CAPUTI, 2016, p. 390). Além disso, entendeu-se que a supervisão de estágio em Serviço Social “[...] é o espaço privilegiado de articulação entre investigação e intervenção e que tal compreensão de realidade deve ser estimulada tanto por supervisores de campo, quanto acadêmicos” (MEDEIROS, 2016, p. 357).

A supervisão não pode ser compreendida desvinculada dos seus componentes teórico, ético e político, da compreensão do significado social do Serviço Social na

sociedade brasileira, dos valores que privilegia, de um projeto profissional que se conecta (ainda que por meio de muitas mediações) a projetos de sociedade. (BRAGA, GUERRA, 2009 Apud ASSIS, ROSADO, 2012, p. 207).

Sobre os sujeitos envolvidos na supervisão de estágio, Pereira (2016) afirmou que são eles: o/a estudante, o/a professor(a) e o/a assistente social do campo de estágio, além de duas instituições presentes no processo, sendo elas: a instituição que recebe o/a estudante e a Unidade de Formação Acadêmica (UFA). Os/as autores(as) das produções teóricas 1, 2, 4, 7 e 8 reafirmaram que estágio em Serviço Social pressupõe supervisão sistemática, ou seja, estágio e supervisão (de campo e acadêmica) são elementos indissociáveis no acompanhamento do(a) estagiário(a), “[...] integrando planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem e do desempenho do (a) estudante, na perspectiva de desenvolvimento de sua capacidade de investigar, apreender criticamente, estabelecer proposições e intervir na realidade social” (ABEPSS, 2010 Apud ASSIS, ROSADO, 2012, p. 207). Entretanto,

Ambas as supervisões (de campo e acadêmica), tem suas particularidades. São momentos distintos que constituem intrinsecamente o mesmo processo, que é o estágio supervisionado. [...] Não desconsiderando, é claro, que a supervisão de campo tem uma dinâmica mais rápida que a supervisão acadêmica. O/a assistente social que assume a atribuição de supervisor/ de campo, além de supervisionar o/a estagiário/a tem, por exemplo, uma fila de pessoas para fazer atendimento, tendo de cumprir (muitas vezes, hoje no processo de precarização) metas no seu trabalho profissional e tem que dar conta de refletir com o/a estudante a intervenção e encaminhamentos que ele/a fez. E, assim, à supervisão acadêmica cabe afinar com o/a estagiário/a, os elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão; afinal, é na supervisão acadêmica que os/a estagiários/a levam as angústias e dinâmicas do campo de estágio para a sala de aula (CAPUTI, 2016, p. 392).

Conforme as autoras da produção teórica 1, a supervisão direta resulta da “[...] conjugação entre a atividade de aprendizado desenvolvida pelo (a) aluno (a) no campo de estágio, sob o acompanhamento direto do (a) supervisor (a) de campo e a orientação e avaliação a serem efetivadas pelo (a) supervisor (a) vinculado(a) à instituição de ensino” (CFESS, 2008, Art. 4, § 1 Apud ASSIS, ROSADO, 2012, p. 207). A supervisão é feita “[...] com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 [...] e o Código de Ética do Profissional (1993)” (SILVA, RIBEIRO, 2016, p. 347).

Os/as autores(as) das produções teóricas 1, 4, 5 e 8 afirmam que a supervisão de estágio em Serviço Social é uma atribuição privativa dos(as) assistentes sociais, conforme a Resolução n. 533 (2008) do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), ou seja, tal atividade só poderá ser desenvolvida por um(a) profissional da área, devidamente inscrito no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) de sua região. Além disso, foi unânime entre os/as autores(as) que a supervisão de estágio, assim como o estágio supervisionado em Serviço Social, engloba o conhecimento das dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas intrínsecas a profissão. Assim sendo, a supervisão é fundamental no processo de formação profissional, pois:

[...] é momento ímpar de análise concreta de situações concretas e relevantes para se compreender as dimensões constitutivas das questões específicas que se põem no campo de estágio, como também para a instrumentalização do/a estagiário/a. Configura-se como espaço para se equacionar o significado e o lugar do

instrumental técnico, para se criar e recriar possibilidades políticas para a ação profissional; para se desenvolver valores éticos, e é, sem dúvida, momento privilegiado para se superar o nível de uma racionalidade imediata que é própria da vida cotidiana, e possibilitar a construção de mediações (CAPUTI, 2016, p. 393).

Referente ao núcleo temático e) Estratégias metodológicas utilizados no processo de supervisão, os/as autores(as) das produções teóricas números 4, 6 e 8, conforme o Quadro 2, não trouxeram elementos sobre o item. Assis e Rosado (2012) afirmaram que o processo de supervisão é construído através de acompanhamento, orientação e reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem do(a) estagiário(a), “[...] buscando contribuir para a compreensão da unidade teoria/prática e possibilitando o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias ao exercício profissional. (ASSIS, ROSADO, 2012, p. 206).

Assim como o estágio, “[...] o processo de supervisão, acompanha o movimento sócio histórico, teórico-metodológico e as condições éticas e políticas que envolvem a profissão, desde os seus primórdios na realidade brasileira” (CAPUTI, 2016, p. 390). Ademais, “[...] cada projeto curricular tem a sua organização própria e, os supervisores adotam metodologias, muitas vezes, divergentes entre si” (ABEPSS, 1996 Apud SILVA; RIBEIRO, 2016, p. 347), mesmo que, atrelados à mesma direção, conforme o projeto ético-político da profissão.

Conforme Caputi (2016), o referencial teórico crítico-dialético presente na formação e no exercício profissional do Serviço Social, permite que a supervisão seja compreendida como um espaço de troca de conhecimento, entre estagiários(as) e supervisores(as), onde todos os/as envolvidos(as) apreendem e ensinam. Assim, a supervisão, tanto de campo quanto acadêmica, demanda reflexões “[...] cujas respostas estão nas mediações construídas conjuntamente pelos seus atores [...] no processo da supervisão, no espaço do fazer profissional, na análise institucional que se faz do trabalho profissional” (CAPUTI, 2016, p. 392).

A supervisão acadêmica tal como a supervisão de campo é extremamente dinâmica. O/a supervisor/a acadêmico/a pode propor uma reflexão para a aula, e na hora, surgir outra apontada pelo/a estagiário/a, por exemplo. E partir desse apontamento, o/a supervisor/a tem que resgatar o conteúdo da disciplina de sociologia e refletir sobre o que ele/a (estagiário/a) entendeu acerca do estruturalismo, o modo como as instituições se organizam nesse processo, buscando refletir e fazer o/a estagiário/a entender a lógica da insuficiência de recursos articulada pela política neoliberal, sobretudo, a questão da não garantia dos direitos sociais e etc. O/a supervisor/a acadêmico/a tem que estar preparado/a para exercer a supervisão, para articular os conteúdos da formação profissional, propiciar o entendimento da relação de unidade do diverso entre teoria e prática transversal na formação e exercício profissional - ainda que seja de competência também do/a supervisor/a de campo, de quem igualmente se requer muito preparo teórico-prático (CAPUTI, 2016, p. 392-393).

A partir da leitura das produções teóricas selecionadas que trouxeram elementos sobre o processo de supervisão, percebeu-se que essa relação entre supervisores(as) e estagiários(as) vai além do debate sobre o cotidiano do estágio em Serviço Social e dos elementos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos da profissão. Abarca “[...] um campo de reflexões e debates atrelados à formação e ao exercício profissional, entre eles: a questão da educação superior e sua relação intrínseca com o mundo do trabalho; aspectos da luta por uma outra ordem societária e a ofensiva neoliberal [...]” (CAPUTI, 2016, p. 390). Além disso, Guimarães e Martins (2016) afirmaram que esse processo “[...] é um locus privilegiado da relação profissional,

pois ocorre de forma direta e acompanha um processo de formação profissional, amadurecimento pessoal, dilemas, crises e conquistas profissionais [...]” (GUIMARÃES, MARTINS, 2016, p. 371).

Medeiros (2016), enquanto supervisora acadêmica, trouxe sua experiência vivenciada em um curso de capacitação para supervisores(as) de campo, onde discutiu-se o papel da supervisão e as estratégias para fortalecimento do exercício profissional e qualificação do processo de supervisão. Dentre as estratégias propostas pelo grupo participante do referido curso, destacou-se:

[...] necessidade de sair do imediatismo, criando espaços de resistência e lutas coletivas através de reuniões da categoria para discutir as demandas do cotidiano e traçar estratégias conjuntas; buscar o apoio junto aos movimentos sociais e outras profissões que compartilhem dos mesmos princípios éticos a fim de fortalecer a defesa intransigente dos direitos humanos e se contrapor à burocracia institucional; ocupar de forma qualificada os espaços de participação e de deliberação das políticas sociais como os Conselhos e as Conferências; realizar trabalho socioeducativo de base com a população, criando espaços de participação comunitária, chamando a população para ocupar os espaços institucionais (MEDEIROS, 2016, p. 358).

No que se refere ao núcleo temático f) Fundamentos teórico-metodológicos utilizados nas produções teóricas selecionadas, observou-se que as autoras dos artigos 2 e 7, conforme Quadro 2, não identificaram a teoria, o método e os procedimentos metodológicos utilizados na construção dos artigos. Outros(as) autores(as) expressaram basear-se em pesquisas, estudos e experiências vivenciadas como supervisores(as) para construção dos artigos.

No artigo 1, conforme Quadro 2, Assis e Rosado (2012) explicaram que a produção teórica resultou de pesquisas, estudos teóricos e documentais, além de observações e reflexões a partir das suas experiências, enquanto integrantes da coordenação de estágio e supervisoras acadêmicas do curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERJ). Na produção teórica número 3, Medeiros (2016) ressaltou que o artigo é fruto de reflexões teóricas e de experiências acumuladas na supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social. Nessa produção, discutiu-se aspectos teórico-metodológicos da relação teoria-prática na formação profissional e no estágio trazendo duas concepções: a pragmática e a marxiana.

A produção teórica 4, conforme Pereira (2016), teve suporte em pesquisa bibliográfica e documental. Guimarães e Martins (2016) identificaram que a construção da produção teórica 5 se deu a partir dos resultados da pesquisa qualitativa realizada no Rio Grande do Sul (RS) com assistentes sociais supervisores(as). Além disso, os autores trazem uma perspectiva helleriana, a partir da filósofa Agnes Heller. Por fim, Guiraldelli e Almeida (2016), no artigo 8, apresentaram reflexões com base em dados extraídos nos fóruns realizados na regional centro-oeste, nos anos 2013 e 2014.

Por meio da leitura das produções teóricas, percebeu-se que alguns/algumas autores(as) foram citados(as) com frequência, com destaque para aqueles(as) amplamente referenciados(as) no âmbito do Serviço Social, quais sejam:

- a) Marilda Iamamoto: 1, 2, 4, 6, 7 e 8;
- b) Yolanda Guerra: 1, 2, 3, 4, 6, 7 e 8;
- c) José Paulo Netto: 2, 3, 5, 6, 7 e 8;
- d) Karl Marx: 1, 5 e 7;

- e) Alzira Maria Baptista Lewgoy: 3, 4 e 7;
- f) David Harvey: 4 e 5.

Notou-se que os/as autores(as) das produções teóricas números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 privilegiaram os marcos normativos, como leis e resoluções, relacionados ao estágio e à supervisão de estágio. Dentre eles destacam-se, conforme o Quadro 2:

- a) Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010), 1, 2, 3, 4, 7 e 8;
- b) Resolução n°. 533 de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social, 1, 3, 4, 6, 7 e 8;
- c) Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), 2, 6, 7 e 8;
- d) Lei n°. 11.788 (2008), conhecida como Lei do Estágio, 2, 4 e 8.

Por fim, identificou-se que das 8 (oito) produções teóricas selecionadas para a pesquisa, todas apontaram aspectos conjunturais atrelados aos processos de estágio e supervisão de estágio em Serviço Social, e também, ao exercício profissional do(a) assistente social. As condições precarizadas de trabalho e o desmonte das políticas públicas no contexto neoliberal impactam nesses processos e no cotidiano profissional, sobretudo dos(as) supervisores(as) acadêmicos(as) e de campo. Portanto, evidenciou-se que “[...] a realidade envolta ao estágio vai além do processo de formação, pois abrange a realidade socioeconômica, as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, a relação com o mercado e o meio profissional, locus de trabalho dos profissionais e do desenvolvimento do estágio.” (SILVA, RIBEIRO, 2016, p. 348).

As autoras das produções teóricas 1 e 7 afirmaram que há desafios para concretizar a relação entre supervisores(as) acadêmicos(as) e de campo. Segundo Caputi (2016), essa articulação é historicamente desafiante, “[...] ainda marcada pelo distanciamento entre instituição de ensino e campo de estágio, entre supervisor (a) de campo e acadêmico (a), e até mesmo pela concepção de estágio e supervisão [...]” (CAPUTI, 2016, p. 392). Assis e Rosado (2012) afirmaram que, embora haja competência e compromisso profissional para realização da supervisão de estágio, os desafios “[...] advêm da precarização das condições e relações de trabalho impostas aos trabalhadores, dentre estes os assistentes sociais. Resulta em intensa e extensa jornada de trabalho, reduzindo o tempo de dedicação à supervisão de estágio” (ASSIS, ROSADO, 2012, p. 208).

A precarização das condições de trabalho também foi citada pelos(as) autores(as) das produções teóricas 4 e 5. Ambos trouxeram a realidade cotidiana do(a) assistente social, que, inserido(a) no contexto neoliberal como trabalhador assalariado, enfrenta a sobrecarga de trabalho, a ampliação das demandas por parte da população e a redução de recursos para dar conta das demandas. Além disso, convivem com “[...] baixos salários, condições e relações de trabalho lastimáveis, desmotivando-o, e reduzindo a sua já relativa autonomia [...]” (PEREIRA, 2016, p. 366).

O cotidiano dos profissionais assistentes sociais supervisores de campo está totalmente interligado ao desenvolvimento e às mudanças no sistema capitalista. Principalmente ao longo da década de 1990, no campo de trabalho dos assistentes sociais, sobretudo no caso daqueles que trabalham enquanto funcionários públicos, assistiu-se a uma intensa precarização das condições de trabalho, por parte dos ideólogos do neoliberalismo em sucatear os serviços públicos, buscando dificultar o financiamento das políticas sociais. Esses elementos conformam a precarização do trabalho, fenômeno que atingiu todas as esferas do mundo do trabalho, onde se

flexibilizaram direitos sociais trabalhistas, aumentando o desemprego e a inserção em postos de trabalho sem proteção social. Essa conjuntura impacta diretamente na supervisão de campo, pois se, por um lado, há uma redução dos gastos com a área social e a precarização das relações de trabalho, por outro, temos a falta de tempo, devido ao grande aumento das demandas que chegam ao assistente social, e muitas vezes não há profissionais suficientes para dar conta dessas demandas. Isso atinge diretamente a supervisão de campo e o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, em que sua formação fica afetada devido a esse contexto de precarização (GUIMARÃES, MARTINS, 2016, p. 377).

De acordo com Guimarães e Martins (2016), as condições de trabalho precárias postas no cotidiano do profissional do(a) assistente social, rebatem no processo de supervisão, à medida que impedem que a análise da realidade junto ao/à estagiário(a) chegue a um entendimento amplo, além do imediato. Conforme pesquisa realizada pelos autores:

No tocante à forma como a precarização das condições de trabalho interfere no indicador processo de supervisão direta de estágio, 59% apontam o tempo insuficiente para elaboração de planos, programas e projetos em conjunto com o estagiário; 44% se referem ao tempo insuficiente para planejar atividades, para atualizar a documentação utilizada no campo; 16% ressaltam a falta de tempo para supervisão individual; 13%, a impossibilidade de acompanhar todos os atendimentos realizados pelo estagiário, que acaba atendendo a demanda do serviço sem a presença do supervisor; 13%, acúmulo de demandas, o que faz com que o supervisor não tenha tempo para a supervisão direta com o aluno [...]. (GUIMARÃES, MARTINS, 2016, p. 376).

Nesse contexto, as autoras das produções teóricas 3 e 4, conforme Quadro 2, abordaram a resistência que os/as assistentes sociais tem a supervisionar estagiários(as), e “[...] isso pode ser pensado do ponto de vista da insegurança, do acúmulo de mais uma tarefa em meio ao atribulado cotidiano de trabalho e/ou no não conhecimento ou subvalorização da experiência de estágio para os supervisores como uma atribuição privativa.” (PEREIRA, 2016, p. 367). Pereira (2016) também problematizou as condições do(a) supervisor(a) acadêmico(a), que enfrentam condições precárias de trabalho nas instituições públicas, como “[...] a falta de estrutura nas salas de aula, o acúmulo de disciplinas que sobrecarregam o professor, a falta de um transporte para levar o supervisor acadêmico até a instituição campo de estágio” (PEREIRA, 2016, p. 367). Sobre a resistência por parte dos(as) supervisores(as) de campo, a autora da produção teórica 3 complementou:

Boa parte dos assistentes sociais, diante do cenário de precarização das condições éticas e técnicas de trabalho, têm se recusado a receber estagiários, e quando os recebem, demonstram que ter um estagiário é ter trabalho a mais, pois vai ser necessário estudar para orientá-lo. Não se pode negar que ter um estagiário tem se colocado para muitos profissionais como a única possibilidade que é posta a ele de articular aspectos teóricos com o movimento do real, ou seja, de tirá-lo da zona de conforto [...]. (MEDEIROS, 2016, p. 357).

Esse cenário social e político requer que os/as assistentes sociais, enquanto categoria profissional, criem estratégias de articulação, mobilização e resistência. Assim, os autores da produção teórica 8 afirmaram que “[...] o Fórum de Supervisão de Estágio é um espaço político-formativo fecundo e estratégico de articulação, luta e resistência coletiva de assistentes sociais, diante das adversidades e contradições postas na sociabilidade capitalista” (GIRALDELLI, ALMEIDA, 2016, p. 396). Assim, os fóruns de estágio, conforme GuiraldeLLi e Almeida (2016),

demonstram avanços na capacidade político-organizativa do Serviço Social, “[...] tendo como horizonte a defesa de uma formação crítica, de qualidade e com direção social, intelectual e ideopolítica estratégica, vinculando organicamente formação e exercício profissional” (GUIRALDELLI, ALMEIDA, 2016, p. 399).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que, a partir da busca pelas produções teóricas sobre estágio e supervisão de estágio em Serviço Social na Revista *Katálysis*, em um período de 12 anos e 3 meses⁴, percebeu-se que as produções teóricas selecionadas para a pesquisa, de números 2, 3, 4, 5, 6 e 7, conforme o Quadro 2, foram publicadas no de 2016, no qual a edição da Revista propôs a temática “Formação profissional, estágio e supervisão”. Já o artigo número 1 foi publicado em 2012, quando o tema proposto foi “Formação e exercício profissional em Serviço Social”. Ou seja, percebeu-se que as produções que abordam a temática estágio e supervisão de estágio em Serviço Social foram publicadas em edições em que os temas propostos pela Revista são nitidamente ligados à formação e ao estágio.

Essas informações demonstraram a importância de se ampliar os estudos e pesquisas e, por consequência, as produções teóricas sobre a temática da pesquisa, visto que o estágio e a supervisão de estágio em Serviço Social são elementos fundamentais na formação profissional do(a) assistente social. A inserção do(a) estudante no campo de estágio faz com que ele vivencie a realidade cotidiana do exercício profissional, nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

A supervisão acadêmica e de campo são fundamentais no processo de estágio, pois os/as supervisores(as) têm o papel de orientar, acompanhar, estimular e avaliar o/a estudante. Além disso, a experiência do estágio gera novos conhecimentos para todos os sujeitos envolvidos. A realidade está em constante movimento e, sendo assim, o/a assistente social se depara com novas situações, que requerem propostas criativas que podem ser articuladas entre estagiário(a), supervisor(a) de campo acadêmico(a).

Por fim, foi unânime entre os/as autores(as) das produções teóricas selecionadas para a pesquisa que a conjuntura neoliberal, o desmonte de políticas sociais e a precarização das condições de trabalho impactam no processo de formação, estágio e supervisão, assim como no exercício e cotidiano profissional do(a) assistente social. Por isso, destacou-se a importância da articulação e mobilização dos(as) profissionais para resistir à atual conjuntura, não somente entre a categoria profissional, mas com a sociedade como um todo, incluindo as demais categorias profissionais. Conforme foi sugerido pelos(as) autores(as) estudados(as) nessa pesquisa, no âmbito do Serviço Social, dentre as estratégias encontram-se: os fóruns de estágio, espaço de debate, reflexão e formação para os/as estudantes, estagiários(as) e supervisores(as).

REFERÊNCIAS

ABEPSS. *Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 01 abr.

4 Entre 2008 e março de 2020, quando iniciou-se a coleta de dados.

2020.

ABEPSS. *Política Nacional de Estágio*. Brasília, 2010. Disponível em: www.abepss.org.br. Acesso em: 01 abr. 2020.

ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de. ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira. A unidade teoria-prática e o papel da supervisão de estágio nessa construção. *Revista Katálysis*, vol. 15, n. 2, p. 203-211, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S141449802012000200006>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa/Portugal: Edições 70, Ltda, 1977.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 8.662 de 1993*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em: 01 abr. 2020.

BRASIL. *Lei nº 11.788 de 2008*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm. Acesso em: 07 abr. 2020.

CAPUTI, Lesliane. Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados. *Revista Katálysis*, vol. 19, n. 3, p. 389-394, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.003.00009>. Acesso em: 30 abr. 2020.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro. MARTINS, Paulo Roberto. Supervisão em Serviço Social diante da precarização no mundo do trabalho: uma perspectiva helleriana. *Revista Katálysis*, vol. 19, n. 3, p. 370-379, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.003.00007>. Acesso em: 28. abr. 2020.

GUIRALDELLI, Reginaldo. ALMEIDA, Janaina Loeffler de. A construção dos Fóruns de supervisão de estágio em serviço social. *Revista Katálysis*, vol. 19, n. 3, p. 395-402, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.003.00010>. Acesso em: 04 mai. 2020.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. *Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MEDEIROS, Moíza Siberia Silva de. Os fundamentos da relação teoria e prática no estágio em Serviço Social. *Revista Katálysis*, vol. 19, n. 3, p. 351-360, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.003.00005>. Acesso em: 22 abr. 2020.

NICOLAU, Maria Célia Correia. SANTOS, Tássia Rejane Monte. O estágio no processo da formação profissional em Serviço Social: dimensão socioeducativa e os desafios à contracorrente. *Revista Katálysis*, vol. 19, n. 3, p. 380-388, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.003.00008>. Acesso em: 29 abr. 2020.

PEREIRA, Maria Erica Ribeiro. O estágio supervisionado frente à conjuntura atual de formação em Serviço Social. *Revista Katálysis*, vol. 19, n. 3, p. 361-369, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.003.00006>. Acesso em: 27 abr. 2020.

SILVA, Maisa Miralva da. RIBEIRO, Eleusa Bilemjian. Reflexões sobre o estágio na educação superior e sua particularidade no Serviço Social. *Revista Katálysis*, vol. 19, n. 3, p. 342-350, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.003.00004>. Acesso em: 23 abr. 2020.

A QUESTÃO DE MORADIA NA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Fabiana de Souza Vieira

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do Projeto de Extensão "Uma Lição desde o fazer profissional do Serviço Social: enfrentamentos e construções", coordenado pela profa. Dra. Simone Sobral Sampaio. Fez Estágio Supervisionado em Serviço Social no setor de Assistência Estudantil da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: fabianadesouzavieira@hotmail.com

A QUESTÃO DE MORADIA NA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Resumo: Com o desenvolvimento do ensino superior público ao longo dos anos e os avanços no que se refere ao acesso da população pobre a esse espaço, o perfil do estudante universitário se alterou. A alimentação, moradia e transporte são alguns dos elementos que os estudantes precisam acessar para conseguir concluir sua formação acadêmica. Nesse sentido, o Estado, junto às universidades, deve criar ações que contemplem essas necessidades básicas, de forma a garantir a permanência deles neste espaço. Este artigo tem como objetivo evidenciar as problemáticas apreendidas durante o primeiro semestre de 2019 no período de Estágio Supervisionado em Serviço Social Não Obrigatório I das ações que visam à permanência dos estudantes da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina no que se refere à moradia apontando para a falta de moradia estudantil na Instituição e a ineficácia do auxílio-moradia ofertado, e o reflexo disso na permanência dos estudantes na universidade.

Palavras-chave: Assistência estudantil. Auxílio-moradia. Permanência estudantil

LA CUESTIÓN DE LA RESIDENCIA EN LA FUNDACIÓN UNIVERSIDAD DEL ESTADO DE SANTA CATARINA

Resumen: Con el desarrollo de la educación superior pública a lo largo de los años y los avances en lo que se refiere al acceso de la población pobre a ese espacio, el perfil del estudiante universitario se ha alterado. La alimentación, la residencia y el transporte son algunos de los elementos que los estudiantes necesitan acceder para lograr concluir su formación académica. En este sentido, el Estado, junto a las universidades, deben crear acciones que abarquen esas necesidades básicas, de forma a garantizar su permanencia en este espacio. Este artículo tiene como objetivo evidenciar las problemáticas, apreendidas durante el primer semestre de 2019, en el período de Prácticas Supervisada en Trabajo Social no Obligatoria I, de las acciones que visan la permanencia de los estudiantes de la Fundación Universidad del Estado de Santa Catarina en lo que se refiere a la residencia, apuntando a la falta de alojamientos estudiantiles en la institución y la ineficacia del subsidio habitacional ofertado, y el reflejo de eso en la permanencia de los estudiantes en la universidad.

Palabras-clave: Asistencia estudiantil. Subsidio habitacional. Permanencia estudiantil.

INTRODUÇÃO

O resultado dos avanços no que se refere ao acesso nas instituições públicas de ensino superior foi uma mudança significativa do perfil do/a estudante universitário/a. É comemorável o fato de que hoje a classe trabalhadora possui mais oportunidades de conquistar uma formação superior. Entretanto, é importante destacar que ainda é necessária a luta coletiva por melhorias, pois o acesso ao ensino superior tem suas contradições e limitações, além de momentos onde há tentativas de desmonte e retrocessos.

Com a mudança de perfil, cresceram as demandas de assistência estudantil para garantir não

só a entrada, mas também a permanência desses/as estudantes nesse espaço. Porém, as conjunturas políticas de desmonte dos direitos sociais, a falta de recursos humanos, físicos e monetários, e a falta de uma política pública de assistência estudantil ampla e consolidada refletem diretamente em problemáticas enfrentadas pelos/as estudantes que acessam e não acessam as ações de permanência estudantil das universidades.

A permanência Estudantil aparece na atual Constituição Federal (1988), porém ainda não se pode afirmar que ela é um direito consolidado. Ademais, há o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), mas é destinado apenas a universidades federais. Por isso, muitas instituições públicas de ensino superior, estaduais e regionais, se perdem na construção de uma política institucional de assistência estudantil, pois não há uma regulamentação ampliada. Este artigo⁵ irá abordar esse processo, com base na experiência obtida no Estágio Supervisionado em Serviço Social Não obrigatório I realizado numa universidade pública estadual, a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O objetivo é problematizar um dos auxílios do programa de assistência estudantil da instituição: o de moradia.

Para melhor compreensão, serão resgatados brevemente pontos históricos importantes, a partir da Constituição Federal de 1988, acerca do ensino superior público brasileiro, da assistência estudantil e a relação do Serviço Social nesse processo. Em seguida, discorre-se sobre o contexto institucional da UDESC em que o serviço social está inserido, espaço onde foi vivenciado o estágio, e um levantamento das ações da Política de Assistência Estudantil da universidade. Por fim, na terceira parte, serão expostas as problemáticas, identificadas no período de estágio, que envolvem a questão de moradia na UDESC - desde a falta de moradia estudantil até o reflexo disso na permanência dos/as estudantes na universidade.

ENSINO SUPERIOR, ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O SERVIÇO SOCIAL

Ao explorar a trajetória histórica do ensino superior público brasileiro e da assistência estudantil é possível afirmar que seus processos não foram lineares. Há momentos de progressos e outros de profundo retrocesso, determinados por muitos fatores, um deles o cenário político (global e nacional). Traçar essa trajetória completa daria um artigo à parte visto a complexidade dessa temática. Aqui, para melhor compreensão dos próximos tópicos, serão apresentadas brevemente algumas mudanças significativas da educação superior pública e assistência estudantil a partir da Constituição Federal de 1988 (CF88).

De acordo com o art. 6º da CFF88 a educação é um direito social. Mais adiante, no art. 205, a educação aparece como um direito de todos e dever do Estado. Em seguida, no art. 206 afirma-se que o primeiro princípio que dá base ao ensino é a igualdade de condições para o acesso e a permanência. A conjuntura política na época de elaboração desse dispositivo, porém, era de desmonte dos direitos garantidos. A consequência do

modelo de política neoliberal foi o sucateamento das universidades públicas e o aumento do número da expansão do ensino público privado e das matrículas nessas instituições, que recebiam verba pública através da multiplicação das fundações

⁵ Este artigo é escrito com base no Relatório de Conhecimento da Área Temática entregue, em 2019.1, como trabalho final da disciplina de Supervisão de Estágio em Serviço Social não obrigatório I com alterações e atualizações necessárias para esta publicação.

privadas nas IFES, além da ausência, ou pode-se dizer, a inexistência, de uma política efetiva de Assistência Estudantil (VASCONCELOS, 2010, p. 606-607).

Dessa maneira, “a educação superior se descaracteriza como um direito, passando a ser tratada como item de consumo” (CAVAIGNAC, COSTA, 2017, p. 416).

A partir da década de 2000, o Ensino Superior passa por reformas. Em 2007, é instituído o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), onde o governo federal propicia investimento para as Universidades Federais, para que estas ampliem o acesso e permanência, além de melhorar suas estruturas físicas e recursos humanos. Aqui é importante destacar que “tal movimento ocorre de forma um tanto desordenada, apresentando fragilidades que chegam a comprometer a qualidade das ações desenvolvidas nas unidades de ensino” (CAVAIGNAC, COSTA, 2017, p. 418).

Apesar de falho, é por esse processo que aos poucos a política de ações afirmativas é estabelecida. Tal política visa diminuir as desigualdades existentes nas instituições públicas de ensino superior, assim o acesso foi ampliado e uma parcela das vagas foi destinada para a população historicamente marginalizada e privada desse espaço, como a população pobre, negra e indígena. Ademais, em 2009 foi instituído o Sistema de Seleção Unificada (SISU), programa onde os/as estudantes usam suas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e têm a oportunidade de acessar qualquer universidade brasileira. Isso faz com que as universidades tenham estudantes de diversas regiões do país.

“Tendo em vista a expansão das vagas, a juventude das classes mais baixas passou a ter maior acesso à universidade, o que gerou demandas por ações específicas para atendimento desse público” (IMPERATORI, 2017, p. 287), porque não basta ter acesso, é necessário permanecer. Nesse sentido, são criadas ações dentro das instituições públicas de ensino superior, voltadas para garantir a permanência dos/as estudantes. Em âmbito nacional, foi criado em 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7234 em 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que amplia “as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010), e tem como objetivos:

Art. 2º São objetivos do PNAES:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010)

Araújo (2003. Apud. IMPERATORI, 2017, p. 291) compreende que “a assistência ao estudante é permeada por ambiguidades e contradições, ora entendida como investimento, ora como direito de cidadania”. Há também o fato de o PNAES se dirigir apenas às Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), o que faz com que as Instituições Estaduais não tenham a obrigação de seguir todas as diretrizes ali constadas, como é o caso da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), segundo Imperatori (2017) esse é ainda um desafio a ser superado. Nota-se, então, que a “assistência estudantil é um campo de disputas a ser consolidado enquanto uma política pública” (IMPERATORI, 2017, p. 293).

É por meio desse quadro de “expansão da educação superior e da organização do PNAES

que se observa o alargamento da demanda por profissionais de Serviço Social para planejar, elaborar, executar e avaliar ações no âmbito da assistência estudantil” (CAVAIGNAC, COSTA, 2017, p. 420-421). Pelo alto número de discentes com vulnerabilidade socioeconômica e pela falta de recursos para suprir essa demanda, os/as assistentes sociais são responsáveis pela seletividade dos programas de auxílios, ademais, pela falta de um quadro maior de assistentes sociais bem como de outros profissionais, como psicólogos e psicopedagogos, as ações que visam à permanência dos universitários acabam por se restringir aos auxílios financeiros, havendo, assim, a tendência de “repasso de recursos monetários para que os alunos “comprem no mercado” suas necessidades, ao invés de propiciar os serviços que demandam” (SANTOS, MARAFON, 2016, p. 416).

Aqui, cabe afirmar que as ações de permanência estudantil não se restringem aos auxílios financeiros, pois as expressões da questão social vão muito além da pobreza, mas se manifestam de outras inúmeras formas como, por exemplo, em todas as formas de violências, preconceitos e intolerâncias, questões de gênero, conflitos familiares, problemas de saúde mental etc. Portanto, a atuação dos/as assistentes sociais no ambiente universitário é complexa

considerando-se o fato de que são múltiplas as expressões da questão social que se apresentam nas instituições de ensino, a exigir respostas que devem ir muito além do mero repasse de recursos materiais e financeiros aos estudantes, pressupondo não só formas de intervenção multidisciplinares, como também a articulação com outras políticas sociais (CAVAIGNAC, COSTA, 2017, p. 425).

Por fim, nesta perspectiva, não só os/as estudantes com baixa renda se enquadram na intervenção do serviço social nas universidades, mas todos os demais. Assim, as ações que visam à permanência estudantil devem ir muito além das concessões de auxílios, que com certeza é muito necessária, mas

outras ações de educação são também importantes para proporcionar a formação integral dos indivíduos, tais como campanhas socioeducativas, rodas de conversas temáticas, trabalhos com famílias, ações de extensão institucional e atividades de formação política (CAVAIGNAC, COSTA, 2017, p. 425).

Tem-se aqui uma perspectiva de totalidade da permanência estudantil, compreendendo-a sob o ponto de vista social, político e cultural.

CONTEXTO INSTITUCIONAL DO ESTÁGIO EXPERIENCIADO

O Estágio Supervisionado Não Obrigatório I em Serviço Social foi realizado na Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O Serviço Social da instituição está alocado no Setor de Assistência Estudantil (SAE), que compõem a Coordenadoria de Assuntos Estudantis - possui o objetivo de “atender aos estudantes quanto ao acesso, permanência estudantil, desempenho acadêmico, cultura, saúde, desporto” (UDESC, 2016, p. 117) e faz parte da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade (PROEX). O espaço físico do Serviço Social é no campus I Florianópolis na área de Serviço de Assistência Integrada a Saúde Universitária (SAISU), junto a Psicopedagogia, Psicologia e Enfermagem, ao lado do Restaurante Universitário (RU).

O SAE possui o objetivo de “proporcionar Assistência Institucional, psicológica, pedagógica, social e psicopedagoga aos/as estudantes dos Centros de Ensino da UDESC” (UDESC, 2016, p.

118). A equipe do setor é composta por duas Assistentes Sociais e uma Psicopedagoga, que fazem respectivamente o plantão social e o plantão psicopedagógico, e também oferece o atendimento psicológico que é realizado por professores de psicologia⁶ da Instituição. As atividades realizadas pelo SAE seguem diretrizes que norteiam a “consolidação dos direitos humanos/educacionais em uma perspectiva interdisciplinar que viabilize o acesso à permanência e ao sucesso na formação universitária da população discente no plano cognitivo, social e emocional” (UDESC, 2016, p. 117).

Quanto à assistência estudantil, até 2011, no que se refere às ações voltadas para a parcela dos discentes com vulnerabilidade socioeconômica⁷ da UDESC, a alternativa eram as bolsas do Programa Bolsa de Trabalho, atualmente denominada de Bolsa Apoio Discente, que possui como um de seus critérios a “carência socioeconômica”⁸ onde o/a estudante disponibiliza sua força de trabalho por 20h semanais, sem nenhum vínculo empregatício e consequentemente sem nenhum direito trabalhista, realizando atividades administrativas em troca de uma bolsa em torno de R\$ 400,00.

Em abril de 2011, por meio do Programa de Ações Afirmativas, cerca de dois anos depois da aprovação do programa, foram pela primeira vez abertas as inscrições para o vestibular com 20% das vagas para estudantes de escolas públicas e 10% para a população negra. Ademais, nesse mesmo ano, mesmo não sendo obrigada, a UDESC passou a seguir as prerrogativas postas pelo PNAES.

Em março de 2011, foi criado o Programa de Auxílio Permanência Estudantil (PRAPE), que proporciona auxílio financeiro de alimentação e moradia para os/as estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Em 2013 foi inaugurado o RU no campus de Joinville e em 2015, um no campus I Florianópolis. Em 2014 é instituído o Programa de Subsídio Refeições (PROSUR), que subsidia a alimentação dos/as estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, podendo ser em tickets no RU ou ainda por meio de um contrato ou cartão-alimentação em outros Restaurantes/Lanchonetes nos campus onde não tem RU. Em 2019 foi criado, em substituição ao PRAPE e PROSUR, o Programa de Auxílio Financeiro aos Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Socioeconômica (PRAFE), que dividido em dois editais, oferece o subsídio refeição (nas mesmas condições do PROSUR) e os auxílios de alimentação, moradia e transporte.

O deferimento ou indeferimento dos auxílios é baseado em um cálculo matemático que resulta um Índice Socioeconômico, que leva em consideração os seguintes elementos: renda familiar; o tipo de moradia do/a estudante; despesa com tratamento de Doença Crônica na família; se o/a estudante reside ou não com os pais/responsáveis financeiros; e por fim, um Valor de Abatimento para Agravantes Sociais (VAAS)⁹. De responsabilidade da assistente social está apenas

6 A UDESC não possui o curso de Psicologia, mas em alguns dos cursos são ofertadas disciplinas voltadas para temáticas da psicologia, que são ofertadas por mestres e/ou doutores da área.

7 O termo é comumente usado nos editais dos programas de assistência estudantil das instituições.

8 O termo aparece desde a primeira resolução que institui e fixa as normas para o Programa, mas aparece pela primeira vez como critério de seleção na Resolução nº 001/2005 – CONSUNI.

9 O VAAS aparece a partir do edital PRAPE nº 01 de 2018.1. O “Valor de Abatimento para Agravantes Sociais, avaliados por Assistente Social, mediante garantia de sigilo profissional e respeito ao usuário (definidas em 0,7; 0,8; 0,85; 0,9; 1); Considera-se agravantes sociais: conflitos familiares, desemprego persistente, número de pessoas com doenças na família, possuir no núcleo familiar crianças, adolescentes, deficientes e idosos (maior 65 anos), famílias sustentadas somente com aposentadorias de idosos, doenças mentais, crônicas e incapacitantes que justifiquem a atual condição de vulnerabilidade, situação de desamparo total apresentada pelo discente, violações de direitos, reclusão, dependência química, outras situações não previstas consideradas de extrema vulnerabilidade social” (UDESC, p. 8, 2018).

o VAAS. Dessa forma, é importante frisar que o Serviço Social não tem o controle do processo do PRAFE.

PROBLEMÁTICAS NA QUESTÃO DE MORADIA NA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Como mencionado acima, na UDESC há o PRAFE. O programa é dividido em dois editais, o primeiro de subsídio refeição, “concedido via contrato de concessão (lanchonete ou restaurante universitário) ou de prestação de serviços (cartões-refeições)” (UDESC, 2019, p. 8); O segundo (PRAFE II), oferece os auxílios de alimentação, moradia e transporte que são no valor de R\$ 250,00, R\$ 300,00 e R\$ 200,00 respectivamente.

No PRAFE II, um/a estudante pode solicitar e ganhar apenas um dos auxílios ou os três. Além disso, cada auxílio possui seu número de vagas, porém, a renovação e os novos/as estudantes estão nessa mesma conta. Assim, dependendo do número de vagas, pode acontecer de haver apenas o deferimento de estudantes de renovação, visto que os editais os priorizam, e para os novos inscritos sobram apenas vagas remanescentes. Ademais, se um/a estudante for contemplado com o PRAFE I e com o auxílio alimentação, precisa escolher um dos dois. Dessa forma, pode-se afirmar que o processo de deferimento é muito limitado.

Para o auxílio-moradia, no primeiro semestre de 2019, foram destinadas 162 vagas para todos/as os/as estudantes das nove cidades catarinenses onde se distribuem os doze centros de ensino da UDESC, mas de acordo com os dados recebidos no Serviço Social para as análises socioeconômicas referentes ao PRAFE II a demanda pelo auxílio foi muito maior¹⁰. Durante o estágio foi pertinente a observação que o número de auxílios não tem suprido a demanda dos/as discentes no que se refere à moradia, refletindo diretamente na permanência destes/as na universidade. Partindo do auxílio-moradia é possível observar dois problemas na questão de moradia na UDESC, que serão discorridos a seguir.

Uma das formas de entrada na UDESC é através do SISU, são 25% do total das vagas reservadas para essa modalidade. Com isso, muitos/as estudantes que ingressam na Instituição são de outros estados e cidades, que saem sozinhos de suas regiões natais em busca de uma formação superior. Neste sentido, a UDESC possui uma parcela de discentes que não são naturais da cidade em que se localiza o Campus, portanto, é comum que a questão da moradia seja um empecilho para uma permanência saudável¹¹ na Instituição devido à renda insuficiente, uma vez que não conseguem conciliar o estudo com o trabalho pela carga horária do curso, e/ou não possuem vínculo financeiro e até mesmo afetivo com a família. Ademais, tem muitos/as estudantes naturais da cidade do Campus, mas que moram sozinhos em residências alugadas e não conseguem manter o aluguel e outros custos básicos pelos mesmos motivos, fazendo com que a moradia também seja um empecilho para a permanência. Assim, uma primeira problemática é a falta de uma moradia estudantil na UDESC destinada a atender esse perfil de estudante.

De acordo com Lacerda e Valentini (2018, p. 414) “as residências estudantis podem impactar na vida do aluno em diferentes aspectos, tais como psicológicos e sociais”. Em uma pesquisa

10 É possível, pela vivência no campo de estágio, afirmar essa informação. Os dados sobre o número de estudantes que se inscreveram em cada auxílio, porém, não são públicos, por isso não é possível dar informações mais específicas.

11 Mais adiante, na página 10, será mais bem desenvolvida a ideia de permanência saudável.

realizada pelos autores na Universidade Federal Fluminense (UFF), aponta que

os estudantes residentes na moradia alcançam maior desenvolvimento no desempenho acadêmico quando comparado aos estudantes que não ingressaram na moradia. [...] Em relação à permanência na universidade, os resultados do presente estudo indicaram que os estudantes residentes no campus apresentaram um menor índice na proporção de trancamentos de disciplinas em comparação ao grupo de não residentes no campus. (LACERDA, VALENTINI, 2018, p. 421).

Porém, é “entendível” (não justificável) que a Instituição não tenha uma Moradia Estudantil, visto que o próprio PNAES não obriga isso das Ifes, uma vez que nele “são definidas as ações e não as formas de se executar as ações, o que resulta na diversidade de projetos e serviços implementados” (IMPERATORI, 2017, p. 295). Assim,

de modo geral, a política de assistência estudantil junto aos estudantes de universidades públicas tem se caracterizado na contemporaneidade por sua natureza focalizada; pela inexistência de mecanismos de controle social sobre a mesma; pela terceirização dos serviços; pela concessão de bolsas financeiras para apoio à moradia, alimentação, transporte em detrimento da oferta de serviços como restaurante universitário, residência estudantil, entre outros. (ANGELIM Apud IMPERATORI, 2017, p. 292).

Mas, mesmo que não exista uma Moradia Estudantil, o auxílio-moradia deveria suprir essa falta, entretanto, a ineficácia do valor oferecido pela Instituição é a segunda problemática na questão de moradia na UDESC. O/A estudante pode receber apenas R\$ 300,00 para custear uma residência, valor esse que é baixo e serve apenas para complemento, sendo comum que os/as estudantes dividam o aluguel com mais pessoas. Em Florianópolis, por exemplo, a média de aluguel de uma “quitinete” em uma região barata da cidade, de acordo com Franco (2018), escritor do website “custo de vida”, é acima de R\$ 600,00. Sem contar os gastos com o transporte - que a UDESC passou a subsidiar apenas no segundo semestre de 2019 -, visto que as regiões mais baratas são afastadas do Campus.

Ademais, alguns/mas estudantes podem pedir o auxílio-moradia e alimentação para que os dois valores juntos custeiem melhor seu aluguel, porém, como mencionado, ao receber o auxílio-alimentação o/a estudante deve abrir mão do subsídio refeição caso tenha sido contemplado no PRAFE I. Assim o/a estudante que não possui outra renda e vive apenas com o PRAFE II têm apenas R\$ 550,00¹² para custear sua moradia e alimentação, entre outros eventuais gastos, como vestuário, farmácia, materiais de estudo etc.

Essas duas principais problemáticas trazem grandes consequências na vida dos/as estudantes. Muitos/as, por exemplos, abrem mão do curso por não conseguir permanecer nele, outros/as se submetem a condições precárias para conseguir concluir a graduação. Essa situação traz a tona uma das formas de expressão da questão social, que é a subalternidade, que “diz respeito à ausência de protagonismo, de poder, expressando a dominação e a exploração” (YAZBEK, 2001, p. 34), neste sentido, o/a estudante se submete a uma série de situações para conseguir seu diploma enquanto o Estado se isenta de sua responsabilidade. Outra situação que também remete a isso é o fato de a

¹²Valor obtido da soma dos auxílios de moradia e alimentação ofertados no PRAFE II do primeiro semestre de 2019, acrescentando o valor do auxílio transporte (disponibilizado no PRAFE II em 2019.2) aumenta para R\$ 750,00. Porém não são todos/as os/as estudantes que são contemplados com mais de um auxílio, assim, pode variar a quantia mensal recebida por um/uma estudante que se mantém apenas com os auxílios PRAFE.

UDESC oferecer o Programa de bolsa de apoio discente, mencionado no segundo tópico deste artigo, isso traz um questionamento: porque a Instituição fomenta programas como esse ao invés de ampliar as vagas e verbas destinadas à assistência estudantil, que são tão escassas? Mesmo com essa contradição, muitos/as estudantes se submetem a esse programa, visto que não conseguem conciliar a jornada de estudos com um trabalho formal.

Os discentes que enfrentam cotidianamente o obstáculo da questão de moradia podem desenvolver uma série de problemas físicos, pela má alimentação, por exemplo, quando comem pouco para economizar na alimentação, ou por dormirem pouco para dar conta de todas as atividades, e também doenças psicológicas, como ansiedade e depressão. Disso, também decorre o mau desempenho acadêmico, seja por notas baixas ou por reprovações por faltas, e isso faz com que eles acabem perdendo seus auxílios, uma vez que esses são critérios de exclusão do programa. Assim, é comum que os/as estudantes vendam suas roupas, artigos pessoais, artesanato, alimentos etc. para conseguirem uma renda extra e permanecerem estudando.

É nesse sentido que se fala sobre uma permanência saudável, isto é, um processo de formação que respeite o/a estudante em toda sua integridade e bem-estar físico, psicológico, emocional e espiritual. Isso porque é necessário valorizar o processo, não deve ser visto como normal ou sinônimo de superação um/a estudante que anda muitos quilômetros para chegar à universidade porque não tem como gastar com transporte; ou um/a estudante que faz poucas refeições por dia para não gastar muito em alimentação; ou ainda ter que dividir uma casa com pessoas desconhecidas para dividir as despesas (sendo ainda mais delicado quando se é mulher, pelos inúmeros assédios que pode passar) ou alugar apenas um quarto e tornar ele seu ambiente de descanso, lazer, estudo e para alimentação; ou ainda não poder dedicar-se inteiramente aos estudos (privilégio de poucos) porque precisa conciliá-lo com atividades extras e trabalho (formal e/ou informal), onde não existe tempo para o lazer e se relacionar com as pessoas. A obtenção do diploma não pode submeter o/a estudante a um processo que o destrua. Isso não pode ser normalizado pela instituição e também não ser visto como caso individualizado e isolado pelo SAE, pois é uma demanda coletiva e que por isso necessita de soluções e saídas coletivas.

As problemáticas expostas acima são frutos de processos maiores do que a UDESC, elas são reflexos da falta de uma política pública de assistência estudantil ampliada a todas as instituições públicas de ensino superior do Brasil (federal, estadual e regional), além da insuficiência de recursos humanos, físicos e monetários correspondentes às demandas estudantis. Quanto ao Serviço Social da Instituição, por contar com uma equipe pequena de assistentes sociais e a sobrecarga de trabalho, atrelado a autonomia relativa das assistentes sociais – que não possuem, por exemplo, o controle do PRAFE ou dos recursos destinados a ele-, também não tem como solucionar o problema imediatamente.

Todavia, é extremamente importante que haja uma articulação entre o Serviço Social e os/as estudantes para que se construa uma luta coletiva que desenvolva estratégias de longo prazo para ampliar as ações de permanência estudantil na UDESC. Por fim, é igualmente necessário que os/as estudantes se unam entre si para que reivindiquem seus direitos. Apenas em 2019 foi reativado o “Diretório Central dos Estudantes” (DCE) da Instituição, que há 20 anos estava desativado. A chapa eleita foi a “desenvolve UDESC”, que traz propostas de lutar pela permanência estudantil, fazendo reivindicações como ampliação de vagas e ajustes nos valores dos auxílios do PRAFE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente o progresso no acesso das pessoas pobres, negras e indígenas na educação superior, mas também as limitações das ações que visam uma permanência saudável desse público nesse ambiente historicamente elitizado. Nesse artigo, são expostos alguns dos desafios enfrentados pelos/as estudantes da UDESC que precisam ter acesso a moradia para permanecer estudando.

A universidade não possui moradia estudantil e a única ação nesse sentido é o auxílio-moradia, insuficiente quanto ao valor e número de vagas. Consequentemente, os/as estudantes que acessam o benefício – e principalmente os/as que não conseguem acessar - ainda precisam buscar outras formas para complementar sua renda, podendo se submeter a diversas situações precárias para conseguir se formar. A primeira condição para uma mudança nesse quadro é a união desses/as estudantes, para que juntos lutem e reivindiquem pela expansão do programa de assistência estudantil da instituição, visto que não é apenas um/a ou dois/duas estudantes que enfrentam essa problemática.

Aqui, focalizou-se em um contexto universitário em um período de tempo determinado. Os pontos apresentados são resultado de observações empíricas, realizadas no período curto de estágio, acerca da realidade estudantil, assim as problemáticas analisadas ainda estão abertas e merecem mais estudos e pesquisas por se tratar de um tema tão complexo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal: 1988.

BRASIL. *Decreto nº 7.234*, dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). 2010.

CAVAIGNAC, Mônica D. COSTA, Renato M. P. da. Serviço Social, Assistência Estudantil e “Contrarreforma” do Estado. *Revista Temporalis*. Brasília, ABEPSS, ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

FRANCO, Lucas. *Custo de vida em Florianópolis*. Disponível em: <http://www.custodevida.com.br/sc/florianopolis/> Acesso em: 29 set. 2020.

IMPERATORI, Thaís K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/agosto, 2017.

LACERDA, Izabella P; VALENTINI, Felipe. Impacto da Moradia Estudantil no Desempenho Acadêmico e na Permanência na Universidade. In: *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, vol. 22, Nº. 2, maio/agosto, 2018.

SANTOS, Claudia Monica dos; MARAFON, Nelize M. A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: desafios para o Serviço Social. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre. V. 15, n. 2, p. 408 - 422, ago./dez. 2016.

UDESC. Universidade o Estado de Santa Catarina. *Edital PRAFE Nº 01/2019*. Florianópolis: UDESC, 2019.

UDESC. Universidade o Estado de Santa Catarina. *Edital PRAPE Nº 01/2018*. Florianópolis: UDESC, 2018.

UDESC. Universidade o Estado de Santa Catarina. *Plano de Desenvolvimento Institucional*. Florianópolis:

UDESC, 2016.

UDESC. Universidade o Estado de Santa Caratina. *Resolução nº 001/2005 CONSUNI*. Florianópolis: UDESC, 2005.

VASCONCELOS, Natália. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. *Revista da Católica*, Uberlândia, v. 2, n. 3, pp. 599-516, 2010.

YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Revista Temporalis*, ABEPSS, ano II, n.3, 2001.

ECA, SINASE E O ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO BRASIL

Eduarda Ávila Flor

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: eduardaavilaflor@gmail.com

ECA, SINASE E O ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO BRASIL

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de contribuir para reflexão sobre o atendimento socioeducativo de adolescentes que cometeram ato infracional no Brasil. A partir de revisão bibliográfica resgata aspectos históricos do atendimento de crianças e adolescentes no país, bem como as mudanças advindas com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e com a definição de parâmetros normativos e princípios através do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Dessa forma, busca finalizar suas reflexões e considerações sobre desafios que o atendimento socioeducativo encontra no país.

Palavras-chave: adolescentes; medidas socioeducativas; Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

ECA, SINASE Y EL SERVICIO SOCIOEDUCATIVO EN BRASIL

Resumen: Este artículo tiene como objetivo contribuir a la reflexión sobre la atención socioeducativa de los adolescentes que han cometido una infracción en Brasil. A partir de una revisión bibliográfica, recupera aspectos históricos de la atención a la niñez y adolescencia en el país, así como los cambios resultantes de la aprobación del Estatuto de la Niñez y la Adolescencia (ECA) y la definición de parámetros y principios normativos a través del Sistema Nacional de Servicio Socioeducativo (SINASE). De esta manera, busca terminar sus reflexiones con consideraciones sobre los desafíos que la asistencia socioeducativa encuentra en el país.

Palabras clave: adolescentes; medidas educativas; Sistema Nacional de Servicio Socioeducativo (SINASE).

INTRODUÇÃO

A política de atendimento socioeducativo destinada a adolescentes em conflito com a lei no Brasil delineou-se a partir da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Lei nº 12.594/2012. Por ser considerada uma lei recente, que data o ano de 2012, o atendimento aos adolescentes que cometeram ato infracional no país ainda encontra inúmeros desafios para a efetivação de uma política que respeite os direitos humanos sob a lógica da socioeducação e de acordo com os princípios do SINASE.

Dessa forma, por meio de revisão bibliográfica, o presente artigo busca refletir sobre o atendimento voltado aos adolescentes em conflito com a lei no Brasil. Para tanto, aborda-se no primeiro momento o histórico do atendimento destinado à criança e ao adolescente no Brasil e o reordenamento jurídico-institucional advindo com o ECA, fundamentado pela Doutrina de Proteção Integral. Em seguida, realizam-se aproximações com o SINASE e com conceitos da socioeducação. Por fim, trata-se das considerações acerca dos desafios para o sistema socioeducativo no Brasil.

O ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL

Para pensar no atendimento voltado aos adolescentes em conflito com a lei no Brasil e refletir sobre o sistema socioeducativo e seus desafios no contexto atual, deve-se pontuar que a ideia de crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos é recente na história do país, tendo sido introduzida com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e com a aprovação do ECA em 1990 – o qual consolida a Doutrina de Proteção Integral ao segmento e sepulta a doutrina do “menor em situação irregular”.

Historicamente, crianças e adolescentes ora foram considerados propriedade dos pais, ora tutelados pelo Estado. Voltando-se aos processos de desenvolvimento sócio histórico do Brasil, a partir do século XIX, com a industrialização capitalista, recai sobre a criança o papel de ser o futuro da nação, seja para seu progresso ou para sua degeneração. Nesse contexto, foram criados uma série de aparatos jurídicos, médicos e assistenciais para vigiar e controlar a infância, principalmente a infância pobre numa visão higienista e saneadora da sociedade (RIZZINI, 1997).

Nessa perspectiva, os papéis desempenhados e esperados pela criança dependiam da classe social na qual ela e sua família ocupavam na estrutura da sociedade. Arantes (1995) aponta que o conceito de criança era compreendido enquanto etapa do processo evolutivo e do desenvolvimento bio-psíquico-social, enquanto o termo “menor” se referia a uma criança ou adolescente que necessitava judicialmente de um tutor ou de um responsável e que não se encontrava capacitado ao exercício pleno da cidadania. Assim, o termo “menor” passou a designar historicamente a criança e o adolescente pobre que não está sob autoridade de pais ou tutores, abandonada materialmente e/ou moralmente, “não tutelada”, “solta” e sujeita a meios sociais considerados “viciosos”.

Enquanto intervenção estatal, ao “menor em situação irregular” foi destinada uma série de medidas jurídicas e assistenciais, construindo estratégias de criminalização dos segmentos mais pauperizados da população ao caracterizar as famílias pobres como “desequilibradas” e “irregulares”. Para essas crianças e adolescentes que se enquadram na definição de “menor em situação irregular”, pela legislação que vigorou de 1927 a 1990, estes eram passíveis de serem enviadas a instituições de triagem, recolhimento, ressocialização ou guarda, sob a lógica do Código de Menores (RIZZINI, 1997).

Além disso, sob a ameaça do “menor”, justifica-se a necessidade do Estado intervir sobre a criminalidade (associada à pobreza) numa perspectiva de “recuperar” os indivíduos, que para além de uma justiça de caráter repressivo, enquadra-os na lógica do trabalho. Legislações de proteção desenvolvidas nas primeiras décadas do século XX fazem parte da estratégia de sanear a sociedade, moralizar e controlar a população e a infância pobre (RIZZINI, 1997).

Os traços dessas ideias podem ser vistos no Brasil nos Código de Menores de 1927 e 1979 e nas legislações de “assistência e proteção aos menores” que foram promulgadas a partir do século XX, na quais buscavam prevenir, tratar e regenerar a criança moralmente e materialmente abandonada, “delinquente” e/ou “viciosa” (RIZZINI, 1997).

O primeiro Código de Menores, de 1927, estabelecia que a infância e a adolescência “abandonada” moral ou materialmente deveria ser recuperada sob a tutela do Estado (RIZZINI, 1997). Já o Código de Menores de 1979 voltava a atuação estatal para situações consideradas “irregulares”, por omissão da família, do Estado ou da ação da criança ou do adolescente (VIEIRA, 2008).

Assim, a Doutrina do Menor em Situação Irregular, adotada pelos Códigos de Menores, voltava-se para situações consideradas irregulares, disfarçando penas em medidas de proteção ao possuir um modelo assistencialista e repressivo, no qual as crianças e adolescentes eram privados de seus direitos (VIEIRA, 2008).

Considerando que o segundo Código de Menores foi aprovado no período de Ditadura Militar no Brasil, cabe pontuar que nesse período os direitos políticos, civis e sociais da população, inclusive de crianças e adolescentes enquanto sujeitos em condição de desenvolvimento foram cerceados. É nesse contexto, na década de 1960, que tomaram destaque as Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor (FEBEMs), grandes internatos superlotados que atendiam tanto crianças e adolescentes oriundos de famílias pobres quanto aqueles que cometeram atos infracionais - consolidando-se a ideia de que o lugar na criança pobre é no internato (MARTINS, 2003).

Tendo em vista o contexto acima apresentado, destaca-se que a partir da década de 1970, no âmbito mundial, os direitos das crianças e adolescentes pautavam-se na agenda política de diversos países, com uma série de documentações e conferências internacionais. Entretanto, é a partir dos anos 1980 no Brasil que se intensificam as lutas sociais de críticas e questionamentos ao Código de Menores de 1979 e as políticas de atendimento a crianças e adolescentes. Constrói-se a partir de então um quadro de lutas no qual se desenha a Doutrina da Proteção Integral, um marco para a atuação do Estado e da sociedade na área da infância e juventude (VIEIRA, 2008).

REORDENAMENTO JURÍDICO-INSTITUCIONAL: ECA E SINASE

Conforme pontuado no item anterior, o reconhecimento dos direitos das crianças e dos adolescentes ocorreu por meio de um processo histórico de lutas sociais a partir dos anos 1970, que objetivavam romper com a lógica moralista e higienista do atendimento destinado ao segmento no país. Na esfera mundial, a proteção integral de crianças e adolescentes é declarada em documentos internacionais, como a Declaração dos Direitos da Criança de 1959 e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, de 1989. Já no Brasil, a luta acerca dos direitos das crianças e dos adolescentes teve significativa representação a partir da década de 1980 (FERREIRA, 2013).

A Constituição Federal de 1988 marca a mudança de paradigma acerca dos direitos das crianças e adolescentes, e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, define um novo modo de ver e de atender esse segmento da população, que passam a ser considerados sujeitos em desenvolvimento e não mais “menores”.

Neste sentido, o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 estabelece que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

A partir de então, crianças e adolescentes têm garantido o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Aliado a isso, as formas de responsabilizar aqueles que cometem

atos infracionais¹³ foram reformuladas, visando construir espaços socioeducativos, onde seus direitos sejam garantidos e sua condição de pessoa em desenvolvimento respeitada.

Portanto, o ECA é considerado um marco no atendimento e na garantia dos direitos da criança e do adolescente no Brasil ao afirmar a Doutrina de Proteção Integral e que estes são sujeitos em desenvolvimento, que possuem direitos e deveres, num processo de crescimento e aprendizagem. Neste sentido, a visão de crianças e adolescentes enquanto sujeitos significa sua concepção como:

[...] indivíduos autônomos e íntegros, dotados de personalidade e vontade próprias que, na sua relação com o adulto, não podem ser tratados como seres passivos, subalternos ou meros “objetos”, devendo participar das decisões que lhes dizem respeito, sendo ouvidos e considerados em conformidade com suas capacidades e grau de desenvolvimento (BRASIL, 2006a, p. 25).

Como são sujeitos de direitos, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar com prioridade a proteção integral a todas as crianças e adolescentes, bem como a efetivação de seus direitos. Desta forma, este segmento tem preferência na formulação e execução de políticas públicas e na destinação de recursos públicos, sendo responsabilidade do Poder Público elaborar e assegurar políticas necessárias ao seu desenvolvimento e proteção de qualquer forma de opressão, violência, discriminação e exploração (BRASIL, 1990).

Além disso, o ECA trata ainda dos direitos fundamentais da população infantojuvenil, das políticas de atendimento e das medidas protetivas e socioeducativas, garantindo a exigibilidade dos direitos num tripé de liberdade-respeito-dignidade. No que tange as medidas protetivas, destaca-se que as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicadas sempre que os direitos deles forem ameaçados ou violados, seja em razão de sua conduta, de ação ou omissão da sociedade ou do Estado, bem como por falta, omissão ou ação de pais/responsáveis (BRASIL, 1990).

Já as medidas socioeducativas estão vinculadas ao cometimento de ato infracional e são destinadas a adolescentes, isto é, àqueles que possuem entre 12 e 18 anos de idade. De acordo com o ECA, verificada a prática de ato infracional, poderão ser aplicadas as medidas socioeducativas de: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional (BRASIL, 1990).

Conforme disposto no ECA, a medida de advertência refere-se à advertência verbal, reduzida a termo e assinada. A medida da obrigação de reparar o dano visa o ressarcimento material do dano ou outra forma de compensação. A Prestação de Serviço à Comunidade é uma medida socioeducativa de meio aberto que consiste na realização de ações gratuitas de interesse da sociedade junto a escolas, hospitais e outras instituições, executada em até seis meses. A Liberdade Assistida é uma medida socioeducativa, também de meio aberto, que visa o acompanhamento e a

13 O ato infracional é conceituado pelo ECA como "a conduta descrita como crime ou contravenção penal" (BRASIL, 1990). Entretanto, cabe pontuar que a criança e o adolescente são penalmente inimputáveis, estando sujeitos às normas previstas no ECA. Assim, considerando que são sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento, o tratamento destinado àqueles que cometeram ato infracional é diferenciado, não sendo empregado caráter penal à medida (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2013).

orientação de adolescentes que cometeram ato infracional por um(a) orientador(a), designado por autoridade competente. Esta medida tem o prazo mínimo de seis meses (BRASIL, 1990).

Já a medida de inserção em regime de semiliberdade, determinada desde o início ou enquanto transição para as medidas de meio aberto, possibilita que os adolescentes executem atividades externas à instituição. Por fim, a medida de internação em estabelecimento educacional é uma medida privativa de liberdade, que deve observar os princípios de excepcionalidade, brevidade e respeito aos adolescentes enquanto sujeitos de direitos. O período máximo dessa medida é de até três anos, no qual devem ser preservados os direitos relativos à escolarização, profissionalização, acesso à informação, realização de atividades culturais, de lazer e esportivas, dentre outros (BRASIL, 1990).

Em relação a aplicação das medidas socioeducativas, vale destacar que os menores de 18 anos são considerados penalmente inimputáveis e as medidas socioeducativas não visam ter um caráter punitivo, e sim responsabilizar o adolescente pelo ato cometido - devendo levar em conta a capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e as gravidades da infração, bem como assegurar o conhecimento da atribuição do ato infracional, a igualdade na relação processual, assistência jurídica gratuita e direito de ser ouvido em todo o processo (BRASIL, 1990). Nesse sentido, complementa-se que:

Essas medidas são aplicadas visando garantir que o adolescente seja responsabilizado pelos atos por ele praticados, mas que também lhe sejam oferecidas oportunidades de desenvolvimento pessoal e social, visto que, como já foi colocado, trata-se, segundo a lei, de pessoa em desenvolvimento (FREITAS, 2011, p. 34).

Já em relação à regulamentação da política de atendimento socioeducativo, conforme destaca Marques et.al (2013, p.3), “[...] foi somente no final da década de 1990 que o atendimento socioeducativo passou a ser destinatário de um conjunto de parâmetros, normativas e proposições [...]”, tendo como normativas a Resolução nº 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que edita o Sistema de Atendimento Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), bem como sua instituição por meio da Lei nº 12.594 de 2012.

O SINASE visa uniformizar e padronizar as políticas, serviços e programas de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei e pode ser compreendido enquanto:

[...] uma política pública, articulada com as demais políticas imersas no Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente, com fins no atendimento dos adolescentes em conflito com a Lei, desde a apuração do ato infracional até a execução da medida socioeducativa (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2013, p. 126).

O SINASE está articulado com as demais políticas de atendimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), regulamentado pela Resolução nº 113/2006 do CONANDA. O SGDCA constitui-se na articulação de instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, através de mecanismo de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos das crianças e adolescentes (CONANDA, 2006).

As entidades que integram o SGDCA atuam a partir de três eixos: a promoção, a defesa e o

controle dos direitos humanos. O eixo da promoção dos direitos se situa no campo da formulação e da operacionalização das políticas sociais (como as políticas de saúde, educação, assistência social, lazer, cultura e esportes). O eixo da defesa é caracterizado por ser a via de acesso à justiça e a mecanismos jurídicos de proteção legal dos direitos. Já o eixo do controle visa acompanhar e avaliar programas e políticas públicas referentes à infância e juventude (BAPTISTA, 2012).

O SGDCA visa romper com ações fragmentadas das políticas de atendimento, ser transversal e ter ações intersetoriais junto as diferentes políticas públicas¹⁴, buscando assim a efetivação dos direitos da população infantojuvenil dentro do campo das políticas públicas sociais.

Nesse sentido, compreendendo que o SINASE está relacionado diretamente com o SGDCA, como o Sistema Educacional, de Justiça, de Segurança Pública, de Saúde e de Assistência Social, cabe reafirmar que “[...] a implantação da socioeducação não deve estar dissociada da participação da sociedade, do acesso a políticas públicas, do questionamento e do enfrentamento da desigualdade [...]” (MOREIRA, 2012, p. 104). Para tanto, visa-se qualificar o atendimento da(o) adolescente, seja este nas diferentes medidas socioeducativas, reafirmando seus direitos fundamentais, bem como preconizando a participação da família, da comunidade e do Poder Público para execução das medidas socioeducativas (MOREIRA, 2012).

Os órgãos deliberativos e gestores do SINASE são articuladores da atuação das diferentes áreas da política social. Neste papel de articulador, a incompletude institucional é um princípio fundamental norteador de todo o direito da adolescência que deve permear a prática dos programas socioeducativos e da rede de serviços. Demanda a efetiva participação dos sistemas e políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, entre outras, para a efetivação da proteção integral de que são destinatários todos adolescentes (BRASIL, 2006b, p. 23).

Dessa forma, estabelece-se que é indispensável para o atendimento socioeducativo no país a articulação de diferentes arenas setoriais, inclusive a participação da sociedade civil. Assim, SINASE elenca enquanto ações para potencializar a integração do sistema de garantias de direitos:

- 1) estímulo à prática da intersetorialidade;
- 2) campanhas conjuntas destinadas à sociedade em geral e aos profissionais da área, com vistas à concretização da Doutrina de Proteção Integral adotada pelo ECA;
- 3) promoção de discussões, encontros, seminários (gerais e temáticos) conjuntos;
- 4) respeito às competências e atribuições de cada ente federativo e de seus órgãos, evitando-se a sobreposição de ações;
- 5) discussão e elaboração, com os demais setores do Poder Público, para expedição de atos normativos que visem ao aprimoramento do sistema de atendimento;
- 6) expedição de resoluções conjuntas, disciplinando matérias relacionadas à atenção a adolescentes inseridos no SINASE (BRASIL, 2006b, p. 23-24).

14 No que tange as políticas públicas, cabe destacar brevemente que essas “[...] são aquelas políticas necessárias desenvolvidas, sobretudo, pelos estados capitalistas, no esforço de garantir os direitos básicos de cidadania e de promover a inclusão social. As políticas públicas, intimamente relacionadas com os direitos humanos, não se configuram apenas em leis, normas e programas, mas também na sua construção e no diálogo entre a população e o governo por ela legitimado” (NEVES et al, 2010, p. 102).

Nessa perspectiva, em relação à articulação das diferentes políticas de atendimento do SGD, segundo estudo publicado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2012, do documento “Panorama Nacional: a Execução de Medidas Socioeducativas de Internação”, de 1.898 adolescentes entrevistados em cumprimento de medidas privativas de liberdade de todas as regiões do país, 8% deles não tinham sido alfabetizados, 86 % haviam estudado até séries do ensino fundamental e 75% faziam uso de drogas ilícitas (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2013). Tais dados demonstram a importância de compreender a realidade dos jovens que cometeram atos infracionais, bem como questionar o acesso a políticas públicas preventivas e protetivas, como a educação, não apenas depois do ato ser executado.

Destarte, de acordo com o princípio da responsabilidade da família, sociedade e Estado pela promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, destaca-se que a corresponsabilidade desses atores em relação ao atendimento socioeducativo perpassa ações como o controle social para que o Estado cumpra suas responsabilidades e que garanta direitos para que as famílias acompanhem os adolescentes. Além disso, preconiza-se a importância de ações de formação continuada para superar práticas assistencialistas e coercitivas no atendimento a autores de ato infracional (MOREIRA, 2012).

Portanto, tendo como referência a Constituição Federal de 1988, o ECA e documentos internacionais de proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes, o SINASE é construído a partir de uma série de princípios que visam assegurar os direitos dos adolescentes que cometeram atos infracionais, entre eles: respeito aos direitos humanos; integridade física e segurança; incompletude institucional; municipalização do atendimento; devido processo legal; responsabilidade da família, da sociedade e do Estado pela defesa e promoção dos direitos do segmento; excepcionalidade, brevidade e respeito à condição de pessoa em desenvolvimento (BRASIL, 2006b).

A partir desses princípios, pode-se destacar, por exemplo, que a aplicação da medida socioeducativa visa a excepcionalidade, no qual a medida de privação de liberdade deve ser o último recurso a ser aplicado, assim como deve ter o princípio da brevidade, referindo-se ao tempo necessário que o adolescente estará realizando à medida (MARQUES et.al, 2013).

Com base nos princípios apresentados, no que tange ao caráter pedagógico das medidas socioeducativas, este objetiva atribuir significados e desdobramentos na vida do adolescente, de modo a formar jovens para o exercício da cidadania. Destaca-se que compreendido enquanto pessoa em condição peculiar desenvolvimento, sujeito de direitos e responsabilidades, as ações socioeducativas voltadas aos adolescentes devem contribuir na formação de um cidadão autônomo, no qual se aprenda com experiências educativas tanto no âmbito individual quanto social e que possibilite vislumbrar perspectivas de vida (MARQUES et.al, 2013).

Dessa forma, as ações socioeducativas visam possibilitar o desenvolvimento pessoal e social do adolescente, fomentar e promover a participação na vida social, bem como respeitar os direitos humanos desses sujeitos a partir de medidas socioeducativas com valores éticos e pedagógicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Anterior ao reordenamento jurídico-institucional advindo com o ECA e com o SINASE, as ações

direcionadas aos adolescentes que cometeram ato infracional eram pautadas na “doutrina da situação irregular”, isto é, numa perspectiva coercitiva e menorista. Porém, reconhecendo e reafirmando a importância das mudanças trazidas pela Constituição Federal de 1988, pelo ECA e pelo SINASE, evidencia-se que ainda há muito para avançar no que tange a efetivação dos direitos garantidos pelos marcos normativos, bem como o rompimento com a lógica de criminalização da pobreza que foi construída historicamente na sociedade brasileira – principalmente quando se trata dos adolescentes que cometeram ato infracional.

Conforme destaca Marques et.al (2013, p. 9), “[...] ao infringir a lei, um adolescente pode ser privado parcial ou integralmente do direito de ir e vir; seus demais direitos não só continuam invioláveis, como passam a ser resguardados pelo Estado”. Reitera-se o princípio disposto no SINASE no que tange a garantia dos direitos humanos, a integridade física e a segurança do adolescente, assim como valores de justiça, respeito à diversidade cultural, religiosa, étnico-racial, de gênero e orientação sexual.

Nesse sentido, embora tenham sido realizados avanços nas legislações e na regulamentação de serviços, há uma série de desafios que o sistema socioeducativo e os profissionais que atuam neste espaço sócio ocupacional encontram. No âmbito de condições estruturais, por exemplo, destaca-se a necessidade da construção e manutenção de unidades adequadas para atendimento no meio privado. Bem como do efetivo cofinanciamento nas três esferas do governo. Faz-se necessário, assim, refletir sobre as condições de atendimento dos adolescentes, indagando-se se tal atendimento não restringe direitos, ou seja, se não se configura como mais um espaço de violação de direitos.

No que se refere ao trabalho profissional, pontuam-se tanto a necessidade de capacitação permanente dos profissionais que atuam com esse público-alvo, visando distanciar-se de práticas punitivas e restritivas de direitos, quanto a articulação intersetorial com a rede de serviços. Compreendida aqui de forma a realizar intervenções profissionais caracterizadas pela articulação das ações e dos serviços no território.

Ainda, destacam-se a importância da oferta de ações de apoio e acompanhamento e de políticas públicas pensadas aos(às) adolescentes após o cumprimento da medida socioeducativa, priorizando ações para promover os direitos desses sujeitos, como convivência familiar e comunitária, educação, saúde, trabalho, dentre outros, e seu acesso a rede de serviços públicos.

Além disso, impera na sociedade a cultura de que lugar de adolescente que comete ato infracional é na prisão, numa perspectiva de que este deve estar “encarcerado” - reafirmando a perspectiva do Código de Menores. Volta-se para o trato de forma individual, no qual o problema estaria nos sujeitos, sem questionar a sociedade capitalista e as diferentes expressões da questão social.

Por fim, vale ressaltar a necessidade de reconhecer os inúmeros desafios que o sistema de atendimento socioeducativo encontra para concretizar a execução das medidas socioeducativas, sem perder de vista os movimentos na sociedade e a luta para superar práticas assistencialistas e repressivas no atendimento socioeducativo destinado a adolescentes que cometeram atos infracionais. Dessa forma, cabe reafirmar que antes de cometer um ato infracional o(a) adolescente é um sujeito de direitos em desenvolvimento, que deve ter seus direitos respeitados e garantidos.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de Crianças no Brasil: A criminalização da criança pobre. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (org.). *A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1995. pp. 207-218.

BAPTISTA, Myrian Veras. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 109, p. 179-199, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n109/a10n109.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 14 mar. 2020.

BRASIL. *Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990*. 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 14 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília, DF: CONANDA, 2006a.

Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf. Acesso em: 15 jun. 2018.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos e Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo — SINASE*, 2006b. 100 p.

CONANDA. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Resolução nº 113/2006*. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conanda. D.F. 2006. Disponível:

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=104402>. Acesso em: 28 abr. 2019.

FERREIRA, Adeilza Clímaco. O Sistema de Garantia de Direitos e os desafios na efetivação da Proteção Integral. In: VI Jornada Internacional De Políticas Públicas, 6, 2013, São Luís/Maranhão. *Anais...* São Luís: UFMA, 2013. p. 1-9. Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspUBLICAS/osistemadegarantiadedireitoseosdesafiosnaefetivacaodaprotecaointegral.pdf>.

Acesso em: 14 mar. 2020.

FREITAS, Pereira de. Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n.105, jan/mar. 2011. P. 30-49. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n105/03.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.

MARQUES, et.al. Desafios para a Implementação do SINASE e garantia de direitos humanos dos adolescentes em conflito com a lei. In: VI Jornada Internacional De Políticas Públicas, 6, 2013, São Luís/Maranhão. *Resumo de mesa coordenada...* São Luís: UFMA, 2015. pp. 1-14. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/mesastematicas/desafiosparaimplementacaodosinaseegarantiadedireitos.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.

MARTINS, Daniele Comin. *Estatuto da Criança e do Adolescente & Política de atendimento*. Curitiba: Juará, 2003. 110 p.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude. *Manual do Promotor de Justiça da infância e juventude: o ato infracional e o sistema socioeducativo*. Florianópolis: MPSC, 2013. Disponível em:

<https://documentos.mpsc.mp.br/portal/manager/resourcesDB.aspx?path=700>. Acesso em: 22 jun. 2019.

MOREIRA, Celeste A. B.D. Socioeducação: críticas sobre as medidas socioeducativas em tempos de SINASE. *Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 22, n. 2, p. 1-18, 2013. Disponível em:

<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/viewFile/2462/2170>. Acesso em: 22 jun. 2019.

NEVES, Anamaria Silva et al . Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto , v. 18, n. 1, p. 99-111, 2010 . Disponível em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 mai. 2019.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1997.

VIEIRA, Cleverton Elias. Da categoria menor à categoria criança e adolescente: o advento da Doutrina Jurídica da Proteção Integral. In: RIFIOTIS, Theophilos. RODRIGUES, Tiago Hyra (orgs.). *Educação em direitos humanos: discursos críticos e temas contemporâneos*. Florianópolis: UFSC, 2008. p.181-191.

O MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA NOS PROCESSOS DE ADOÇÃO EM FLORIANÓPOLIS

Juliana Santiago Ramos

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: ramossjuliana@live.com

Fabiana Luiza Negri / Orientadora

Graduada em Serviço Social e Especialista em Políticas Sociais e Famílias, ambas pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: fabiana.negri@ufsc.br

O MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA NOS PROCESSOS DE ADOÇÃO EM FLORIANÓPOLIS

Resumo: O presente artigo tem por finalidade apresentar as reflexões acerca do conceito de melhor interesse de crianças e adolescentes nos processos de adoção e sua apreensão e aplicabilidade pelos profissionais que atuam nesses processos. Para isso, expõem-se os resultados de uma pesquisa qualitativa realizada com assistentes sociais e psicólogas que atuam nas instituições de acolhimento de Florianópolis-SC, por meio de entrevistas semiestruturadas, que embasou um trabalho de conclusão de curso defendido em 2019. São tecidas reflexões sobre o conceito de melhor interesse, como se efetivam os processos de adoção e se configuram as instituições de acolhimento e nesse escopo apresentam-se as concepções das equipes técnicas. O principal resultado indica que as equipes das instituições não têm a devida clareza sobre o conceito, entendem como algo imediatamente presente no processo de adoção, mas relatam que não o utilizam diretamente como fundamento de seus pareceres.

Palavras-chave: Melhor Interesse. Adoção. Acolhimento Institucional.

EL MEJOR INTERÉS DEL NIÑO EN PROCESOS DE ADOPCIÓN EN FLORIANÓPOLIS

Resumen: El propósito de este artículo es presentar reflexiones sobre el concepto del mejor interés de la niñez y la adolescencia en los procesos de adopción y su aprehensión y aplicabilidad por parte de los profesionales que laboran en estos procesos. Para ellos, se exponen los resultados de una investigación cualitativa realizada con trabajadores sociales y psicólogos que laboran en las instituciones anfitrionas de Florianópolis-SC, a través de entrevistas semiestructuradas, que sustentaron un trabajo de tesis de conclusión de carrera defendido en 2019. Se hacen reflexiones sobre el concepto de mejor interés, cómo se llevan a cabo los procesos de adopción y se configuran las instituciones de acogida y en este ámbito se presentan las concepciones de los equipos técnicos. El principal resultado indica que los equipos de las instituciones no tienen claro el concepto, lo entienden como algo inmediatamente presente en el proceso de adopción, pero informan que no lo utilizan directamente como base para sus opiniones.

Palabras clave: Mejor interés. Adopción. Recepción Institucional

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, se divide em três diferentes níveis de Proteção Social: Básica, Especial de Média Complexidade e Especial de Alta Complexidade. É na Proteção Social Especial de Alta Complexidade que se situa o acolhimento institucional e este é um processo que não pode ocorrer de forma isolada e fragmentada. Segundo o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNAA), em setembro de 2020 Santa Catarina apresentou 1.204 crianças e adolescentes acolhidos e 214 em processo de adoção. Também informa que o Estado possui 323 instituições de acolhimento, sendo

56,7% desses em módulo de família acolhedora e onze dessas instituições em Florianópolis, de acordo com o Instituto Comunitário da Grande Florianópolis (ICOM).

Este artigo apresenta o conceito de melhor interesse da criança, com o objetivo de compreender como o mesmo é utilizado por profissionais vinculados as instituições de acolhimento nos processos de adoção. Baseia-se em pesquisa de campo realizada no período de agosto a novembro de 2019 a qual foi referência para um Trabalho de Conclusão de Curso, utilizando como metodologia a entrevista semiestruturada com profissionais de instituições de acolhimento em Florianópolis/SC, analisando suas respostas de acordo com categorias previamente elaboradas. Ao todo foram entrevistados 10 profissionais de 05 instituições diferentes, sendo 05 assistentes sociais e 05 psicólogas. No momento da coleta dos dados, haviam 59 crianças e adolescentes acolhidos nas instituições entrevistadas, sendo que 07 estavam em processo de adoção.

O CONCEITO DE MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA

Dentro do universo das legislações brasileiras, a Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), amparado pela Doutrina Jurídica de Proteção Integral, sintetiza toda uma luta pela garantia de direitos de crianças e adolescentes, assegurando a esses sujeitos “absoluta prioridade” (BRASIL, 1988, p. 115) na defesa, promoção e efetivação de seus direitos. Para tanto, criou-se o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), uma rede de políticas sociais públicas e do campo sociojurídico que se organizam para agir em prol do melhor interesse da criança.

O melhor interesse da criança é um conceito muito antigo, pois segundo Monteiro (2010, p.75) o Código de Napoleão já reconhece que o poder paternal deve ser exercido “principalmente no superior interesse da criança” (Apud KREUZ, 2012, p.72). Mais recentemente aparece na Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959, e também no artigo 5º do Segundo Código de Menores Brasileiro, de 1979.

De acordo com Colucci (2014, p.226) o conceito provém do “instituto inglês *parens patriae* que tinha por objetivo a proteção de pessoas incapazes e de seus bens. Com sua divisão entre proteção dos loucos e proteção infantil, esta última evoluiu para o princípio de *best interest of child*”. O conceito de melhor interesse da criança funciona como um orientador “determinando a primazia das necessidades da criança e do adolescente como critério de interpretação de lei, deslinde de conflitos, ou mesmo para a elaboração de futuras regras” (AMIN Apud SILVEIRA, 2015, p. 34).

Esse princípio, como coloca Kreuz (2012, p.73), “deve ser o princípio orientador das políticas públicas, nas ações administrativas e na aplicação de medidas de proteção pela rede de atendimento” e para tanto, pode assumir “a roupagem de ‘maior’, ‘melhor’ ou ‘superior’ interesse da criança” (ROSSATO Apud MENEZES e JUNIOR, 2013, p.214).

Por ser um conceito sem uma definição específica “exige o desenvolvimento de uma hermenêutica protetiva da criança e adolescente, para ampliar o espectro de proteção, assegurando o cumprimento dos seus direitos, também em matéria de Direito da Família” (MENEZES, JUNIOR, 2013, p. 216) e

[...] a aplicação ilimitada desse princípio pode servir como fundamento de decisões totalmente à margem dos direitos expressamente reconhecidos à criança e ao

adolescente, desprezando-se integralmente sua vontade. Por isso, [...] a interpretação deve levar em consideração as demais garantias constitucionais e processuais, sob pena de ressuscitar a velha doutrina de proteção irregular, travestida de nova, sob o argumento do melhor interesse da criança. (SARAIVA Apud KREUZ, 2012, p. 75).

Isso significa dizer que dentro do SGDCA e de todas as políticas sociais públicas que o atendimento à criança e ao adolescente englobam, deve existir uma base comum para a atuação profissional de todas e todos os sujeitos vinculados a mesma. O ECA, as tipificações, normativas e políticas são parte estruturante desse alicerce.

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E ADOÇÃO

A ideia de instituições de proteção à criança surgiu juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente, na década 1990, propondo uma Doutrina Jurídica de Proteção Integral e compreendendo a criança e o adolescente como pessoas em formação que necessitavam de segurança e proteção física, emocional, jurídica, familiar e social e para tanto, estabeleceu-se na Lei nº 8.069, artigo 4º que assegurar a efetivação dos direitos da criança e do adolescente “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público” (BRASIL, 1990).

Entre essas instituições, as de acolhimento também são lugares de proteção a esses sujeitos, pois devem garantir a integridade física, psicológica e emocional de crianças e adolescentes que já tiveram seus direitos violados pela própria família. A violação de direitos das crianças e adolescentes ocorre de diversas formas e relaciona-se a vários fatores, porém a falta de acesso a políticas públicas e a própria pobreza não podem ser considerados como elementos que desencadeie o processo de institucionalização, na medida em que a desigualdade é produto do modelo de produção vigente e nesse contexto temos um Estado voltado aos interesses do capital, com baixos investimentos em políticas públicas.

Isso porque, o Brasil desde a década de 1990 implementa uma economia neoliberal que aprofunda-se no momento presente, fazendo com que o Estado diminua e até mesmo se isente da participação no enfrentamento às expressões da questão social, que permanece em constante ascensão, pelos processos de flexibilização e informalidade do trabalho, desmonte acelerado das instituições públicas, privatização dos direitos como: saúde, educação e previdência, além do corte de recursos públicos para manutenção e expansão das políticas, observando a EC 95/2016 que congelou os investimentos em políticas sociais por 20 anos. Esse processo de ausência do Estado na consolidação de políticas públicas, faz com que a sociedade busque alternativas para solucionar situações de violência, negligência e descaso, aumentando expressivamente a quantidade de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), materializando a privatização dos serviços e sobrecarregando as famílias e sujeitos de modo geral, quando assumem a responsabilidade de gerenciar, cuidar e efetivar direitos de outras pessoas e grupos sociais, quando nem mesmo possuem garantia de seus próprios direitos. Para além disso, as famílias mais pobres ficam vulneráveis e expostas, pois dependem das instituições e políticas públicas para que o acesso a seus direitos seja consolidado.

Pela insegurança e vulnerabilidade constantes, por todos os fatores citados anteriormente, as crianças e adolescentes de famílias pauperizadas tem maiores possibilidades de institucionalização, já que segundo Rizzini et al (2006, p. 34)

[...] as crianças e adolescentes que chegam a estes abrigos, em princípio, não deveriam ser separados de suas famílias. Lá estão pela impossibilidade de seus pais de prover até mesmo o essencial para sua sobrevivência. Continuam, pois, a existir as filas de crianças nas portas das instituições por pobreza, fome e negligência. São velhos problemas ligados à falta de condições dignas de vida de um grande número de famílias brasileiras.

A perspectiva punitivista de acolhimento de crianças e adolescentes sem uma real necessidade, acaba por consolidar a violação de direitos desses sujeitos, fazendo com que um agente de proteção efetive a violência, isso porque a permanência de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento, independentemente da modalidade de acolhimento (acolhimento familiar ou institucional) e por mais rápida que seja, deve ser evitada, este deve ser o último recurso usado para a proteção das crianças e adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), em seu artigo 19 coloca que “toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”. Sendo assim “a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito) meses” (BRASIL, 1990).

Porém, segundo Kreuz (2012, p. 85)

[...] é impiedoso registrar o descompasso existente entre a legislação e a importância que é atribuída ao princípio da convivência familiar e à prática, principalmente por parte do Estado, que é o responsável para criar as condições para o efetivo cumprimento deste direito fundamental da criança. É muito simples comprovar a negligência, a omissão, o despreparo, a falta de condições dos genitores para o exercício do poder familiar, mas é bem mais complexo responsabilizar o Estado e seus agentes pela omissão e pela inércia.

Além de não garantir efetivamente o direito a convivência familiar e comunitária, o acolhimento institucional por vezes não consolida o princípio de brevidade e excepcionalidade já que “infelizmente, ainda é alto o número de crianças e adolescentes vivendo em unidades de acolhimento, muitas vezes por muitos anos, como demonstra os dados do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas¹⁵” (KREUZ, 2012, p. 81).

De acordo com o ECA (BRASIL, 1990, Art. 101),

[...] o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando em privação de liberdade.

Vale destacar que para a jurisdição brasileira existem três diferentes tipos de família: de origem, extensa e substituta.

A família extensa é amplamente procurada quando há uma realidade de acolhimento institucional, pois se a família de origem, os genitores não pode suprir a necessidade daquela criança

15 O Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA) e o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) foram unificados em 2020 e formam hoje o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNAA).

e/ou adolescente, se procura por avós, avôs, tios e tias para que aquele sujeito permaneça dentro da família biológica.

De acordo com as exposições no ENAPA¹⁶ (2019) de Rodrigo Tavares Martins, o acolhimento institucional de crianças e adolescentes se dá em maior parte pela família extensa. A Doutora Patrícia Dagostin coloca que as desistências mais comuns são de parentes e familiares extensos, sem vínculo com aquela criança e/ou adolescente, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 1 - Dados sobre recolhimentos de crianças e adolescentes em SC

Ano	Procedência			
	Pelos genitores	Pela família extensa	Interrupção do estágio de convivência	Após a adoção concluída
2016	25	48	33	02
2017	20	31	29	04

Fonte: Exposição de Rodrigo Tavares Martins, no Encontro Nacional de Grupos de Apoio à Adoção, 2019.

Isso acontece muitas vezes porque hoje a justiça considera parente próximo todas as pessoas que possuem até 4º grau de parentesco, ou seja, mesmo sem vínculo afetivo com aquele sujeito, procura-se a inserção nesse novo grupo familiar.

De outra parte, toda pessoa que entra na justiça para adotar uma ou mais crianças e/ou adolescentes deve passar por uma preparação prévia para receber esse sujeito, porém a família extensa não recebe essa preparação, indo diretamente para a etapa de aproximação e convivência.

O processo de adoção propriamente dito se inicia através do Ministério Público, onde os adotantes entram com um pedido de cadastramento para guarda legal, o qual se consolida quando a assistente social e a psicóloga da Comarca emitem parecer técnico para cadastrar os adotantes no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. Do outro lado as equipes técnicas das instituições de acolhimento devem cadastrar a criança e/ou o adolescente acolhido na Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA) e/ou no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento.

A efetivação desse processo depende da determinação do Juiz da Infância e Juventude e assim como a criança e o adolescente são preparados psicologicamente para adentrar em uma nova família, os possíveis adotantes também passam por entrevistas com a equipe técnica do MP e por cursos sobre adoção, para preparação psicológica e assegurando proteção à criança e ao adolescente e a efetivação dos direitos dos adotantes.

Após o perfil que os adotantes escolheram ser preenchido, a assistente social da Comarca entra em contato para que os futuros pais possam ir até o acolhimento institucional fazer uma visita para dar início ao processo de aproximação com a criança/adolescente. Essa visita é sempre acompanhada pela equipe técnica da instituição de acolhimento e dá respaldo para os pareceres da mesma, quanto a ser favorável ou não à adoção.

Quando os pareceres chegam ao Juiz, o mesmo libera a guarda provisória da criança/adolescente em questão, o que permite aos adotantes levarem a criança/adolescente para casa. No prazo de até

16 ENAPA – Encontro Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção, realizado em Blumenau/SC, entre o dia 20 e 22 de junho de 2019.

quinze dias após a concessão da guarda, os adotantes devem entrar com um pedido de Ação de Adoção, que concretizará o processo de adoção.

É importante salientar que o processo de adoção só é possível, hoje, pela compreensão do Direito sobre a importância do afeto como aspecto fundamental para a definição de família. Menezes e Junior (2013, p. 217) reiteram que “na atual perspectiva, o que passa a identificar a família, são os laços afetivos entre seus entes, e não o casamento. Diante desta nova realidade, é o afeto que passa a ser reconhecido e surge como princípio básico do Direito de Família”.

AS ESQUIPES TÉCNICAS DAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO EM FLORIANÓPOLIS/SC E A APLICABILIDADE DO CONCEITO DE MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA

A pesquisa realizada entre agosto e novembro de 2019 identificou 11 (onze) instituições de acolhimento em Florianópolis/SC e a partir delas entrevistou-se 10 profissionais, 05 assistentes sociais e 05 psicólogas que se dispuseram a participar, abrangendo 05 instituições, ou seja, quase 50% do total de instituições de acolhimento.

Compreende-se que a atuação profissional das pessoas envolvidas nesse sistema deve ser imbuída das seguintes perspectivas: o afeto familiar, o conceito de melhor interesse da criança, a proteção integral e o sujeito em desenvolvimento, por intermédio da fundamentação teórico-metodológica, da dimensão técnica, ética e política que acompanha cada profissão. Isso porque a

[...] falta de um acompanhamento teórico sobre o Direito Infante-Juvenil [...] associando-o, ainda, com o assistencialismo característico da codificação anterior, tem-se dificultado a própria atuação dos operadores do direito (e da própria comunidade) na efetivação dos direitos e garantia conquistados. Tem-se produzido, além disso, uma jurisprudência oscilante e, muitas das vezes, totalmente divorciada da nova concepção, encontrando fundamentos nas premissas no antigo Direito do Menor (JUNIOR, 2009, p. 16).

Quanto aos profissionais das instituições de acolhimento em Florianópolis, 10 foram entrevistadas para o Trabalho de Conclusão de Curso, sendo 05 assistentes sociais e 05 psicólogas. Suas idades variavam entre 24 e 49 anos, 90% eram mulheres, sendo 40% delas formadas em instituições públicas e um total de 90% possuíam pós-graduação. Entre as profissionais de Serviço Social, o total de mulheres formadas em instituições públicas de ensino superior é de 60% e duas eram especialistas em “violência doméstica e sexual de crianças e adolescentes”.

O município de Florianópolis, segundo o Instituto Comunitário da Grande Florianópolis, possui 11 instituições de acolhimento de crianças e adolescente, das quais 09 são consideradas OSCs. Porém nenhuma instituição que integra o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente cumpre seu papel de proteção sozinha. Ser um profissional dentro da rede socioassistencial, integrando o SGDCA e as políticas a ele vinculadas, significa estar preparado para realizar encaminhamentos, constituir e integrar a articulação entre essa rede municipal.

Os profissionais entrevistados falaram sobre alguns desafios da rede socioassistencial de Florianópolis, como a morosidade dos encaminhamentos feitos a diferentes políticas públicas. É o que nos relata uma das assistentes sociais entrevistadas:

[...] todo o processo é muito moroso. Muito moroso pra conseguir qualquer coisa. Encaminhamento pra fisioterapia, aí não tem o transporte que leva, aí a casa também não tem... Não tem veículo, não tem como se dispor pra levar, então tudo é muito moroso. Muito difícil de... Tu consegue encaminhamento daí a fila pra conseguir a consulta de novo demora muito tempo... É bem... O relacionamento é tranquilo. O problema é que demora a ser atendido, sempre que tem essa necessidade, principalmente na saúde (ENTREVISTADA A1).

Igualmente uma das psicólogas afirma,

[...] a questão do atendimento tem aquele fluxo trancado de Florianópolis... E que não é uma realidade só dos abrigos... Só da alta complexidade. É uma realidade da base, também, porque o próprio CRAS não encaminha pro PAEFI, então imagina se nós não vamos também ter dificuldades de encaminhar. Aí fizeram um fluxo lá que se construiu, pra poder dar conta de uma demanda que não tem profissional pra atender. Mas que vem totalmente contra a tipificação. É bem complicado trabalhar assim, com a rede. Às vezes a gente tem que pedir judicialmente pra eles serem atendidos (ENTREVISTADA P5).

Para além da morosidade e dificuldade de articulação da rede, essa fala nos remete a outra dificuldade dentro da rede de proteção de crianças e adolescentes, que seria a expressiva falta de profissionais dentro das instituições socioassistenciais, conforme coloca uma das psicólogas:

[...] a gente tem queixa com a estrutura que é muito falha, tanto na saúde, quanto na educação, quanto na assistência. É bem complicado assim, estruturalmente [...] a falta de técnicos. E aí as equipes tão sempre supercarregadas de trabalho. E aí a gente entende também, e essa é a nossa queixa. A falta de equipe nas instituições que compõe essa rede (ENTREVISTADA P3).

Essas dificuldades fazem com que exista um alto fluxo de demandas nas instituições de acolhimento, também por parte da demora na conclusão de alguns processos. Desse modo o relato de uma assistente social indica que:

[...] a gente passou uns longos anos, uns dois anos, três anos, com muita dificuldade. Com a casa cheia, 20 crianças e os processos demorando bastante. Até mesmo não só pra uma adoção, mas pra se desvincular, pra ir pra casa mesmo com os familiares. A gente teve isso. E os processos estavam bem trancados assim (ENTREVISTADA A3).

Todas as situações descritas anteriormente, nos mostram que a aplicabilidade do conceito de melhor interesse da criança também é perpassada pelos desafios institucionais, municipais e sociopolíticos que circundam a atuação das profissionais vinculadas a rede de proteção de crianças e adolescentes. Isso porque, de acordo com uma das assistentes sociais entrevistadas o conceito de melhor interesse da criança se expressa no:

Estudo, a partir do momento que a criança chega, essa investigação pra ver o que a gente pode fazer, pra ver o que a gente vai trabalhar com essa criança. O que nós temos o que nós precisaremos e o que a gente vai fazer em equipe. Porque aqui na

casa lar trabalha-se muito em equipe, e a gente tem uma equipe muito bacana, tem psicóloga, assistente social, tem a nossa terapeuta, então é um trabalho muito em conjunto. O que uma não pega, a outra pega e a gente passa muito tempo junto discutindo isso. Então é mais nesse sentido, sabe? Toda a escolha ou a visão final da equipe técnica, é a equipe técnica. Não é a assistente social, não é a psicóloga, tudo a gente chega num conceito concreto, pra gente definir o que realmente a gente vai fazer com o nosso parecer final (ENTREVISTADA A4).

Porém o contínuo desmonte das políticas públicas, a morosidade de acesso à essas políticas e a própria falta de profissionais na rede socioassistencial, como já explanado anteriormente, faz com que o próprio acompanhamento dos casos de crianças acolhidas seja fragmentado, como coloca uma assistente social:

[...] aqui em Florianópolis, pelo menos, o que eu percebi muito é que é fragmentado, no sentido que a rede acompanha a família fora. Então não tem como eu dizer o que é melhor pra criança se eu não tenho um conhecimento concreto da realidade da conjuntura daquela família naquele momento. Se ela tá evoluindo ou não tá evoluindo. Eu vou te trazer o que a criança tá me demandando aqui (ENTREVISTADA A1).

Pela fala anterior percebe-se que não depende somente da equipe técnica da instituição de acolhimento definir o futuro dessas crianças e adolescentes acolhidos, mas são essas profissionais, que convivem com esses sujeitos e que têm contato com sua família de origem, que devem explicitar em seus relatórios o melhor para essas crianças e adolescentes, uma vez que os outros serviços também encaminham pareceres para a Vara da Infância e Juventude, o que pode não vincular-se ao melhor interesse da criança.

Apontamos, portanto, a importância da inclusão do termo “melhor interesse da criança”, e a apreensão de sua concepção nos relatórios sociais dessas equipes, considerando que elas devem trabalhar na perspectiva de desligar a criança e o adolescente da instituição no menor tempo possível, respeitando o interesse desses sujeitos e a legislação vigente, mas também considerando que nesses processos é necessário a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes acolhidos, tornando o melhor interesse da criança um guia para suas respostas.

A pesquisa realizada também levantou dados sobre as crianças e adolescentes acolhidos nas instituições pesquisadas e das cinco instituições entrevistadas, somente uma não realizava acolhimento de adolescentes e as outras quatro, possuíam ao menos um adolescente acolhido até o dia da entrevista.

Do universo pesquisado, quatro instituições acolhiam mais de onze crianças e adolescentes na data da entrevista, revelando um total de 59 crianças e adolescentes acolhidos, dos quais 25,42% tinham entre 14 e 17 anos, 3,3% tinham dezoito anos ou mais e 15,25% eram bebês de até um ano de idade. Das crianças e adolescentes acolhidos, o número de meninos supera em cerca de 5% a quantidade de meninas, que representam 47,45% do total de acolhidos, como podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 2 - Crianças e adolescentes acolhidos nas instituições entrevistadas

Instituição	<1 ano	1 a 12	13 a 17	≥18
E1	0	13	1	0
E2	3	3	0	0
E3	0	9	4	1
E4	5	5	1	0
E5	0	3	10	1
Subtotal	8	33	16	2
Total		59		

Sexo	Masculino	Feminino
	31	28

Fonte: Elaborado pela autora.

Além da quantidade expressiva de crianças acolhidas, as profissionais ainda relataram sobre o tempo que as mesmas permanecem na instituição aguardando adoção ou os trâmites do próprio processo de destituição familiar. Uma assistente social entrevistada menciona, principalmente, sobre os acolhidos que demandam cuidados mais específicos de saúde:

[Temos] 3 com destituição completa. Um adolescente de 17 anos, ele tem deficiência intelectual, tem retardo mental grave, tem uma deficiência neurológica é... cognitiva também, tem um atraso mental e ele tem um aspecto bipolar também. Ele já teve o poder familiar destituído, teve uma família que tentou, ficou 3 anos com a guarda provisória dele e ele foi devolvido. Tem uma menina com paralisia cerebral, que já tem o poder destituído. Ela tá uns 2 anos já disponível para adoção. E outro menino que teve traumatismo craniano ainda bebê e logo teve o poder destituído e continua na instituição (ENTREVISTADA A1).

Outra profissional também aponta dificuldades quanto ao tempo dos processos:

O último casal de crianças que foram, a criança e adolescente que foram adotados, eles ficaram em média 4 anos aqui na casa, mas esse processo foi especialmente muito demorado. A gente ficava numa angústia e numa queixa com o judiciário em função dessa demora toda. E aí a gente conseguiu que desse uma boa melhorada. Espero que continue (ENTREVISTADA A3).

Ainda que haja o comprometimento das equipes, os dados nos indicam que por vezes os conceitos de brevidade e excepcionalidade do acolhimento institucional não são colocados em prática nos processos de adoção, seja na morosidade dos procedimentos jurídicos, ou pelas condições específicas dos casos, pois como coloca uma das psicólogas entrevistadas.

Eu, particularmente, vejo que assim, aqui já é a última chance da família, nesse sentido. Ela nunca vem por algo, agudo. A gente sempre pega processos que já demoram 2, 3, 4 anos. E às vezes ainda ficam aqui mais 2, 3 anos. Em uma insistência que às vezes tem um custo muito grande pra criança. Tem um custo muito grande pra ela. Às vezes até a gente fica num vácuo de não saber o que vai trabalhar com a criança. Você não pode trabalhar adoção, porque você não sabe se ela vai voltar pra casa. E você não pode trabalhar que ela vai voltar pra casa, porque você também não sabe. Então ela volta, ou ela vai pra família ampliada, família estendida. Ou ela vai pra adoção (ENTREVISTADA P1).

Por fim, é possível identificar que o Estatuto da Criança e do Adolescente traz o conceito de melhor interesse da criança de forma sutil e subentendida, a partir de outros conceitos, como a prioridade absoluta, brevidade e excepcionalidade nos acolhimentos institucionais, o trabalho com esses sujeitos na forma de uma rede de proteção que garanta e ampare os direitos ali estabelecidos, mas ainda existem grandes dificuldades no processo de aplicabilidade do melhor interesse da criança, tanto por parte das profissionais das instituições de acolhimento, quanto pelos próprios entraves que perpassam a atuação delas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que as instituições de acolhimento são os locais onde o conceito de melhor interesse pode se concretizar na vida de crianças e adolescentes que são institucionalizados, por isso a necessidade da apreensão do conceito pelas profissionais que ali atuam, visto que deve fundamentar os pareceres técnicos durante seu processo de trabalho. Vale destacar, que o trabalho de equipe é entendido como o trabalho interdisciplinar entre Assistentes Sociais e Psicólogas, na medida em que as equipes técnicas são responsáveis pela construção de pareceres e relatórios sociais que ajudam a definir o futuro de crianças e adolescentes acolhidos.

Tendo em vista a formação generalista do curso de Serviço Social, ocorre muitas vezes em lacunas específicas no processo de formação, e questões do miúdo do cotidiano, por exemplo no que se refere aos processos de adoção e sua inserção em equipes interdisciplinares de acolhimento institucional não são trabalhadas no processo formativo. Assim, é imprescindível que enquanto trabalhadoras, as Assistentes Sociais busquem a capacitação permanente, por meio de especializações e cursos de pós-graduação que se volte para o seu fazer profissional, buscando formação em áreas específicas de atuação, mas sem desconsiderar a leitura de totalidade.

Áreas específicas da Política Nacional de Assistência Social, como criança e adolescente, necessitam de profissionais preparadas e esse preparo ocorre através da busca teórica sobre o tema em questão, pois somente pode-se entender a realidade e intervir nela, se a conhecermos profundamente. Também ressalta-se a importância da rede socioassistencial municipal, pois somente é possível garantir que o melhor interesse da criança seja efetivado, a partir dos encaminhamentos e respostas da rede de proteção a criança e ao adolescente, uma vez que a instituição de acolhimento é parte do sistema.

Para além desses aspectos, as profissionais da equipe técnica das instituições de acolhimento devem ter sua própria atuação profissional voltada para o melhor interesse da criança e do adolescente, pois é a partir da consolidação deste conceito que se garantirá os direitos das crianças e adolescentes institucionalizados. Em Florianópolis, através das entrevistas realizadas, foi possível identificar que poucas profissionais tiveram contato teórico com o conceito de melhor interesse e acreditavam que este conceito se mantinha subentendido, tanto na sua atuação profissional, quanto dentro de seus pareceres e laudos técnicos.

Portanto, considera-se pelas análises da pesquisa realizada, que o conceito de melhor interesse da criança e adolescente não perpassa diretamente o processo de adoção, tanto na emissão dos pareceres das equipes técnicas das instituições de acolhimentos, como no acompanhamento e atendimento desses sujeitos, ainda que o ECA seja baseado na Declaração Universal dos Direitos da Criança, pondera-se importante que o conceito seja colocado de forma explícita.

Ademais, observou-se que os processos de adoção por sua natureza exigem tempo para definição dos encaminhamentos a serem tomados (ou restabelece-se os vínculos familiares ou parte-se para uma nova família) o que demanda acompanhamento sistemático e observações constantes, especialmente na defesa dos interesses das crianças e adolescentes acolhidos, e de acordo com as entrevistadas um entrave complicado é a própria fragmentação desse acompanhamento e a inserção desses sujeitos na rede de atendimento que é fragilizada interferindo negativamente nos processos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990*. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. 2004 Brasília: 2005. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.

COLUCCI, Camila Fernanda P. *Princípio do melhor interesse da criança: construção teórica e aplicação prática no direito brasileiro*. 2014. 261 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito Civil, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-25022015-083746/publico/Camila_Fernanda_Pinsinato_Colucci_completa.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

INSTITUTO COMUNITÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS (Florianópolis) (org.). *Agenda Colaborativa para o Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Criança e do Adolescente de Florianópolis*. Florianópolis, 2015. Disponível em: http://www.icomfloripa.org.br/wp-content/uploads/2016/04/agenda_online-1.pdf. Acesso em: 26 set. 2020.

JUNIOR, Vicente de Paula Ataíde. *Destituição do Poder Familiar*. Curitiba: Juruá Editora, 2009. 152 p.

KREUZ, Sergio Luiz. *Direito à Convivência Familiar da Criança e do Adolescente: Direitos Fundamentais, Princípios Constitucionais e Alternativas ao Acolhimento Institucional*. Curitiba: Juruá Editora, 2012. 189 p.

MARTINS, Rodrigo Tavares. Os efeitos do rompimento de vínculos na vida de crianças e adolescentes e como o trabalho em rede pode interferir positivamente. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS DE APOIO À ADOÇÃO: *Construindo Histórias, Transformando Vidas*, XXIV, Blumenau. 2019.

MENEZES, Rita de Cássia Barros de, NOGUEIRA JUNIOR, Gabriel Ribeiro. A aplicabilidade do princípio do melhor interesse da criança em decisões de reconhecimento da pluriparentalidade. *Encontro Nacional do CONPEDI / UNINOVE*, 22, 2013, São Paulo: Funjab, 2013. p. 211-225. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=91a0ac7c34ea63ff>. Acesso em: 25 set. 2020.

RIZZINI, Irma. NAIFF, Luciene. BAPTISTA, Rachel. *Acolhendo Crianças e Adolescentes: Experiências de Promoção de Direito à Convivência Familiar e Comunitária no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2006. 152 p.

SILVEIRA, Jessica Ziegler de Andrade. *A Proteção Integral e o Melhor Interesse da Criança e do Adolescente: uma abordagem à luz da lei n. 8.069/90*. 2015. 72 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.unirio.br/ccjp/arquivos/tcc/2015-1-jessica-ziegler>. Acesso em: 26 set. 2020.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: Políticas públicas e os desafios profissionais para o assistente social

Juliana Vasques Lordelo

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. E-mail: lordelo.juliana@gmail.com

Camila Schiarolli

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Pós-graduada em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus de São Paulo. Atualmente é assessora jurídica na 2.ª Vara Cível da Comarca de Apucarana, Paraná. E-mail: advschiarolli@gmail.com

Yara Lazarin Martins

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: yaralazarinufsc@gmail.com

Sirlândia Schappo / Orientadora

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: sschappo@gmail.com

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: Políticas públicas e os desafios profissionais para o assistente social

Resumo: Diversas são as problemáticas que se apresentam no cotidiano da população em situação de rua: preconceito, invisibilidade aos olhos da sociedade e dos poderes públicos e obstáculos diversos no acesso aos direitos sociais e políticas públicas. Nesse cenário, o artigo objetiva analisar a importância das políticas públicas voltadas às pessoas em situação de rua, destacando-se a necessidade de discutir a intersectorialidade, assim como os desafios e possibilidades de intervenção do assistente social em uma conjuntura de ampliação das características conservadoras e reacionárias, na qual se observam, entre outras ações, a regressão de direitos, a subtração de investimentos na área social e o sucateamento dos serviços públicos disponíveis. Desafios ainda mais evidenciados pela crise sanitária imposta pela pandemia de Covid-19. Nesse sentido, o artigo foi construído valendo-se de uma revisão bibliográfica de textos que tratam o assunto, levantados em fontes diversas, tais como documentos jurídicos, revistas acadêmicas, entre outros. Evidencia-se a importância dos assistentes sociais conhecerem as demandas, a legislação e as políticas públicas relativas à população em situação de rua e os desafios postos pela atual conjuntura econômica, política e sanitária. Destacam-se estratégias de ação que reafirmem os princípios ético-políticos da profissão, especialmente os que abrangem o engajamento político, a intersectorialidade e a defesa da vida.

Palavras-chave: População em situação de rua. Políticas públicas. Assistência social. Covid-19

POBLACION SIN HOGAR: Políticas públicas y desafíos profesionales para el trabajador social

Resumen: Variadas problemáticas se presentan en la vida cotidiana de la población sin hogar: prejuicios, invisibilidad a los ojos de la sociedad y de las autoridades públicas y diversos obstáculos en el acceso a los derechos sociales y a las políticas públicas. En este escenario, el artículo pretende analizar la importancia de las políticas públicas dirigidas a las personas sin hogar, destacando la necesidad de discutir la intersectorialidad, así como los desafíos y posibilidades de intervención del trabajador social en un contexto de expansión de las características conservadoras y reaccionarias, en el que, entre otras acciones, se observa la regresión de los derechos, la disminución de inversiones en el área social y la negligencia de los servicios públicos disponibles. Desafíos que se evidencian además por la crisis sanitarias impuesta por la pandemia de Covid-19. En este sentido, el siguiente artículo se construyó utilizando una revisión bibliográfica de

textos que tratam sobre el tema, planteados de diversas fuentes, como documentos jurídicos, revistas académicas, entre otros. Es evidente la importancia de los trabajadores sociales conocer las demandas, la legislación y las políticas públicas relacionadas con la población sin hogar y los desafíos planteados por la situación económica, política y sanitaria actual. Destacan las estrategias de acción que reafirman los principios ético-políticos de la profesión, especialmente aquellas que cubren el compromiso político, la intersectorialidad y la defensa de la vida.

Palabras clave: Población sin hogar. Política pública. Asistencia social. Covid-19

INTRODUÇÃO

O presente artigo possui como objetivo tecer uma análise acerca da realidade e das políticas públicas voltadas à população em situação de rua na atualidade, destacando-se os desafios e possibilidades de intervenção do assistente social junto a essa população, que apenas recentemente tornou-se sujeito de direitos no âmbito das políticas públicas no Brasil. Além disso, pretende-se discorrer sobre a intersectorialidade como ferramenta de gestão e de combate às desigualdades, de forma a implementar políticas sociais efetivas para o acesso dessa população à cidadania.

A fim de aprofundar o entendimento sobre os principais aspectos que compõem a cena dessa importante expressão da questão social, publicações que abordam o tema foram consultadas para a construção do artigo de revisão, composto por quatro partes principais: caracterização e políticas públicas voltadas à população em situação de rua (subdivida em dois tópicos, “a complexa realidade da população em situação de rua e as dificuldades em efetivar a intersectorialidade”, e “da política nacional para a população em situação de rua – PNPR”); o trabalho do assistente social junto à população em situação de rua e os desafios frente a atual conjuntura; a realidade da população de rua no contexto da Covid-19; e considerações finais.

Nas duas primeiras subseções a seguir, serão explorados os aspectos que contribuem para a invisibilidade da população em situação de rua, destacando-se a dificuldade de levantamento de dados sobre esses sujeitos sociais e os desafios na viabilização dos serviços e políticas públicas.

A COMPLEXA REALIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E AS DIFICULDADES EM EFETIVAR A INTERSETORIALIDADE

Nesta subseção, serão abordadas a complexa realidade da população em situação de rua, a invisibilidade gerada pela precariedade de dados sobre esses sujeitos e a importância do debate acerca da intersectorialidade no que tange as respostas às diferentes demandas colocadas pelos usuários das políticas públicas voltadas à essa população.

Os debates sobre a população em situação de rua quase sempre focam em aspectos estruturais, econômicos ou familiares para explicar as motivações para a ida e permanência deste grupo social nestes espaços, conforme apontam Serafino e Luz (2015). Além disso, via de regra, as referências a estas pessoas são repletas de preconceitos, tanto em relação à sua condição, como às causas da vida na rua. Não são raras também as considerações que apontam para uma “escolha individual, enquadrando-se em teorias que analisam esse fenômeno como sendo natural” (SERAFINO, LUZ, 2015, p.76).

Existem precariedades comuns na vida das pessoas que se encontram em situação de rua, tanto na dimensão sociofamiliar quanto na dimensão laboral, relacionada à falta de emprego formal, além

do isolamento e solidão que permeiam a vida destes indivíduos. Como bem aponta Escorel (1999 Apud SERAFINO, LUZ, 2015, p.76), “a solidão consiste em não se sentir parte do mundo e é uma das experiências mais radicais e desesperadoras que uma pessoa possa viver”.

Ainda que os quadros de vida apontem para muitas similaridades circunstanciais, torna-se imprescindível analisar esta realidade tendo como fontes primárias aquelas que de fato estão envolvidas na dinâmica da vida nas ruas, sejam as próprias pessoas em situação de rua, sejam os trabalhadores e trabalhadoras dos serviços sociais voltados a essa área, sejam participantes de entidades da sociedade civil dedicados a prestar apoio a esta população. Assim, configura-se de suma importância o exercício da escuta e observação ativas em relação à vida cotidiana das ruas, o profundo entendimento das políticas públicas que visam enfrentar esta situação, e a análise da legislação e dos dados estatísticos disponíveis.

A invisibilidade na qual se encontram esses sujeitos sociais reflete-se também em como o poder público trata o assunto. Quando se objetiva obter dados acerca da população brasileira, é possível recorrer facilmente aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Porém, quando o assunto é a população em situação de rua, a falta de informações precisas é uma realidade. Isso porque a metodologia usada para a contagem dos brasileiros e brasileiras pressupõe a presença de um domicílio (SPOSATI, 2009).

O primeiro e único Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, por exemplo, foi promovido apenas entre 2007 e 2008, pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em cidades com mais de 300 mil habitantes e capitais. O estudo apontou um total de 31.922 pessoas nessa situação, nos 71 municípios onde a pesquisa foi realizada (MELITO, 2018). O levantamento mais recente sobre esse grupo social foi feito em 2016 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), contabilizando 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil. Esta última pesquisa usou dados de 1.924 municípios por meio do Censo do Sistema Único de Assistência Social (CENSO SUAS). O documento publicado pelo IPEA (2016) ainda alerta para a necessidade de dados oficiais sobre essa população:

A ausência de dados oficiais [...], justificada pela complexidade operacional de uma pesquisa de campo com pessoas sem endereço fixo, prejudica a implementação de políticas públicas voltadas para esse contingente e reproduz a invisibilidade social da população de rua no âmbito das políticas sociais (IPEA, 2016, p.7).

Também apenas em 2008 foram apresentadas pelo Governo Federal as diretrizes da Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua, com o objetivo central de orientar o planejamento e a execução de políticas públicas voltadas a este grupo, que historicamente esteve à margem das prioridades do Estado. Como aponta Dantas (2007 Apud SERAFINO, LUZ, 2015), a exclusão social não se expressa somente pela severa privação material, mas em especial pela “desqualificação do indivíduo enquanto cidadão e ser humano, e pela ausência de seu lugar social”.

Nesse sentido, a Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua propõe a construção de ações intersetoriais que sejam capazes de promover a (re)integração deste indivíduo à sua rede familiar e comunitária, seu acesso aos direitos garantidos a todos os cidadãos brasileiros, bem como às oportunidades de desenvolvimento social, considerando a vivência do espaço público da rua (SERAFINO, LUZ, 2015). A intersetorialidade proposta na Política Nacional, desta forma, seria capaz de trazer, de acordo com Serafino e Luz (2015, p.78), “modos de realizar serviços,

articulando saberes e fazeres, em todas as dimensões da gestão, seja no planejamento, na implementação ou na avaliação”.

Poderíamos, assim, definir intersetorialidade como sendo a sinergia capaz de materializar “ações transversais articuladas por meio de diversas políticas, programas e projetos desenvolvidos nos territórios em que vivem essas populações” (SERAFINO, LUZ, 2015, p.77). Entretanto, o conceito de intersetorialidade, como ponderam Serafino e Luz (2015), é complexo e carrega uma amplitude que pode lhe atribuir outros sentidos, servindo para impulsionar questões diversas de pesquisa.

Intersectorialidade pressupõe interação, portanto, a discussão sobre o tema deve começar com o papel do Estado e que contextos políticos favorecem ou dificultam suas ações na construção de instrumentos que permitam a efetivação da intersectorialidade, desde a gênese até a implementação concreta das políticas públicas, passando por como são estruturadas as relações entre setores, instituições e profissionais que visam articular recursos e políticas, até chegar ao estabelecimento dos termos de responsabilidade em relação a “como, quando e quem” acionar para garantir uma resposta a determinada demanda social.

Akerman *et al.* (2014 Apud SERAFINO, LUZ, 2015) avança um pouco mais no conceito de intersectorialidade, indicando a importância de articular aspectos utilizados em disciplinas administrativas e mercadológicas:

[...] um modo de gestão (**o que**) desenvolvido por meio de processo sistemático de (**como**) articulação, planejamento e cooperação entre os distintos (**com quem**) setores da sociedade e entre as diversas políticas públicas para atuar sobre (**para que**) os determinantes sociais” (grifo nosso) (AKERMAN *et al.*, 2014 Apud SERAFINO, LUZ, 2015, p.77).

Serafino e Luz (2015) ainda apontam que, apesar da intersectorialidade apresentar-se como ferramenta indispensável para enfrentar os problemas da sociedade contemporânea e garantir o acesso aos direitos, uma forte fragmentação e descoordenação ainda é observada, revelando um hiato entre discurso e prática, planejamento e ação.

As dificuldades de operacionalização da intersectorialidade e das políticas para a população em situação de rua esbarram em aspectos ainda mais complexos, como a aprovação, em 2016, da Emenda Constitucional 95, que congela por 20 anos os recursos para políticas sociais, além do corte no orçamento previsto para 2020 pela Lei Orçamentária Anual (LOA) para o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Como alerta Silva (2020), a política de assistência social e sua inserção no sistema protetivo devem considerar essa “ofensiva ultraconservadora do capital” que, por meio dos severos ajustes fiscais e contrarreformas dos últimos anos (como a Trabalhista, em 2017, e a Previdenciária, em 2019), tende a acentuar os níveis de pobreza, desemprego e precarização do trabalho.

DA POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – PNPSR

De início, importa destacar que a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23

de dezembro de 2009, foi fruto de um amplo e histórico processo de lutas populares, encabeçadas principalmente pelo Movimento Nacional de Luta e Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua e pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, sendo a pesquisa censitária anteriormente mencionada, realizada no ano de 2007, um importante mecanismo de levantamento de dados referentes a este segmento populacional. A seguinte definição é então apresentada:

Art. 1º (omissis)

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Assim, diante dessa gama de pessoas que guardam entre si características tão comuns e ao mesmo tempo tão particulares, é que a Política Nacional para a População em Situação de Rua - PNPSR - foi pensada “como uma agenda mínima de ações, cuja implementação constitui desafio para toda a sociedade brasileira, tanto para os gestores governamentais quanto para a sociedade civil” (BRASIL, 2008, p.16).

O ponto nodal desta Política Nacional, consistente na intersetorialidade entre os órgãos estatais e paraestatais, está expresso em seu 4º:

O Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua e estejam de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos que orientam a Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009).

Ademais, acertadamente buscou o legislador explicitar os princípios e diretrizes norteadores da PNPSR, respectivamente nos artigos 5º e 6º, além de traçar os objetivos, estes dispostos em 14 incisos, ao longo do art. 7º.

In verbis:

Art. 5º São **princípios** da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:

- I - respeito à dignidade da pessoa humana;
- II - direito à convivência familiar e comunitária;
- III - valorização e respeito à vida e à cidadania;
- IV - atendimento humanizado e universalizado; e
- V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência. (Grifo nosso).

Art. 6º São **diretrizes** da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

- I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;
- II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;

- III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;
- IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;
- V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;
- VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;
- VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;
- VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;
- IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e
- X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos. (Grifo nosso).

Art. 7º São **objetivos** da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

- I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;
- II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;
- III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua;
- IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;
- V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;
- VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;
- VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;
- VIII - incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento;
- IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;
- X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;
- XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º;

- XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;
- XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e
- XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho (Grifo nosso) (BRASIL, 2009).

Nesta perspectiva, materializando as intenções contidas no texto jurídico, pode-se citar como ações e desdobramentos concretos da PNPSR, a implantação de alguns serviços socioassistenciais, tais como: o Serviço Especializado em Abordagem Social; a implantação dos Centros de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centros POP); Serviço de Acolhimento Institucional (Abrigo Institucional e Casa de Passagem); Serviço de Acolhimento em República (Repúblicas); Consultórios na Rua; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC POP RUA) e os editais da Economia Solidária, com vista à seleção de projetos que fomentem iniciativas de inclusão socioeconômica da população em situação de rua.

Ressalte-se, por fim, que efetivamente houve avanços no tratamento dispensado à população em situação de rua, em especial após a edição da PNPSR, no ano de 2009. Contudo, é igualmente inegável a necessidade de avançar, e com urgência, na implementação e execução das demais ações previstas em lei, a fim de minimizar os impactos deletérios da vivência e permanência na rua.

[...] não obstante as conquistas legais adquiridas ao longo desses anos, é possível observar que as redes de proteção social e de políticas públicas não são totalmente eficazes no atendimento às demandas da população em situação de rua. Nesse sentido, falta a efetivação das políticas públicas que confirmam a dignidade e o respeito a que tem direito a pessoa em situação de rua, bem como atendimento digno à saúde, moradia, geração de trabalho e renda, cultura e lazer (BRAGA, SOUSA, 2019, p.108).

Conclui-se, portanto, que a Política Nacional para a População em Situação de Rua constitui importante movimento de institucionalização, normatização e regulamentação das políticas e serviços voltados a esses usuários, ainda que, para sua efetiva operacionalização, esbarre em entraves macroeconômicos e de gestão.

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E OS DESAFIOS FRENTE A ATUAL CONJUNTURA

Nesta seção, serão abordados os aspectos relacionados com o trabalho do assistente social junto à população em situação de rua, destacando-se as atribuições e competências e os princípios ético-políticos que direcionam a atuação profissional neste âmbito, bem como os desafios impostos pela atual conjuntura.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2017) alerta para que a atuação dos assistentes sociais nos diversos espaços, incluindo o Centro de Referência Especializado para População em

Situação de Rua (Centro POP), sempre norteie-se pela Lei de Regulamentação da Profissão (8662/93) e pelos princípios do Código de Ética Profissional.

Entre as atribuições e competências do assistente social na área da assistência à população em situação de rua estão a acolhida e recepção das demandas dos usuários e usuárias; a prestação de informações, orientações e encaminhamentos necessários à rede socioassistencial, às políticas públicas e aos órgãos de defesa; a participação no Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar, considerando especificidades e particularidades de cada indivíduo e respeitando sua autonomia; a realização de atividades, por meio de metodologias e técnicas individuais e/ou coletivas, que possibilitem debater a realidade social e construir novos projetos de vida; a realização de visitas domiciliares a familiares e/ou pessoas de referência desses indivíduos, entre outras ações (CFESS, 2017).

A população em situação de rua compreende importante público atendido por assistentes sociais em diversos espaços sócio-ocupacionais (CRESS/7ª REGIÃO - RJ, 2019) e, por isso, espera-se que os profissionais envolvidos com esses usuários e usuárias tenham competências que envolvam a realização de análises e intervenções qualificadas na realidade, valendo-se de profundo planejamento para o desenvolvimento do projeto que orientará as atividades cotidianas, atentando-se às especificidades e níveis de urgência de cada demanda.

A atual conjuntura, por sua vez, na qual se observa regressão de direitos, diminuição de investimentos em políticas sociais, precarização dos serviços públicos e aumento do conservadorismo, impacta diretamente a vida da população em situação de rua, assim como o próprio exercício profissional do assistente social e dos demais trabalhadores envolvidos com as políticas públicas, conforme aponta o Conselho Regional de Serviço Social CRESS/7ª Região – RJ (2019).

Cabe ressaltar que este movimento de retrocesso iniciou-se há alguns anos, especialmente a partir de 2016, com o governo Michel Temer, ampliando sua escalada nos primeiros anos de governo Jair Bolsonaro. Assim, com o avanço de respostas reacionárias por parte do Estado às expressões da questão social, o exercício profissional do assistente social encontra como um dos principais desafios não se deixar confundir com essas “novas (velhas) políticas”, que envolvem ações de repressão, criminalização da pobreza, assistencialismo com viés ideológico e violação de direitos humanos básicos, devendo sempre voltar-se às orientações da Lei 8662 de 1993 e do Código de Ética dos Assistentes Sociais. Nesse contexto, torna-se importante que os profissionais de Serviço Social exponham aos usuários o contexto de regressão de direitos e o sucateamento dos serviços, utilizando-se desse importante contato para exercer seu papel ético-político e sócio-educativo junto a esses sujeitos sociais.

Além disso, soma-se à recusa em relação às ações arbitrárias a necessidade dos assistentes sociais apresentarem outras possibilidades de atuação junto à população atendida, incluindo articulações intersetoriais (com outras categorias, movimentos sociais, entidades e conselhos que tenham afinidade com os princípios éticos da profissão), baseadas em uma perspectiva de integração no atendimento, prezando pelo respeito à dignidade e pelo direito à convivência familiar e comunitária, uma vez que um dos aspectos comuns observados nas histórias dos indivíduos em situação de rua é justamente a ruptura de vínculos (CRESS/7ª REGIÃO - RJ, 2019).

Nesse contexto de regressão e violação no atendimento aos direitos da população em situação de rua, observa-se a necessidade de reafirmar os princípios éticos da profissão. A estratégia de

aliança com setores organizados da sociedade na busca pela garantia de direitos torna-se fundamental para evitar retrocessos ainda maiores no âmbito das políticas públicas e nas formas de intervenção junto a esta realidade.

A REALIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CONTEXTO DA COVID-19

Os números oficiais de vítimas fatais diariamente divulgados pela imprensa não deixam dúvidas de que a Covid-19 atinge populações pertencentes tanto aos setores mais ricos quanto aos setores mais empobrecidos em sua disseminação. Contudo, pensar que a pandemia do coronavírus atinge de maneira igual todas as pessoas é um erro crasso.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e as maiores autoridades mundiais em epidemiologia defendem que a maneira mais eficaz de se proteger do novo coronavírus é manter, no mínimo, o distanciamento social e fazer a higienização frequente das mãos com água e sabão ou, alternativamente, usando álcool em gel na concentração de 70%. E mais: recomendam que, se possível, isole-se em casa e só saia para realizar atividades essenciais, como compra de mantimentos e medicamentos.

Medidas simples, não?

Infelizmente não, especialmente em se tratando da população em situação de rua, para a qual as dificuldades de acesso às políticas públicas e a severa precariedade das condições de sobrevivência imperam.

Os dados divulgados pelo Ministério da Saúde demonstram que a Covid-19 tem sido mais letal entre a população negra, chegando ao percentual de 32,8%, ou seja, 1 em cada 3 brasileiros mortos são pretos ou pardos (MENA, 2020). Considerando que a população em situação de rua é composta majoritariamente por negros, podemos ter a compreensão de como a ausência de políticas públicas voltadas para essa parcela da população impactará o saldo de mortos pela Covid-19.

Como a exposição é desigual e as suscetibilidades variam, as políticas importam. [...] Para populações com maiores riscos em função de suas condições de vida, as políticas fazem diferença decisiva entre a vida e a morte (SCHUCH, FURTADO, SARMENTO, 2020, p.1).

A emergência sanitária ocasionada pela pandemia do coronavírus é um reflexo também da desigualdade existente no Brasil, sendo que a precariedade das condições de vida das populações empobrecidas amplia os riscos aos quais estes grupos estão submetidos na pandemia, destacando-se a população em situação de rua. Esta problemática é destacada por Schuch; Furtado; Sarmiento (2020), reforçando que:

Não se enfrenta somente a emergência, mas sim a permanência de uma violência estrutural em que as formas de implementação das políticas estatais são um agente importante. Embora a Covid-19 se dissemine democraticamente, as taxas de mortalidade não são democráticas e diferentes populações estão sujeitas a maiores e menores riscos. Estar isolado no conforto de uma casa pode fazer diferença entre a vida e a morte. Ter acesso à serviços de saúde, a medicamentos e a uma alimentação

saudável também são elementos diferenciadores. Possuir condições de acessar água e produtos de higiene corporal e doméstica são outros fatores nessa balança de riscos, bem como a presença de vínculos relacionais de proteção. A ameaça da Covid-19 não é apenas viral. A ameaça da Covid-19 é coproduzida pelas condições desiguais de vida da população brasileira. Se isso é verdade, as pessoas em situação de rua, por suas condições de vida, estão bastante suscetíveis ao vírus. (SCHUCH, FURTADO, SARMENTO, 2020, p.1)

Portanto, como visto, o enfrentamento da pandemia, em especial nas demandas da população em situação de rua, exige muito mais que o simples cumprimento das recomendações sanitárias. Além do engajamento com os setores organizados da sociedade nas lutas pela efetivação de direitos humanos básicos e pela superação das desigualdades, torna-se primordial na atuação dos Assistentes sociais a utilização de estratégias de trabalho articuladas e que possibilitem a intersetorialidade. Compreende-se, assim, que a complexidade das expressões da questão social na qual está exposta a população em situação de rua exige medidas que vão além de ações pontuais ou setoriais.

Nesse sentido, a crise sanitária provocada pelo novo coronavírus vem trazendo protagonismo aos movimentos ligados aos Direitos Humanos, como é o caso da Campanha Nacional Criança Não é de Rua. O coordenador da Campanha, Manoel Torquato¹⁷, apresenta algumas das dificuldades enfrentadas e sobre as propostas realizadas pela iniciativa. Entre elas, destaca a ausência de um plano emergencial em todas as esferas, o que impede que estratégias sejam adotadas. Com a necessidade de isolamento social, fica evidente a incapacidade dessas medidas serem aplicadas à população em situação de rua, visto que, além da falta de moradia, essas pessoas costumam formar grupos que se aglomeram com o objetivo de se protegerem. Além disso, com o fechamento dos serviços essenciais e com a redução das abordagens profissionais presenciais e da circulação de grupos de voluntários da sociedade civil, notou-se um impacto direto na dificuldade de acesso desta população à alimentação e proteção básica.

A falta de informação, nesse cenário, aparece como mais um agravante, uma vez que, sem acesso aos principais meios de comunicação e sem ter como contar com o apoio dos profissionais e voluntários, a população em situação de rua não consegue acessar as informações necessárias para proteger-se da pandemia, além de ficar sem a devida orientação sobre como acessar direitos, como a Renda Básica Emergencial, aprovada pelo Governo Federal por meio do Projeto de Lei nº 873, de 2020, porém com inúmeros entraves para o acesso da população mais vulnerável.

Quando se trata de informação para as crianças em situação de rua, Torquato afirma que a situação é ainda mais complexa: a maioria atendida pela Campanha é semianalfabeta e encontra-se afastada do ambiente escolar, dedicando a maior parte de seus dias a buscar um trabalho que lhes garanta o mínimo sustento.

Assim, a Campanha Nacional Criança Não é de Rua elaborou uma carta com propostas de enfrentamento à crise sanitária no ambiente das ruas, com foco principalmente nas crianças. Nesta carta, a principal proposta é a mudança de visão em relação ao problema a ser enfrentado, passando de um conceito higienista para uma narrativa essencialmente humanitária, retomando alguns trabalhos - como os Educadores Sociais e o Consultório na Rua - para que, a partir dessas ações, comitês locais sejam criados e um plano estratégico emergencial de assistência seja estabelecido, com participações de estados, municípios, governo federal e sociedade civil.

17 Entrevista concedida à TV dos Trabalhadores, publicada em 7 de abril de 2020 no canal do YouTube da Rede TVT.

Fica evidente, portanto, o protagonismo assumido por setores organizados da sociedade civil e por profissionais que encabeçam o atendimento às pessoas em situação de rua que, em um esforço de construção coletiva, buscam minimizar a violação de direitos e regressão de políticas vigentes no país.

As violações de direitos e as regressões no âmbito das políticas voltadas para a população em situação de rua agravam-se frente a realidade atual, pois a conjuntura é marcada por uma perspectiva de aumento da população de rua em decorrência das crises econômica e social associadas à pandemia (SILVA, NATALINO, PINHEIRO, 2020). Observa-se, assim, a necessidade de o poder público fortalecer o sistema de assistência social e a articulação entre as outras políticas públicas, contribuindo para evitar um aumento ainda maior das pessoas nesta condição.

A pandemia de Covid-19 expôs, portanto, a necessidade de ampliar a visibilidade da Assistência Social enquanto política de Estado essencial, além de reforçar a importância de se traçar planos de contingência claros para o enfrentamento de situações como a colocada pela pandemia do novo Coronavírus. A precariedade nas condições de vida da população em situação de rua, agravada com a pandemia, exige medidas urgentes que possibilitem suprir a violação de direitos e ampliar as possibilidades de acesso às necessidades básicas por parte destes sujeitos. Questões estas que exigirão uma ampla organização coletiva da sociedade pela defesa da vida e dos direitos humanos, e o comprometimento por parte dos poderes públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas problematizações apresentadas pelos autores consultados, evidencia-se a necessidade do profissional em Serviço Social valer-se de um real interesse em responder às demandas e necessidades da população em situação de rua. Para tal, torna-se imprescindível conhecer amplamente as condições de vida e demandas destas pessoas, bem como instrumentalizar-se por meio da compreensão profunda da legislação e das políticas sociais voltadas a atender os potenciais usuários dos serviços disponíveis, além de ampla compreensão dos riscos e limitações trazidas pela atual conjuntura econômica, política e sanitária. Um contexto que exige um posicionamento que reafirme os princípios ético-políticos da profissão e um engajamento nas lutas pela superação das condições de violação de direitos presentes nas diferentes expressões da questão social na atualidade.

Nesse cenário, ganha relevância também a intersetorialidade como uma importante ferramenta para viabilizar políticas sociais. Entretanto, muitas dificuldades são observadas na sua implantação prática, entre elas, além de todo desmonte pelo qual as políticas sociais vêm passando nos últimos anos, está o isolamento no qual os diferentes profissionais ainda atuam. A fim de superar este impasse, a intersetorialidade deve ser construída alicerçada na lógica de gestão de políticas públicas, visando quebrar as fragmentações de determinados serviços e ampliar a conexão e a articulação entre serviços e políticas.

Porém, o atual quadro imposto pela crise sanitária da Covid-19 requer ações urgentes. A falta de condições adequadas para a proteção e combate da doença, aliada à perspectiva de um aumento da população em situação de rua, deixa este contingente populacional ainda mais à mercê de sua própria sorte. Tal realidade exige, tanto da sociedade civil quanto dos poderes públicos, uma união de esforços, a fim de se evitar um verdadeiro genocídio entre aqueles que mais sofrem com a

questão social imposta pelo sistema vigente. Compreende-se, assim, que a garantia da vida e das necessidades básicas a ela inerentes é elemento fundamental para orientar as estratégias de ação numa perspectiva que considere a constituição de posicionamentos ético-políticos.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Iracilda Alves. SOUSA, Michelle Carvalho de. Narrativas e vivências na rua e a política de assistência social. *Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 25, n. 3, p.105-118. Set./Dez.2019.

BRASIL. Governo Federal. *Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua*. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/inclusaooutros/aa_diversos/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf. Acesso em: 09 dez. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009. *Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 09 dez. 2019.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Assistentes sociais defendem os direitos da população em situação de rua: Dia Nacional de Luta é celebrado em 19 de agosto*. 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1401>. Acesso em: 09 dez. 2019.

CRESS /7ª REGIÃO – RJ. Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região – RJ - 2019, Rio de Janeiro. *Atuação de Assistentes sociais na abordagem às pessoas em situação de rua: Termo de Orientação*, 2ª Edição, 2019. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 2019. 8 f.

IPEA. *Estimativa da população em situação de rua*. 2016. Texto para discussão de Marco Antonio Carvalho Natalino. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf. Acesso em: 11 dez.2019

MELITO, Leandro. *População de rua deve ficar fora do Censo 2020*. Edição: Talita Cavalcante. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-09/populacao-de-rua-deve-ficar-fora-do-censo-2020>. Acesso em: 08 dez. 2019.

MENA, Fernanda. *Entre casos identificados, Covid-19 se mostra mais mortífera entre negros no Brasil, apontam dados*. Folha de São Paulo, São Paulo/SP, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/coronavirus-e-mais-letal-entre-negros-no-brasil-apontam-dados-da-saude.shtml>. Acesso em 29 mai. 2020.

REDE TVT. *População de rua e coronavírus: Crianças que vivem nas ruas se aglomeram por questão de segurança*. São Bernardo do Campo: Rede TVT, 2020. (20 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vk3yiZp6eMI>. Acesso em: 31 maio 2020.

SCHUCH, Patrice. FURTADO, Calvin Da Cas. SARMENTO, Caroline Silveira. *Covid-19 e a População em Situação de Rua: da saúde à segurança pública?* 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/Covid-19-e-a-populacao-em-situacao-de-rua-da-saude-a-seguranca-publica>. Acesso em: 31 mai.2020.

SERAFINO, Irene; LUZ, Lila Cristina Xavier. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p.74-85, jan./jun. 2015.

SILVA, Tatiana Dias; NATALINO, Marco; PINHEIRO, Marina Brito. *População em situação de rua: um levantamento de medidas municipais emergenciais*. Nota Técnica, n. 74. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2020.

SILVA, Mossicleia Mendes. Sistema Único de Assistência Social: entre o desmonte e a condição de serviço essencial no contexto da pandemia. In: MOREIRA, Elaine. GOUVEIA, Rachel. et all. (Orgs) *Em tempos de Pandemia: Propostas para a defesa da vida e de direitos sociais*. Rio de Janeiro, UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Escola de Serviço Social, 2020.

SPOSATI, Aldaíza. O caminho do reconhecimento dos direitos da população em situação de rua: de indivíduo a população. In: BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. (Org.). *Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. p. 193-217. Organização: Júnia Valéria Quiroga da Cunha e Monica Rodrigues. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 08 dez. 2019.

RACISMO: Protagonista nas relações humanas desde a colonização europeia na América Latina

Gisela Júlia Moraes Willwock

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do Programa de Educação Tutorial em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: giselajmwillwock@gmail.com

Maria Catarine Gonçalves da Rosa

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: ninne.rosa1407@gmail.com

Gabriele Rigo

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: gabrielerigogr@gmail.com

RACISMO: protagonista nas relações humanas desde a colonização europeia na América Latina

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo compreender a conjuntura do colonialismo e suas estruturas fundamentadas no escravismo, as consequências desse momento para o capitalismo dependente brasileiro e a luta de classes perante o racismo intrínseco das relações humanas no âmbito da América Latina. O trabalho resulta de uma revisão de trabalhos, livros e artigos de autores consagrados como Aimé Césaire e Clóvis Moura, que abordam justamente os assuntos citados anteriormente. No decorrer da pesquisa bibliográfica percebeu-se que a desigualdade racial, econômica, política e social dos negros perante os brancos provém desde a invasão das terras latino-americanas, vendida como uma revolucionária descoberta. Analisando em conjunto dados atuais e renomadas teorias, pode-se concluir que o racismo estrutural na América Latina tem suas raízes ainda fortes e profundas. Assim, ele reflete em diversos determinantes, entre alguns o desemprego, a criminalidade e a diferença salarial.

Palavras-chave: Colonialismo. Escravismo. Capitalismo Dependente. Racismo Estrutural.

RACISMO: protagonista en las relaciones humanas desde la colonización europea en América Latina

RESUMEN: El presente artículo pretende comprender las características y consecuencias del colonialismo, la esclavitud, el capitalismo dependiente brasileño y la lucha persistente del pueblo negro frente al racismo estructural, considerando las relaciones entre estos en el contexto latinoamericano. Este trabajo resulta de una revisión de escritos, libros y artículos de autores consagrados como Aimé Césaire y Clóvis Moura, que abordan los asuntos citados. En el curso de la investigación bibliográfica se hace evidente que la desigualdad racial, económica, política y social de negros ante blancos proviene desde los tiempos de la invasión de las tierras latinoamericanas, vendida como un descubrimiento revolucionario. Analizando de forma conjunta datos actuales y teorías renombradas, se puede concluir que el racismo estructural en América Latina tiene sus raíces aún fuertes y profundas. Así se refleja en diversos determinantes, como el desempleo, la criminalidad y la diferencia salarial.

Palabras clave: Colonialismo. Esclavitud. Capitalismo Dependente. Racismo Estructural.

INTRODUÇÃO

A invasão das terras de povos indígenas na América Latina por colonizadores europeus acarretou uma tentativa de extermínio da sociedade já existente naquelas terras. A partir de então, iniciou-se o escravismo e o comércio de escravizados oriundos da África, os quais passariam a lutar pela

sobrevivência, em um contexto repleto de crueldade e submissão ao senhorio. Sabendo que foram mais de quatrocentos anos de escravidão no Brasil, seus efeitos são sentidos até hoje e se manifestam na desigualdade racial, econômica, política e social sentida pelos negros.

O presente artigo parte de uma revisão de pesquisas bibliográficas em trabalhos, livros e artigos. Tem como objetivo compreender a conjuntura do colonialismo e suas estruturas fundamentadas no escravidão, as consequências desse momento para o capitalismo dependente brasileiro e a luta de classes perante o racismo intrínseco das relações humanas.

Logo na primeira seção denominada “O colonialismo: entre desigualdade latino-americana e privilégio estrangeiro” analisa-se o contexto do colonialismo na América Latina. Na segunda seção “Práxis negra: organização de resistência na luta de classes” aborda-se a luta de classes durante o escravidão e a organização dessa população escravizada frente à desumanização posta pelo regime escravista. A terceira seção, intitulada “A consolidação do capitalismo dependente no Brasil e o escravidão tardio” relembra as características do capitalismo dependente e conceitua duas fases do escravidão apresentados por Clóvis Moura: o escravidão pleno e o escravidão tardio. Já na quarta e última seção “O racismo no âmago das relações sociais e a luta antirracista” apresenta-se o racismo nas relações sociais atuais (2020) e a busca constante por uma atuação antirracista.

O COLONIALISMO: ENTRE DESIGUALDADE LATINO-AMERICANA E PRIVILÉGIO ESTRANGEIRO

Aimé Césaire, em sua obra “Discurso sobre o Colonialismo” (1978), discorre sobre a civilização e a colonização. O autor defende que o intercâmbio, no contato com outros países, tem importância, visto que enriquece ambos que o fazem. A colonização deveria absorver essa necessidade, no entanto, assumiu um papel trágico destruindo a civilização. Reafirma ao expressar:

Colonização e civilização? A maldição mais comum nesta matéria é deixarmos-nos iludir, de boa fé, por uma hipocrisia coletiva, hábil em anunciar mal os problemas para melhor legitimar as soluções que se lhes aplicam. (CÉSAIRE, 1978, p. 14)

Para ele (1978), a colonização nada mais foi do que uma ação de aventureiros piratas, comerciantes, mercadores, entre outros, de onde a civilização (o povo) está longínqua.

Da colonização à civilização a distância é infinita; que, de todas as expedições coloniais acumuladas, de todos os estatutos coloniais elaborados, de todas as circulares ministeriais expedidas, é impossível resultar um só valor humano. (CÉSAIRE, 1978, p. 15-16)

Entre colonizador e colonizado (a civilização) não existe contato direto nem sentimento de pertencimento, somente relação de submissão, comparada à proletarização. Quando o colonizado pretende avançar no seu próprio desenvolvimento a Europa o impede, pois o colonizador insiste no monopólio e sempre ambicionará por ter dependentes. Diferentemente dos tempos antigos, onde as sociedades eram comunitárias com um arranjo de todos para todos, não de todos para alguns, cita Césaire (1978); não somente pré-capitalistas, mas acima de tudo anticapitalistas e democráticas.

Não é a sociedade colonial atual que queremos prolongar, a carne mais imunda que jamais apodreceu debaixo do sol. É uma sociedade nova que precisamos criar, com

a ajuda de todos os nossos irmãos escravos, rica de toda a potência produtiva moderna, cálida de toda a fraternidade antiga. (CÉSAIRE, 1978, p. 36)

Sociedades inicialmente únicas são arrancadas de seus próprios tesouros, como a cultura.

Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas. [...] Falo de milhões de homens arrancados aos seus deuses, à sua terra, aos seus hábitos, à sua vida, à vida, à dança, à sabedoria. Falo de milhões de homens a quem inculcaram sabiamente o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a genuflexão, o desespero, o servilismo. (CÉSAIRE, 1978, p. 25-26)

Waldir José Rampinelli (2014), indo de encontro às afirmações de Césaire (1987), na resenha “A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização: Um genocídio, um etnocídio e um memoricídio praticados contra os povos latino-americanos” (RAMPINELLI, 2014) esmiúça a forma como a América Latina fora agredida desde os primórdios do “descobrimento” – que traduz-se em invasão e expropriação do povo indígena originário por parte dos europeus. São três grandes crimes cometidos pelos ditos colonizadores: genocídio, etnocídio e memoricídio, defende Rampinelli (2014). A princípio, “O genocídio foi cometido contra certos grupos étnicos, quer eliminando-os pelo trabalho escravo ou compulsório, quer assassinando-os por sua resistência armada aos dominadores.” (RAMPINELLI, 2014, p. 139), enquanto o etnocídio ocorreu através da violação da autonomia dos povos nativos, da retirada dos seus direitos. Isso os impedia de conduzir e construir sua própria história. Se resumiu a

[...] destruição sistemática dos modos de vida, de cosmovisão e de pensamento de pessoas distintas. Enquanto o genocídio elimina o Outro por ser intrinsecamente mau, o etnocídio, pelo contrário, impõe ao ser que é distinto uma mudança na perspectiva de que ele seja melhorado e transformado. (RAMPINELLI, 2014, p. 140)

Já o memoricídio se deu pela “[...] eliminação de todo o patrimônio, seja ele tangível ou intangível, que simboliza resistência a partir do passado. [...] Controlar o passado é a melhor forma de planejar o futuro.” (RAMPINELLI, 2014, p. 140). Basicamente, a cultura local fora destruída e, forçadamente, em seu lugar culminou a cultura do colonizador dominante, europeia, fundamentada em princípios cristãos e na exploração.

PRÁXIS NEGRA: ORGANIZAÇÃO DE RESISTÊNCIA NA LUTA DE CLASSES

No século XVI, afirma Cyril Lionel Robert James (2010) o comércio de escravizados se intensificou e tornou a vida do povo africano repleta de violência e pressão, baseada na luta pela sobrevivência. Os relatos do autor sobre o que viveram durante e após serem levados nos navios são restritos ao destacar que uma crueldade selvagem se desenvolvia pela tripulação. Um capitão, para inspirar terror nos escravos, matou um deles e repartiu seu coração, seu fígado e suas entranhas em trezentas partes, obrigando os outros escravos a comê-las, ameaçando aqueles que não o fizessem com o mesmo suplício.

Os escravizados oriundos da África, comenta James (2010), eram vendidos para a América e para a Índia Ocidental, onde eram examinados por inteiro, especialmente seus dentes, seu suor e sua

saúde. Então, eram marcados com um ferro em brasa e instruídos por um sacerdote nos princípios do cristianismo. O alojamento se tratava de cabanas sem janelas com chão de terra batida e cama de palha ou rede estendida entre dois postes.

Estabeleceu-se, em 1685 o Código Negro, o qual legitimava a escravidão no meio jurídico. A “regulamentação” constantemente variava o número permitido de chibatadas, porém nunca foi respeitado e escravos eram chicoteados até a morte. Essa regulamentação afirmava “o incentivo para o trabalho e o zelador da disciplina.” (JAMES, 2010, p. 26).

Essas torturas, tão bem comprovadas, eram habituais ou meros incidentes isolados, extravagâncias de uns poucos colonistas meio malucos? Embora seja impossível verificar as centenas de casos, as evidências mostram que essas práticas bestiais eram características normais da vida do escravo (JAMES, 2010, p. 27).

O suicídio foi uma maneira encontrada pelos escravizados para irritar seus senhores. Para eles, significava a libertação e o retorno à África. Os que se recusaram a deixar a escravidão através desse modo, fugiam para as montanhas e florestas, onde formavam os quilombos. O quilombo foi uma verdadeira luta de classes, símbolo da resistência escrava, sendo o de Palmares o mais conhecido dentre eles. Na obra de James (2010) consta que sua população chegou a 20 mil. A religião envolvia crenças africanas e o cristianismo - figuras de divindades africanas apareciam juntamente às figuras da religião cristã dos brancos. A economia era comunitária e os alimentos produzidos na agricultura eram distribuídos.

A CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL E O ESCRAVISMO TARDIO

Segundo Fernandes (1975), o capitalismo dependente está sempre em transformação, “seguindo as evoluções das sociedades centrais hegemônicas, sem, no entanto, conseguir mudar o padrão de transformação, passando da articulação dependente para o desenvolvimento relativamente autônomo.” (FERNANDES, 1975, p. 55). De acordo com o autor, ele se parece com o capitalismo não apenas “em termos dos caracteres centrais do ‘modelo clássico’, mas das condições estruturais, institucionais e funcionais de sua forma atuante” (FERNANDES, 1975, p. 55).

Conforme apontado por Moura (1995/1996), as relações capitalistas dependentes se sobrepõem à produção escravista oriundas do exterior. Para ele, a economia brasileira não tinha forças econômicas internas de acumulação suficientes que corroborassem para o desenvolvimento do capitalismo autônomo. Desse modo, a transição para o capitalismo ocorreu de forma dependente, devido ao fato de que não houve aliança entre a burguesia e a classe proletária.

Segundo Moura (1995/1996), no período do escravismo pleno há marcos principais que caracterizam aquela época, como o monopólio comercial da metrópole, a produção exclusiva de artigos de exportação para o mercado mundial, o tráfico de escravos africanos, a subordinação da economia colonial à metrópole e impossibilidade de acumulação interna de capital para que fosse possível a passagem para o capitalismo não dependente, o latifúndio escravista como propriedade, a legislação repressora e violenta contra escravizados e a luta dos escravos contra o sistema escravista de maneira autônoma, ativa e radical.

Em regiões brasileiras como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, reflete-se um importante processo de modernização e reformulação de medidas políticas. A partir desse momento, ressalta o autor, as classes médias começam a se comover com a substituição da mão de obra e iniciam as primeiras medidas para comutar o escravismo. Foi a partir de então que, modificado tecnologicamente o escravismo, mas permanecendo sua estrutura e ao mesmo tempo sujeitando a sociedade brasileira à dominação, na visão do autor, iniciou-se o escravismo tardio.

Moura, em “Dialética Radical do Brasil Negro” (1994), cita o escravismo tardio como um momento histórico de transição no qual a modernização do país não influenciava uma mudança social, já que o Brasil foi um dos países que mais demorou a abolir a escravidão e sua classe dominante não tinha interesse no desenvolvimento interno da nação, valorizando-a somente como exportadora. Dentro desse processo de modernização que resultou na transição dos modos de produção - de escravista para capitalista - Moura destaca cinco medidas modulares para sua conclusão.

A tarifa Alves Branco, como indica Moura (1994), foi uma medida protecionista para a nova ordem econômica, que impulsionaria o escravismo tardio. Essa tarifa alfandegária possibilitaria a abertura de novas indústrias e conseqüentemente novos postos de trabalho, porém os negros sentiriam o impedimento de inserção na sociedade e no mercado capitalista pós-escravista, por ocorrer a desvalorização do trabalhador nacional juntamente com o desejo de branqueamento da população, que influenciava mais ainda a vinda de estrangeiros para ocupar esses postos de trabalho.

Outra medida que Moura (1994) destaca é a Lei de Terras, que fez com que a terra não fosse mais distribuída como doação do rei, e sim vendida, conseqüentemente para quem possuía capital o suficiente. O caso dos escravos que se tornariam “livres” era exatamente ao contrário, pois não iriam se integrar no mercado de trabalho e não teriam condições de pagar por uma terra, tendo que morar em habitações improvisadas, devido à falta de acesso.

A Lei de terras tinha, no fundo, um conteúdo político. Ela deu um cunho liberal a aquisição de terras no Brasil, mas visava impossibilitar uma lei abolicionista radical que incluísse a doação pelo Estado de parcelas de gleba aos libertos, e, de outro, estimular o imigrante que via, a partir daí, a possibilidade de transformar-se em pequeno proprietário, aqui chegando (MOURA, 1994, p. 71).

A Lei Eusébio de Queiroz foi a mais eficiente no período do escravismo tardio:

De todas as medidas tomadas para o desenvolvimento do escravismo tardio e a sua solução no capitalismo dependente a lei de 4 de setembro de 1850, conhecida como a lei Eusébio de Queiroz foi a mais direta nos seus objetivos e eficiente nos seus efeitos, foi inquestionavelmente aquela que atingiu de forma definitiva o escravismo pleno, nesse período de transição. Proibindo a continuidade do tráfico internacional de africanos, estancou a grande fonte de reprodução da mão de obra cativa, determinando o seu fim em período não muito longo. Esvaziou assim, a dinâmica demográfica que sustentava a escravidão (MOURA, 1994, p 85).

Após a criação da Lei, o número de escravos no Brasil diminuiu, o que resultou em preços mais elevados deles, tornando o tráfico somente interprovincial, concentrando-se nas províncias em que predominava a economia cafeeira, caminhando para o fim do escravismo pleno.

A guerra do Paraguai foi um marco que reforçou ainda mais a decomposição do escravismo e a implantação do trabalho livre. O exército brasileiro que lutou na guerra foi composto por escravos, os quais ficaram reconhecidos como “Voluntários da Pátria”, que foram vendidos ou que se voluntariaram em troca de sua “liberdade”. A Guerra terminou com aproximadamente 100 mil negros mortos, com as ideias abolicionistas e as medidas que enfraqueceram o escravismo tardio, foi impossível manter os negros que voltaram da guerra em cativeiro, pois já tinham consciência da sua condição de escravos, o que facilitava ainda mais as revoltas e fugas.

Caminhando para o fim do escravismo tardio, a política imigrantista objetivava juntamente com as outras medidas citadas por Moura, impedir o acesso de ex-escravos ao mercado de trabalho, como uma manobra para desenvolver o país de acordo com seus interesses no capitalismo independente. Apesar da decomposição do escravismo tardio, os impactos desse sistema de superexploração percorreram por muitos anos e existem vestígios atualmente, como expressa Moura (1994):

Não podemos negar que o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre. Mas as estratégias de dominação antecipadamente estabelecidas fizeram com que o antigo escravo não entrasse sequer como uma força secundária na dinâmica desse processo, ficando como borra sem função expressiva. O Brasil arcaico preservou os seus instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno foi absorvido pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam a abolição na sua estratégia de dominação (MOURA, 1994, p. 103).

As medidas citadas pelo autor têm grande influência no cotidiano atual, pois mesmo após a abolição, os negros libertos não tiveram nenhum suporte em relação ao mercado de trabalho e sobrevivência. Pelo contrário, continuaram a ser explorados, sofrendo os impactos desse sistema. As leis que substituíam a mão de obra nacional pela mão de obra estrangeira refletem nisso, pois até hoje influenciam na contratação de trabalhadores negros.

Segundo dados do IBGE (CONTEÚDO, 2019), no Brasil, em 2019, cerca de 64,6% dos desempregados são pretos ou pardos. Esses acabam ficando à mercê da sociedade, suscetíveis à violência e à criminalidade, tendo o maior índice na população carcerária no país - 61,7%, de acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (CALVI, 2018), em 2018. Quando empregados, encaram diferenças salariais de 45% a menos que os brancos, cálculo feito por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2019 (MENA, 2020). As informações são apenas reflexos da deficiência de políticas públicas aos negros, provinda desde o período colonial escravocrata, consequências da mentira da superioridade branca.

O RACISMO NO ÂMAGO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E A LUTA ANTIRRACISTA

A autoestima branca, a imposição do padrão branco, conforme Carone e Bento (2002), em “Branqueamento e Branquitude no Brasil”, fortalece a ideia de que os brancos ocupam uma posição superior em relação aos outros, autenticando sua supremacia racial, econômica, política e social. Além disso:

[...] no Brasil, o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura

identificar-se como branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais (CARONE, BENTO, 2002, p.1).

Quando, na verdade, é apenas um ideário montado pela própria elite branca para deslegitimar o povo negro, com o objetivo de torná-lo submisso em todas as áreas de sua vida.

Em muitos anos de estudo, as autoras puderam concluir que o branco vive em silêncio e é pouco investigado, como se as desigualdades raciais fossem uma questão exclusiva do negro, porque somente ele é problematizado.

Há o reconhecimento da desigualdade racial por parte de alguns brancos, mas não há a consciência de que eles são intrínsecos a ela e inclusive a proliferam. Ou seja, os brancos não se reconhecem como os agentes principais das desigualdades raciais. As autoras sugerem que o “primeiro sintoma” da chamada branquitude seja justamente a não associação da desigualdade racial com a discriminação.

Carone e Bento (2002) relatam que “[...] o que parece interferir neste processo é uma espécie de pacto, um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil.” (CARONE, BENTO, 2002, p. 2). No momento em que o branco não é discutido, se perde a oportunidade de observar os privilégios da branquitude. Por exemplo, mesmo no quesito da pobreza, os negros é que mais sofrem entre os trabalhadores, constituindo 75,2% dos 10% de brasileiros mais pobres em 2019, segundo o IBGE (MADEIRO, 2019). O branco ainda possui o privilégio da brancura, que numa sociedade racista, tem sua vida facilitada dentro de uma comunidade, pois está fora dos olhos do racismo estrutural.

Também, para a branquitude é um conforto ignorar a escravidão, da qual ela apenas se beneficiou por quatrocentos anos e segue usufruindo do saldo positivo. Os questionamentos o fariam prestar contas e principalmente indenizar os negros pelo malfeito. Essa cegueira proposital ainda colabora para os argumentos de que as políticas sociais específicas são protecionistas, frutos de vitimização e prêmio para a incompetência negra, não uma reparação histórica mínima (CARONE, BENTO, 2002).

Quanto à racialização, Carone e Bento (2002) explicam que existem dois processos baseados pelo medo: “O medo do diferente e, em alguma medida, o medo do semelhante a si próprio nas profundezas do inconsciente. Desse medo que está na essência do preconceito e da representação que fazemos do outro.” (CARONE, BENTO, 2002, p. 7). O primeiro é o narcísico, que leva a si mesmo como modelo universal e causa aversão ao diferente; e o segundo é a projeção sobre o outro, que transfere ao próximo as manchas que o modelo não pode assumir, por sujar sua imagem. Ambos os processos de racialização

[...] no contexto das relações raciais [...] visam justificar, legitimar a ideia de superioridade de um grupo sobre o outro e, conseqüentemente, as desigualdades, a apropriação indébita de bens concretos e simbólicos, e a manutenção de privilégios. (CARONE, BENTO, 2002, p. 6)

Isto é, agem como forma de obter vantagem às custas alheias, num cenário de lutas históricas de resistência e sobrevivência negra. Para quebrar com o ciclo racista, é preciso buscar por uma atuação, então, antirracista.

Numa tentativa de formar uma identidade racial branca não-racista, de acordo com a pesquisadora Helms (1990 Apud CARONE, BENTO, 2002, p. 17), é necessário que haja: o contato livre de pré-conceitos enfiados na sociedade, como a ideia de que tudo que se refere ao negro é mal ou ruim; o reconhecimento da culpa sobre a situação social dos negros (antiga e atual) e os privilégios para si mesmo que restaram disso; a repulsa por atitudes racistas alheias; o estudo antirracista, relacionado ao racismo estrutural; a internalização e aceitação da branquitude.

Por sua vez, Carone e Bento (2002) sugerem resgatar até mesmo a essência do povo brasileiro, que historicamente baseou-se no padrão europeu desde a colonização, pendendo aos ideais norte-americanos.

[...] não só os negros se sentem desconfortáveis com a sua condição racial, mas o próprio branco brasileiro desejava e deseja ainda hoje (vide os meios de comunicação de massa) perder-se no Outro, o europeu ou o norte-americano. Isso torna o problema do branqueamento uma questão que atinge a todos os brasileiros. Não temos só um problema de perda de identidade negra, mas um problema de nacionalidade: quem quer ser brasileiro? Como o negro brasileiro se representa e é representado? Como o branco brasileiro se representa e é representado? (CARONE, BENTO, 2002, p. 25)

Em suas análises, por fim, estimulam o pensamento acerca do opressor e do oprimido, representados, respectivamente, pelo gênero masculino branco europeu e pelo gênero feminino negro colonizado. Pelas autoras, é traçado um caminho para que se opte pela história vista da ótica da mãe negra superexplorada, que permite visualizar a realidade cotidiana do povo trabalhador preto, pobre e favelado, frequentemente vítima de homicídio e diminuição da expectativa de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise bibliográfica realizada para a apresentação do presente artigo possibilitou observar a superexploração da população negra, provinda desde o período colonial, junto a tentativa de europeização do Brasil, trazendo consigo a ideia do apagamento histórico por meio de genocídio, etnocídio e memoricídio, com o intuito de atingir (lê-se destruir) toda construção histórica negra e indígena.

Em resposta, os negros escravizados organizam-se através dos quilombos, símbolos de resistência. A luta pela emancipação é iminente, e a rebeldia é necessária para abandonarem as correntes dos porões dos navios e as condições subumanas em que se encontram. A tortura precisa ficar no passado, e não ser controlada por um Código.

Outrossim, fora abordado tanto o escravismo pleno quanto o escravismo tardio e compreendidas as medidas modulares que transitariam para o fim da era da escravidão em direção ao modo de produção capitalista, as quais são: tarifa Alves Branco, Lei de Terras, Lei Eusébio de Queiroz, guerra do Paraguai e a política imigrantista.

Discutiu-se, ainda, a noção de branqueamento e branquitude, que estabeleceu o padrão e ainda enfatiza o privilégio branco. Se tornou nítido que a comunidade branca insiste em ignorar o feito histórico de que idealizou e participou, tentando livrar-se da culpa, inclusive transferindo-a para o povo escravizado, negro, indígena. Efeito disso, todas as desigualdades raciais são explícitas e

somente expressam a realidade de um mundo preconceituoso, arraigado em um sistema racista, que repulsa o negro por ser negro e que não concede condições dignas de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

CALVI, Pedro. Câmara dos Deputados. *Sistema Carcerário brasileiro: negros e pobres na prisão*. 06 ago. 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao>. Acesso em: 07 jan. 2020.

CARONE, Iray. BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Psicologia_social_do_racismo.html?id=Z45ODgAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 05 dez. 2019.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o Colonialismo*. 1. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CONTEÚDO, Estadão. Com crise, desemprego subiu mais entre pretos e pardos, diz IBGE. *Revista Exame*. Ed. Abril, 22 fev. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/com-crise-desemprego-subiu-mais-entre-pretos-e-pardos-diz-ibge/>. Acesso em: 07 jan. 2020.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1975.

JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

MADEIRO, Carlos. *Negros são 75% entre os mais pobres; brancos, 70% entre os mais ricos*. UOL, Alagoas, 13 nov. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.htm>. Acesso em: 07 jan. 2020.

MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MOURA, Clóvis. Os quilombos e a luta de classes no Brasil. *Revista Debate Sindical*. LUGAR, v. 9, n. 29, dez./jan./fev. 1995/1996.

RAMPINELLI, Waldir José. A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização - um genocídio, um etnocídio e um memoricídio praticados contra os povos latino-americanos. *Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*. Santa Catarina, v. 4, n. 3, set./dez. 2014.

O SERVIÇO SOCIAL E A DIMENSÃO ÉTNICO-RACIAL

Jadh Beatriz de Jesus Silva

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do Programa de Educação Tutorial Comunidades Populares Urbanas da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: jadh.beatriz@gmail.com

Edmilson Rampazzo Klen | Orientador

Engenheiro mecânico pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Metrologia Científica e Industrial pelo Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Logística e Transporte pelo Programa de Pós-Graduação de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-Doutorado no instituto Bremer Institut für Produktion und Logistik GmbH, na Alemanha. Professor do Departamento de Expressão Gráfica da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: erklen@cce.ufsc.br

O SERVIÇO SOCIAL E A DIMENSÃO ÉTNICO-RACIAL

Resumo: Este artigo tem como pretensão explicitar a grande necessidade de discussão acerca da dimensão (ou questão) étnico-racial dentro do Serviço Social, refletindo na intervenção profissional da/o assistente social. Sua intervenção deve se orientar pela perspectiva da totalidade, sendo assim, apreender, analisar e problematizar a temática, bem como racializar suas análises, incorpora caráter essencial ao cotidiano profissional. Inicialmente é exposto o conceito de racismo, para mais adiante trazer alguns de seus desdobramentos concretos na sociedade, evidenciando como a raça é um marcador de desigualdade social. Por fim, é trazida a relação da dimensão étnico-racial dentro do Serviço Social.

Palavras-chave: Dimensão Étnico-racial. Serviço Social. Prática Profissional.

SERVICIO SOCIAL Y DIMENSIÓN ÉTNICO-RACIAL

Resumen: Este artículo tiene como objetivo explicar la gran necesidad de discusión sobre la dimensión (o cuestión) étnico-racial dentro del Trabajo Social, reflexionando sobre la intervención profesional del trabajador social. Su intervención debe estar guiada por la perspectiva de la totalidad, por lo tanto, aprehender, analizar y problematizar el tema, así como racializar sus análisis, adquiere un carácter esencial en la rutina profesional. Inicialmente, se expone el concepto de racismo, para traer aún más algunos de sus desarrollos concretos en la sociedad, mostrando cómo la raza es un marcador de desigualdad social. Finalmente, la relación de la dimensión étnico-racial se plantea dentro del Trabajo Social.

Palabras clave: Dimensión Étnico-racial. Trabajo Social. Prática Profissional

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo explicitar a importância da dimensão (ou questão) étnico-racial dentro do Serviço Social, refletindo na intervenção profissional da/o assistente social. Uma vez que o racismo se constitui em um dos elementos fundantes da sociedade capitalista, e que para além disso produz desigualdades sociais, se torna inviável não discutir a questão étnico-racial na formação inicial e continuada desses profissionais, que têm como objeto de trabalho a *Questão Social*. Tem-se a pretensão aqui de apresentar a necessidade de racializar análises, ações e intervenções profissionais, de modo que seja possível compreendê-la em sua totalidade.

Este artigo é resultado de estudos e pesquisa bibliográfica, de natureza teórico-conceitual, estando estruturado da seguinte maneira: inicialmente é realizada uma exposição e conceituação sobre o racismo, bem como alguns dos seus principais desdobramentos concretos na sociedade

brasileira; na sequência é abordado sobre a dimensão étnico-racial e sua relação com o Serviço Social, onde serão trazidos elementos que endossam a necessidade de discuti-lo e incorporá-lo no fazer profissional da/o assistente social.

CONCEITUANDO O RACISMO

O racismo se constitui em um sistema de poder que confere desvantagens a grupos racializados, ao passo que ao mesmo tempo confere privilégios aos demais. Para Almeida (2018, p. 25):

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

Segundo o autor há três concepções de racismo, sendo elas: individualista, institucional e estrutural. A primeira parte do ato de racismo a partir do indivíduo, de forma interpessoal, afetando o campo subjetivo; o racismo institucional se dá a partir da sua relação com o Estado e instituições, produzindo desigualdades em seu acesso; e o estrutural, o qual daremos mais ênfase, parte de sua relação com a economia:

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social, e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural (ALMEIDA, 2018, p. 38).

Desta forma, podemos afirmar que o racismo é um componente orgânico da estrutura social vigente, reproduzido tanto por indivíduos quanto por instituições, sendo estes micro representações deste fenômeno. Nos próximos tópicos veremos alguns dos principais desdobramentos concretos na sociedade brasileira que se dão a partir do racismo atualmente.

GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA

De acordo com o Atlas da Violência 2020, o índice de violência letal entre pessoas negras nos últimos anos se encontra em escala crescente, tendo como principais vítimas jovens e homens (com faixa etária de 15 a 29 anos).

Apenas em 2018, para citar o exemplo mais recente, os negros (soma de pretos e pardos, segundo classificação do IBGE) representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8. Comparativamente, entre os não negros (soma de brancos, amarelos e indígenas) a taxa foi de 13,9, o que significa que, para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro quando comparada à das mulheres não negras (IPEA, 2020, p. 47).

Demonstrando a grande desigualdade racial, foi constatado que “entre 2008 e 2018, as taxas de homicídio apresentaram um aumento de 11,5% para os negros, enquanto para os não negros houve

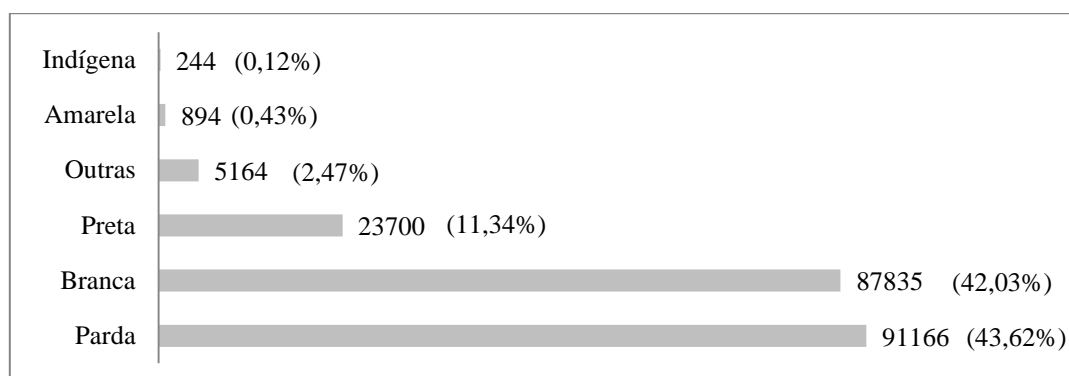
uma diminuição de 12,9% (...)” (IPEA, 2020, p.47). A violência policial é um fator importante nesse quesito, pois temos a polícia que mais mata e que mais morre no mundo. Dito isso, é pertinente mencionar que “De acordo com dados publicados no 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 51,7% dos 726 policiais mortos entre 2017 e 2018 eram negros, ante 48% de brancos e 0,3% de amarelos” (CAMPOS, et al., 2020).

A lógica racista opera aqui dos dois lados. As polícias civil e militar no Brasil são compostas em grande parte por pessoas negras. Integrantes dessas corporações vivenciam um trabalho perigoso e violento, muitas vezes sem os equipamentos necessários, com baixa valorização e remuneração, onde não raramente recebem capacitação que contribui na perpetuação de estereótipos raciais que irão fundamentar suas abordagens posteriormente.

ENCARCERAMENTO EM MASSA

Além de ser o grupo racial que mais morre no Brasil a população negra também é a maioria dentro das prisões. Segundo dados do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP) de 2018 (CNJ, 2018), a porcentagem somada de pretos e pardos equivale a 54,96% do número total de presos, aproximadamente, como demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Raça, cor e etnia das pessoas privadas de liberdade no Brasil



Fonte: CNJ, 2018

No que se refere a “a faixa etária das pessoas privadas de liberdade no país, 30,52% têm entre 18 e 24 anos e 23,39% entre 25 e 29 anos de idade, demonstrando que mais da metade da população carcerária registrada no Banco tem até 29 anos (...)” (CNJ, 2018, p. 51). De modo geral, o perfil do preso brasileiro corresponde a de jovem, negro, de baixa escolaridade. É comum essas pessoas já se encontrarem em situação de vulnerabilidade antes do cárcere; durante e após o encarceramento sua situação socioeconômica tende a agravar-se, pois, além de enfrentar o racismo, agora terá que também conviver com o estigma de ser egresso do sistema prisional. Borges (2018, p. 17) comenta que:

Além da privação de liberdade, ser encarcerado significa a negação de uma série de direitos e uma situação de aprofundamento de vulnerabilidades. Tanto o cárcere quanto o pós-encarceramento significam a morte social destes indivíduos negros e negras que, dificilmente, por conta do estigma social, terão restituído o seu status, já

maculado pela opressão racial em todos os campos da vida, de cidadania ou possibilidade de alcançá-la. Esta é uma das instituições mais fundamentais no processo de genocídio contra a população negra em curso no país.

Neste e no tópico anterior pôde-se observar que as maiores vítimas de assassinatos e encarceramento são a juventude negra. Desta forma, é possível afirmar a necessidade de se pensar e construir políticas públicas para esse segmento, mas de forma racializada, isto é, direcionada para pessoas negras. No que toca especificamente à dimensão do encarceramento, é necessário prover verdadeira e efetiva ressocialização dos/as detentos/as, além de haver uma transformação profunda dos aparelhos de justiça do Estado, tanto no campo legislativo, como subjetivo, a fim de debater sobre o racismo institucional e suas consequências.

POBREZA MONETÁRIA, DESOCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL

Entre a população negra são maiores as taxas de desemprego, contratação em empregos informais, baixa escolarização e renda. De acordo com a *Síntese de Indicadores Sociais – Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira* em relação a pobreza monetária, os mais atingidos são crianças, adolescentes, mulheres e homens negros e pardos, sendo

um dos grupos vulneráveis são pessoas que moram em domicílios formados por arranjos cujo responsável é mulher sem cônjuge com filhos de até 14 anos de idade (56,9%), e se o responsável desse tipo de domicílio (monoparental com filhos) é mulher preta ou parda, a incidência de pobreza sobe ainda mais, a 64,4% (IBGE, 2018)

Desta forma, percebemos como a intersecção de raça e gênero são determinantes para as condições concretas de vida da população. É extremamente comum no Brasil a formação de família tendo mães como chefes de família, com filhos, e pai ausente.

Sobre a taxa de desocupação, houve aumento entre os jovens (de 14 a 29 anos). No que confere à raça/cor “de fato, ao longo de toda a série histórica, a taxa de desocupação da população preta ou parda foi maior do que a população branca, tendo alcançado a maior diferença em 2017, de 4,6 pontos percentuais” (IBGE, 2018). Dentro do mercado de trabalho a diferença de rendimentos, considerando gênero e raça, apontam que as mulheres negras são o grupo com pior remuneração, onde

as atividades econômicas de menores rendimentos médios são as que proporcionalmente possuem mais ocupados de cor ou raça preta ou parda e pessoas do sexo feminino. No cômputo geral, em 2017, os brancos ganhavam em média 72,5% mais do que pretos ou pardos e os homens ganhavam, em média, 29,7% mais que as mulheres (IBGE, 2018).

Sobre a situação da mulher negra na sociedade e mercado de trabalho brasileiro, “na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho” (GONZÁLEZ, 1979, p. 96). Logo, este grupo se torna um dos mais vulneráveis socialmente, justamente devido ao entrecruzamento de opressões.

No que tange ainda sobre o mercado de trabalho, o aspecto do trabalho informal é muito presente no Brasil. Este é um dos principais tipos de atividade econômica onde os rendimentos são muito baixos, além de não fornecer nenhum tipo de proteção ao/a trabalhador/a:

A informalidade é uma característica histórica do mercado de trabalho brasileiro, sendo, portanto, um importante marcador de desigualdades. Como consequência, produz um elevado contingente de trabalhadores sem acesso aos mecanismos de proteção social vinculados à formalização e limita o acesso a direitos básicos como a remuneração pelo salário mínimo e aposentadoria (IBGE, 2018).

No decorrer dos últimos anos, como consequência de políticas adotadas pelo Estado, como por exemplo a Reforma Trabalhista, o índice de trabalho informal vem aumentando gradualmente. Novamente, a participação de mulheres é maior do que a dos homens, principalmente na área de serviços domésticos; “já o recorte por cor ou raça indica que há maior participação da população preta ou parda em trabalhos informais (46,9%) quando comparada com os trabalhadores brancos (33,7%)” (IBGE, 2018).

INIQUIDADE ÉTNICO-RACIAL EM SAÚDE

Segundo o último Censo do IBGE, a população negra (soma de pretos e pardos) corresponde a mais de 50% da população brasileira; “dentre os usuários do SUS, 70% são pretos e pardos” (MONTEIRO, et. al Apud SEPPPIR, 2011). Apesar de ser maioria, pessoas negras possuem menor acesso à saúde, número menor de consultas e maior dificuldade em obter medicamentos receitados, no que se compara à população branca. O relatório *Saúde Brasil 2005: uma análise da situação de saúde* traz alguns dados: o número “referente à prematuridade e à mortalidade infantil também apresenta uma disparidade quando relacionado a raça, cor e etnia” (BRASIL, 2005 apud BRASIL, 2013, p. 27). Além disso, “o risco de uma criança preta ou parda morrer antes dos cinco anos por causas infecciosas e parasitárias é 60% maior do que o de uma criança branca.” (BRASIL, 2005 Apud BRASIL, 2013, p. 27).

Os Determinantes Sociais de Saúde (DSS), que são definidos como “os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população” (MONTEIRO Apud BUSS, et al, 2007), são atravessados pelo racismo, este considerado um determinante de saúde. Segundo WERNECK (2016, p. 540),

Em 2005, a Comissão de Determinantes Sociais em Saúde (CDS) da Organização Mundial de Saúde apresentou o conceito de determinantes sociais de saúde como um processo complexo no qual participam fatores estruturais e fatores intermediários da produção de iniquidades em saúde (...). Nele, o racismo e o sexismo estão incluídos como fatores estruturais produtores da hierarquização social associada a vulnerabilidades em saúde.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), aprovada em 2006, possui a perspectiva de que o racismo produz vulnerabilidade em saúde, conforme o conceito elaborado pela Comissão de Determinantes Sociais em Saúde (CDS). De acordo com a Portaria Nº 992, de 13 de maio de 2009, a qual institui a PNSIPN, ela possui como objetivo geral “promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o

combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS” (BRASIL, 2009). Como objetivos específicos tem-se:

- I - garantir e ampliar o acesso da população negra residente em áreas urbanas, em particular nas regiões periféricas dos grandes centros, às ações e aos serviços de saúde;
- II - garantir e ampliar o acesso da população negra do campo e da floresta, em particular as populações quilombolas, às ações e aos serviços de saúde;
- III - incluir o tema Combate às Discriminações de Gênero e Orientação Sexual, com destaque para as interseções com a saúde da população negra, nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde e no exercício do controle social;
- IV - identificar, combater e prevenir situações de abuso, exploração e violência, incluindo assédio moral, no ambiente de trabalho;
- V - aprimorar a qualidade dos sistemas de informação em saúde, por meio da inclusão do quesito cor em todos os instrumentos de coleta de dados adotados pelos serviços públicos, os conveniados ou contratados com o SUS;
- VI - melhorar a qualidade dos sistemas de informação do SUS no que tange à coleta, processamento e análise dos dados desagregados por raça, cor e etnia;
- VII - identificar as necessidades de saúde da população negra do campo e da floresta e das áreas urbanas e utilizá-las como critério de planejamento e definição de prioridades;
- VIII - definir e pactuar, junto às três esferas de governo, indicadores e metas para a promoção da equidade étnico-racial na saúde;
- IX - monitorar e avaliar os indicadores e as metas pactuados para a promoção da saúde da população negra visando reduzir as iniquidades macrorregionais, regionais, estaduais e municipais;
- X - incluir as demandas específicas da população negra nos processos de regulação do sistema de saúde suplementar;
- XI - monitorar e avaliar as mudanças na cultura institucional, visando à garantia dos princípios anti-racistas e não discriminatório; e
- XII - fomentar a realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra (BRASIL, 2009).

No entanto, apesar dessa Política ter caráter nacional e com força de lei não é raro a mesma não ser aplicada dentro do âmbito do SUS em todos os Estados. É imprescindível adotá-la em nível nacional a fim de mudar a cultura e estruturas da organização, incentivar a participação e controle social, bem como os profissionais devem incorporá-la no seu fazer profissional; a/o assistente social, como profissão que trabalha no campo de garantia e acesso a direitos, deve estar alinhado a esta perspectiva para tal.

SERVIÇO SOCIAL E A DIMENSÃO ÉTNICO-RACIAL

Os tópicos apresentados anteriormente revelam a condição desigual da população negra na sociedade brasileira. Pela ocorrência do racismo, atravessado pelas opressões de gênero e classe, as condições socioeconômicas e vulnerabilidades tendem a aprofundar-se. O Serviço Social, como profissão que possui como objeto de trabalho a *Questão Social*, deve dialogar constantemente com a dimensão étnico-racial, visto que a maioria da população atendida pela profissão são as minorias sociais. De acordo com Oliveira (2017, p. 387-388), ela é justificada por compreender que a

população demandatária do Serviço Social se constitui, em sua maioria, por aqueles que experienciam cotidianamente violência étnico-racial e de gênero, ou seja, pobres, negros e mulheres. Segundo a autora, caso esses demarcadores não sejam analisados, problematizados e apreendidos, a tendência é de prover a manutenção das desigualdades sociais baseada na raça.

Este é um dos pontos cruciais para identificarmos a necessidade de construção e ampliação do debate sobre as questões étnico-raciais. Ao longo dos últimos anos, apesar das discussões acerca da temática estarem cada vez mais constantes, ainda há grandes entraves. Há grande dificuldade de incorporar a dimensão étnico-racial no currículo dos cursos de graduação em Serviço Social de forma obrigatória nas instituições federais de ensino brasileiras, mesmo que a Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), entidade que coordena o projeto de formação em Serviço Social no âmbito da graduação e pós graduação, tenha aprovado a inclusão desta temática:

Em dezembro de 2014, na Assembleia da ABEPSS, realizada em Natal-RN, por ocasião do XIV ENPESS, foi aprovada, por unanimidade, a inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório na graduação de Serviço Social, que aborde as temáticas relacionadas às relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração. O entendimento dessa necessidade parte da compreensão de que a questão social é mediada dialeticamente por tais relações (ABEPSS, 2016).

Compreendendo que essas relações estão imbricadas no objeto de intervenção profissional, se faz necessário analisar suas especificidades, a fim de atender a perspectiva de totalidade que o fazer profissional requer. Segundo a entidade:

A análise de classe – tão cara ao Serviço Social e indispensável para a compreensão do nosso objeto de intervenção profissional, a questão social – se orientada pela perspectiva de totalidade, ancorada no materialismo histórico e dialético, deve partir do entendimento de que as classes não são homogêneas, mas, estruturadas por relações de desigualdades, permeadas por antagonismos consolidados ao longo de uma história não apenas capitalista, mas racista, patriarcal, heterossexista e adultocêntrica que produz e reproduz discriminações, preconceitos, violências e violações de direitos (ABEPSS, 2016).

Obviamente, esta temática não deve ser somente abordada na graduação, no entanto neste espaço é iniciada a formação profissional da/o assistente social, onde se tem o primeiro contato com a profissão e seus fundamentos.

Nos princípios fundamentais do Código de Ética de 1993 da/o assistente social é preconizada a eliminação de todo o tipo de preconceito, como também o exercício da profissão e processo de construção de uma nova ordem societária, sem discriminação de gênero, raça/etnia, classe social, orientação sexual, nacionalidade, religião, deficiência e idade (CFESS, 2012); a partir desses princípios também é possível embasar, novamente, a necessidade de discussão sobre a questão étnico-racial.

Nesse sentido, faz-se necessária a apreensão crítica acerca dessa realidade e a apropriação de conhecimentos sobre o fenômeno do racismo e de suas diversas expressões na vida social. Esse processo contribuirá para o fortalecimento do projeto ético-político profissional, sobretudo no que tange à sua direção política, que busca construir outra sociabilidade, com valores emancipatórios, cujas relações humanas sejam livres de qualquer exploração, opressão e discriminação de classe, racial e patriarcal (CFESS, 2014, p. 16).

Ao apreender a temática a/o assistente social deve incorporá-la em suas intervenções e ações profissionais. Aqui se mostra a importância de racializar análises, de modo que seja possível visualizar e identificar as diferenças sociorraciais na população usuária do Serviço Social. Pensar em políticas públicas e intervenções profissionais racializadas, direcionadas à população negra, não se trata de privilégio, mas sim uma questão de equidade e justiça social, elementos também preconizados no Código de Ética da categoria profissional.

Por fim, para além das análises racializadas surgidas nas demandas imediatas à/ao assistente social, a articulação com os movimentos sociais, como o movimento negro, movimento de mulheres, entre outros, é uma medida importante para se pensar coletivamente em estratégias de reivindicação e efetivação de direitos, bem como pautar a transformação da sociedade a partir de um viés equânime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo teve-se como objetivo explicitar a necessidade da dimensão (ou questão) étnico-racial dentro do Serviço Social, refletindo na intervenção profissional da/o assistente social. A apreensão, análise e problematização da temática, como também o ato de racializar análises tornam-se essenciais a fim de atender a perspectiva de totalidade requisitada na prática profissional. A fim de embasar essa necessidade foram apresentadas algumas das principais consequências causadas a partir do racismo na sociedade brasileira, como o genocídio da população negra, encarceramento em massa (tendo como principais vítimas homens, jovens e negros), iniquidade étnico-racial em saúde, pobreza monetária, desocupação e trabalho informal. As desigualdades sociorraciais possuem diversas outras expressões que não foram abordadas neste estudo, uma vez que o racismo se trata de um sistema de opressão complexo, estrutural e estruturante de nossa sociedade.

É urgente que haja constante avanço no debate da temática dentro do Serviço Social, principalmente nos cursos de graduação, a fim de formar profissionais que orientem sua prática profissional através da perspectiva da totalidade, entendendo que para além dos marcadores de classe e gênero existem outros fundamentais, como a raça, que devem ser analisados, problematizados e incorporados em suas intervenções.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social *GTP: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades*. 2016. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/noticias/apresentacao-graduacao-15>. Acesso em 26 de set. 2020

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte-MG: Letramento, 2018.

BORGES, J. *O que é: encarceramento em massa?* Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2018

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: Uma política do SUS*. 2. ed. Brasília. Editora do Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_populacao.pdf. Acesso em: 10 de abr. 2020

BRASIL. Portaria Nº 992, de 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Ministério da Saúde. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992_13_05_2009.html. Acesso em: 09 de set. 2020.

CAMPOS, Alexandre Felix de; et al. “Quando falamos em genocídio da juventude negra precisamos incluir também a morte dos jovens policiais”. *El Pais*. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-01/quando-falamos-em-genocidio-da-juventude-negra-precisamos-incluir-tambem-a-morte-dos-jovens-policiais.html>. Acesso em 06 de set. 2020

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Código de Ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 10 ed. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 26 de set. 2020

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Racismo*. Série Assistente Social no Combate ao Preconceito. Caderno 3. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/livros>. Acesso em: 29 de set. 2020

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. *Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - BNMP 2.0: Cadastro Nacional de Presos*. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2018/01/57412abdb54eba909b3e1819fc4c3ef4.pdf>. Acesso em 10 de abr. 2020

GONZÁLEZ, Lélia, et. al. *O Lugar da Mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Edições Graal. Coleção Tendências. v. n. 1, 1982.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 22 de set. 2020

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da Violência*. 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 22 de set. 2020

MONTEIRO, M. do C.S. CRUZ, I.S.F. da. *Apostila do curso Saúde da População Negra*. Módulo Saúde Integral da População Negra. Universidade Aberta do SUS – UNASUS, 2013.

SANTOS DE OLIVEIRA, J. M. Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais. *Ser Social*, v. 19, nº 41, p. 385-397. 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14945. Acesso em: 24 de set 2020

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde soc.* [online]. 2016, vol.25, n.3. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010412902016000300535&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 22 de set. 2020

A QUESTÃO SOCIAL NA SUA EXPRESSÃO CONCRETA DA LUTA DE CLASSES

Eduarda Salla Marcelino

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina
Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Grupo Estudos e Pesquisa Trabalho e Política Social na América Latina - Veias Abertas, do Departamento de Serviço social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: eduardasallamarcelino@gmail.com

Heloisa Teles | Orientadora

Graduada em Serviço Social pela Universidade de Caxias do Sul. Residência Integrada em Saúde Coletiva pela Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: helobiales@ufsc.br

A QUESTÃO SOCIAL NA SUA EXPRESSÃO CONCRETA DA LUTA DE CLASSES

Resumo: A colonização latino-americana foi direcionada para a exploração e inscreveu nos países da região uma determinada relação com o capitalismo global: a dependência. Nesse contexto, a questão social assume características particulares que expressam a luta de classes e seus desdobramentos marcado pelas resistências e opressões vividas na região. Ancorado pelo método materialista histórico dialético, a presente reflexão objetiva problematizar a questão social em sua materialização expressa pela luta de classes. Para tanto, o artigo está organizado em dois itens principais que visam expressar o movimento no real e concreto da expressão fenomênica da questão social a partir da elaboração de uma sistematização com as principais lutas travadas no período do escravismo pleno e as respostas apresentadas pelo Estado às reivindicações pleiteadas.

Palavras-chave: Questão Social. Luta de Classes. Teoria Marxista da Dependência.

LA CUESTIÓN SOCIAL EN SU EXPRESIÓN CONCRETA DE LA LUCHA DE CLASES

Resumen: La colonización latino-americana se dirigió hacia la explotación y se inscribió en los países de la región una cierta relación con el capitalismo global: la dependencia. En este contexto, la cuestión social asume características particulares que se expresan en la lucha de clases y sus despliegues marcado por la resistencia y opresiones vividas en los países. Anclado por el método materialista histórico dialéctico, esta reflexión tiene como objetivo problematizar la cuestión social en su materialización expresada por la lucha de clases. Por lo tanto, este artículo está organizado en dos partes principales que pretenden expresar el movimiento real y concreto de la expresión del fenómeno de la cuestión social a partir de la elaboración de una sistematización con las principales luchas en el periodo de la esclavitud plena y las respuestas dadas por el Estado a las reivindicaciones pautadas.

Palabras clave: Cuestión Social. Lucha de Clases. Teoría Marxista de la Dependencia

INTRODUÇÃO

O presente estudo apresenta-se como resultado parcial, desenvolvido pela bolsista a partir da sua inserção no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da pesquisa intitulada *A questão do Estado no capitalismo dependente: cartografia categorial desde a Teoria Marxista da Dependência* que tem por objetivo analisar a questão do Estado no Capitalismo dependente, decifrando a contradição entre a ideologia da modernização do Estado latino-americano e sua expressão fenomênica concreta - como coadjuvante no processo de aprofundamento da desigualdade social, produto da sobreposição entre subdesenvolvimento e dependência.

O recorte pretendido no presente estudo encontra-se vinculado ao plano de trabalho Estado dependente latino-americano e a questão social, coordenado pela orientadora da bolsista, que objetiva pesquisar com mais ênfase os desdobramentos do capitalismo na conformação da questão social e, conseqüentemente, algumas das respostas engendradas pelo Estado latino-americano à questão social no seio da luta de classes. Nesse contexto, as problematizações apresentadas neste artigo referem aos resultados parciais obtidos pela bolsista nos percursos de pesquisa empreendidos ao longo do último ano (2019-2020).

Nesse sentido, o artigo está organizado inicialmente na caracterização de alguns elementos que se conformam como estruturantes da “questão social latino-americana”, inserida no contexto de economia dependente e subdesenvolvida. A seguir, apresenta-se a materialização da “questão social” a partir das lutas sociais durante o escravismo pleno, como resultado parcial da pesquisa realizada pela bolsista.

A “QUESTÃO SOCIAL” NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA

A “questão social” se encontra inscrita no bojo da acumulação primitiva, uma vez que é fruto das relações sociais de classes do modo de produção capitalista. Ela possui vinculação seminal com as relações sociais, uma vez que a produção de capital por meio da expropriação da força de trabalho se constitui como condição singular para a reprodução do capital. Dito de outra forma, para que seja possível o acúmulo privado é preciso que ocorra o desacúmulo coletivo que se expressa na pauperização da classe trabalhadora e agudização das condições de vida.

Sendo a questão social indissociável da lei geral da acumulação capitalista, à medida que o aumento da acumulação de riquezas gera o aumento da miséria, faz-se necessário apreender as particularidades que conformam a produção e reprodução da questão social no capitalismo em sua dinâmica originária e nas formas que vai assumindo como, no caso particular dessa análise, o capitalismo dependente. É fundamental, portanto, caracterizar a gênese da questão social a partir dos processos históricos de acumulação, bem como as particularidades que vai assumindo no Brasil em decorrência das determinações da sua formação sócio-histórica. Segundo Netto,

[É preciso] levar em conta a complexa totalidade dos sistemas de mediações em que ela se realiza. Sistemas nos quais, mesmo dado o caráter universal e mundializado daquela “lei geral”, objetivam-se particularidades culturais, geopolíticas e nacionais que igualmente, requerem determinação concreta. Se a “lei geral” opera independentemente de fronteiras políticas e culturais, seus resultantes societários trazem a marca da história que a concretiza. (NETTO, 2001, p. 49)

Ao colocarmos em evidência a América Latina, a acumulação primitiva significou aqui um processo violento através da expansão comercial por meio das navegações marítimas, da obtenção de matérias primas por meio do que vai se nomear como colonialismo, ancorado no tráfico negreiro. A acumulação original, necessária para o aceleração da formação capitalista, como já sinalizado, esteve estreitamente ligada aos processos de expansão colonial nas Américas e no continente Africano. A importância que as colônias assumiram para o desenvolvimento do excedente econômico é reconhecida por Marx quando trata da acumulação original em sua obra *O Capital*.

A descoberta de terras de ouro e prata na América, o extermínio, escravização e enterramento da população nativa nas minas, o início da conquista e pilhagem das

Índias Orientais, a transformação da África numa coutada para a caça comercial de peles-negras, assinalam a aurora da era da produção capitalista. Estes processos idílicos são momentos principais da acumulação original. Segue-se-lhes de perto a guerra comercial das nações europeias, com o globo terrestre por palco. (MARX, 2017, p. 821)

Eric Williams, importante autor caribenho, contribui sobremaneira na compreensão dessa relação intercontinental explicitando em sua obra *Capitalismo e Escravidão* a lógica de funcionamento do comércio triangular e como foi possível, por meio do tráfico de escravos e do sistema colonial, gerar um dos principais fluxos de acumulação de capital, os quais financiaram as revoluções industriais na Inglaterra:

No comércio marítimo triangular, a Inglaterra – bem como a França e a América colonial – fornecia os navios e os produtos de exportação; a África, mercadoria humana; as fazendas, as matérias-primas coloniais. O navio negreiro saía da metrópole com uma carga de artigos manufaturados. Estes eram trocados com lucros por negros na costa da África, os quais eram vendidos nas fazendas com mais lucro, em troca de uma carga de produtos coloniais que seriam levados de volta ao país de partida. Aumentando o volume do tráfico, o comércio triangular foi suplementado, mas nunca suplantado, por um comércio direto entre a Inglaterra e as Índias Ocidentais, no qual as manufaturas de produção interna eram trocadas diretamente por produtos coloniais. (WILLIAMS, 2012, p. 90)

A triangulação dos mercados possibilitou o desenvolvimento do capitalismo mercantil por meio da navegação comercial, proporcionando as metrópoles europeias um mercado de escoamento aos seus produtos manufaturados, a medida que condicionava o subdesenvolvimento do continente latino-americano, marcado pela expropriação, exploração e aumento do tráfico de africanos para as Américas.

Além disso, cimentou o colonialismo no continente latino-americano como elemento estruturante das relações sociais e de produção. A forma barbárica e parasitária como os colonizadores exploram e se apropriam das terras e sujeitos colonizados demarca a violência e genocídio como padrão de atuação política. O racismo, o desenvolvimento voltado para fora e a drenagem constante das riquezas como características fundantes da estrutura político, econômica, cultural e social dos países que compõem a região.

A articulação do fim da escravidão por meio de concessões e atendimento a interesses econômicos externos abrem espaço para a consolidação do Brasil no capitalismo mundial, a partir da dependência. A transição do escravismo colonial para o capitalismo dependente se deu voltada para o atendimento dos interesses internacionais, comprometida com a acumulação primitiva do capitalismo mundial. Nesse sentido, ainda que tenha ocorrido a independência formal no Brasil, a dependência econômica continuava se estruturando. Esse movimento contraditório não permite o alcance de uma soberania dentro da lógica do capital, mas sim a formação de um Estado dependente e subordinado aos interesses dos países europeus. Portanto, o caráter dependente do Estado é fruto de uma contradição histórica entre a modernização e permanência das estruturas arcaicas do modo de produção escravista colonial que conformam a formação sócio-histórica do Brasil.

O imperialismo aparece como importante expressão da relação entre os países do centro capitalista e os periféricos. Para Fernandes (2009) o imperialismo é destrutivo aos países latino-americanos no sentido em que controla a dominação externa sob processo de “modernização”

interna nos países periféricos em todos os âmbitos econômicos, políticos, culturais, educacionais, comunicação de massas, segurança, etc. Impossibilitando o desenvolvimento nacional autônomo, mantendo a condição de dependência e subdesenvolvimento.

Nessa linha de raciocínio, tomando a particularidade brasileira, torna-se possível compreender o caráter violento do Estado, materializado historicamente nas ações frente ao tensionamento derivado da questão social. Caráter que aparece como herança dos desdobramentos da acumulação primitiva e do processo colonizador que foi marcado não somente pelo saque de riquezas, mas também pela dizimação dos povos originários, pelo aniquilamento das culturas aqui existentes, pelo sequestro e escravização dos povos africanos e pelo apagamento da verdadeira história das terras que hoje são reconhecidas como Brasil.

O resultado disso tem sido a perpetuação do genocídio¹⁸, etnocídio¹⁹ e memoricídio²⁰ expressa cotidianamente nas diferentes regiões do Brasil (RAMPINELLI, 2014).

A teoria eugenista que pretendia justificar cientificamente o racismo por meio do ideal de “raça pura”, aliada a Igreja católica que naturalizava e reproduzia essa falsa premissa, foram responsáveis pela disseminação do racismo como ideologia de dominação, no sentido de validar os crimes cometidos pelo colonialismo. As elites dominantes, incluindo parte majoritária dos cientistas da época, defendiam o conceito de inferioridade racial como algo natural e incentivavam as políticas de branqueamento da população que se baseavam, basicamente, pelo estupro das mulheres negras e indígenas (NASCIMENTO, 2016). A miscigenação como produto dessas práticas tem sido celebrada por aqueles que anunciam a democracia racial, no entanto, tomada como meio de prática do genocídio da população negra, segue sendo atualizada, reiterando a naturalização do racismo, xenofobia, machismo, homofobia como justificativa dos atuais processos de dominação política nos países periféricos.

Dessa forma, há no Brasil uma relação entre a “modernização” e a manutenção das relações escravistas arcaicas, visto que durante o processo de modernização, nunca houve uma ruptura radical com a estrutura escravista colonial. Essa modernização conservadora (FERNANDES, 2009) se expressa por meio do viés patrimonialista e coronelista que hoje se manifesta através do suborno, chantagens, compra de votos, homicídios, tutela, concessão de favores, uso do bem público para benefícios particulares, diferenciação do acesso aos serviços de saúde, favorecimento de alguns sujeitos em detrimento de outros. Além do caráter autoritário e violento do Estado brasileiro, entre outros, que também se apresentam como fundantes das relações sociais no Brasil.

Nessa lógica, ao particularizar a realidade brasileira acerca da lei geral da acumulação capitalista, busca-se encontrar os fundamentos que articularam a formação do Estado no Brasil com

18 Ao tomar as categorias elaboradas por Baez (2010), compreende-se que o genocídio é o extermínio tanto dos povos originários quanto dos povos africanos escravizados, por meio do trabalho escravo e compulsório, ou por conta da resistência dos povos a dominação do colonizador.

19 O etnocídio significa a destruição cultural de um povo. É resultado do roubo econômico que exigiu a modificação do modo de vida de um povo, negando “aos indígenas o direito à terra que já ocupavam e seus recursos naturais, o direito ao uso de sua própria língua e educação e o direito de fazer sua história coletiva com autodeterminação” (BAEZ, 2010, p 133).

20 Já o memoricídio é o apagamento de todo o patrimônio histórico - tangível ou intangível - que simboliza a resistência. De acordo com Baez a transculturação ou substituição da memória foi executada com perfídia em três etapas: “a) pelo estilhaçamento da memória subjugada, aparecendo nas perdas e nostalgias; b) pela incorporação forçada da cultura dominante; c) e, pela elaboração, por parte dos sobreviventes, de estratégias de resistência e integração assinaladas pelo grau de contato” (BÁEZ, 2010, p 37).

as particularidades da questão social brasileira a partir da formação sócio-histórica do país. Tomando o objeto delineado no plano de trabalho da bolsista, o próximo item apresentará a materialização das expressões da questão sociais a partir das lutas sociais no Brasil durante o escravismo pleno.

AS LUTAS SOCIAIS MATERIALIZANDO A QUESTÃO SOCIAL: O PERÍODO DO ESCRAVISMO PLENO

Os escritos de Karl Marx em sua obra intitulada *O Capital* (1867), aportam análises que tornam possível compreender e teorizar o complexo de causalidades da questão social para além do imediato pauperismo, iluminando assim, as determinações do modo de produção capitalista (NETTO, 2001, p 45). Com isso, a questão social entendida como elemento indissociável da acumulação capitalista e, portanto, engendrada na relação contraditória entre a exploração dos trabalhadores e sua capacidade de resistência, tem sua expressão fenomênica na luta de classes.

Apesar de se constituir como gênese do capitalismo, a questão social vai assumir características particulares, dependendo do processo sócio-histórico, político e econômico de cada região. No Brasil carrega inscrita as marcas do processo de genocídio e exploração expressas pela expropriação brutal das suas terras e matérias-primas e do trabalho escravo. Sua origem apresenta elementos que particularizam as condições de acumulação e centralização da riqueza no país que aqui ganham a marca da superexploração do trabalho expressa, dentre outras maneiras, pela constituição da superpopulação relativa e de condições ínfimas para manutenção das condições de sobrevivência da classe trabalhadora. Encontra-se na raiz da produção/reprodução da questão social a relação dual estabelecida no contexto da formação capitalista mundial entre a acumulação da miséria relativa latino-americana e a acumulação primitiva do capital nos países europeus.

Nesse cenário, o Estado não garante condições mínimas para manutenção da reprodução social dos trabalhadores, o capital não remunera os trabalhadores de forma a garantir sua subsistência e a classe trabalhadora vivencia inúmeros limites para sua organização política e capacidade de tensionamento em prol de suas reivindicações. No Brasil a acumulação da riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora e apropriada de forma privada pela burguesia é levada a máxima potência, produzindo índices de desigualdade e pobreza elevados.

Esse quadro se apresenta como resultado dos percursos históricos, enraizados pelas determinações advindas no colonialismo e subdesenvolvimento que perduram coexistindo e moldando as relações sociais e produtivas até os dias atuais.

Com o objetivo de melhor explicitar essa processualidade, foi elaborado um quadro mapeando as lutas sociais no Brasil, organizado a partir de três recortes temporais - Escravismo pleno; Escravismo tardio e Capitalismo dependente - que apresenta elementos da relação capital e trabalho no Brasil, as principais formas de intervenção do Estado frente às lutas sociais e as referências teóricas que subsidiaram as análises. O quadro é objeto de trabalho da bolsista e está em construção.

Dessa forma, serão apresentados neste item os resultados parciais referente ao período do Escravismo pleno, incluindo as lutas dos povos indígenas que vem resistindo ao longo dos últimos 520 anos as constantes tentativas de genocídio e expropriação de suas terras e riquezas naturais. Para tanto, faz-se necessário precisar conceitualmente a que se trata o período do Escravismo pleno, tendo

como principais referências os autores Clóvis Moura e Jacob Gorender.

Ao tomar como marco as relações sociais de produção no Brasil, utilizamos Jacob Gorender (2016) no sentido de compreender sobre o modo de produção em que essas relações se reproduziam no Brasil, o *escravismo colonial*. Essa categoria, desenvolvida por Gorender busca compreender o escravismo colonial como um modo de produção novo. Foi a partir da leitura de Karl Marx sobre os modos de produção que o autor observa que no Brasil não houve o etapismo clássico dos modos de produção, (ou seja, não se implementou o feudalismo, nem se deu continuidade ao modo de produção dos povos originários e também não houve uma síntese) mas sim uma formação particular que é categorizada como colonial-escravista. De acordo com Gorender:

Impõe-se, por conseguinte, a conclusão de que o modo de produção escravista colonial é inexplicável como síntese de modos de produção preexistentes, no caso do Brasil. Seu surgimento não encontra explicação nas direções unilaterais do evolucionismo nem do difusionismo. Não que o escravismo colonial fosse invenção arbitrária fora de qualquer condicionamento histórico. Bem ao contrário, o escravismo colonial surgiu e se desenvolveu dentro de determinismo socioeconômico rigorosamente definido, no tempo e no espaço. (GORENDER, 2016, p 84)

Nesse sentido, o modo de produção escravista colonial se estabeleceu no Brasil como um modo de produção singular, consolidando uma posição para o Brasil, de subdesenvolvimento, em relação ao movimento do desenvolvimento geral do capital. Além disso, marcou todas as relações sociais da sociedade brasileira, visto que o eixo da dinâmica social estava alicerçado no escravismo e colonialismo, conforme explicitado nos parágrafos anteriores.

Assim, recorremos a Clóvis Moura em seu livro *Dialética Radical do Brasil Negro* (2014), o qual classifica a história da escravidão brasileira em duas fases: Escravismo Pleno (1550-1850) e Escravismo Tardio (1851-1888). Esta periodização foi feita no sentido de mostrar esses 400 anos de escravidão abrangendo suas inúmeras particularidades, modificações e contradições e, como base do capitalismo dependente (MOURA, 2014).

O primeiro período (*escravismo pleno*) é o da consolidação do sistema escravista, portanto, as relações de produção escravistas dominavam as relações sociais, econômicas e políticas. Sendo, o reflexo disso o comportamento radical do escravo na luta ativa contra a escravidão - por meio dos movimentos coletivos, dos quilombos, das fugas individuais ou grupos, descaso pelo trabalho, suicídio, etc - e contra os senhores. Além dos mecanismos repressivos de defesa adotados pela colônia para proteger os interesses da Coroa e a segurança dos senhores de escravos. (MOURA, 2014, p 42).

Assim, como o fundamental para se caracterizar um modo de produção são as relações de produção, não podemos deixar de reconhecer que este fato determina todos os outros. O trabalho escravo, internamente distribuído e dinamizado através de níveis diferenciados de extração do sobretrabalho e da exploração econômica e extra econômica do escravo, foi o fator que proporcionou a dinâmica que se processou nos outros níveis de interação e ensejou a possibilidade de o sistema colonial desenvolver-se (MOURA, 2014, p 74).

Nesse sentido, o escravismo pleno era marcado tanto pelo desenvolvimento desenfreado da escravidão no Brasil, quanto pelas lutas entre senhores e escravos, revoltas e resistência organizada

pelos escravos e povos originários: organização dos quilombos (principalmente Palmares), fugas individuais, fugas coletivas, delinquência com os senhores de escravos, guerras com os colonos, etc. O Estado, no entanto, respondia essas rebeliões com muita repressão no sentido de manter a ordem social: castigos extremamente severos, vigilância, mortes, etc. (MOURA, 2014).

É fundamental pontuar sobre a contradição que a acumulação primitiva exprime nesse contexto, no sentido que enquanto na Europa os trabalhadores livres lutavam por melhores condições de vida e trabalho - diminuição da jornada, aumento de salário, etc - no Brasil, durante o escravismo colonial os trabalhadores escravos necessitavam se inserir de forma radical na luta de classes para afirmarem sua condição de ser humano e não de coisa (MOURA, 1996).

Num esforço de síntese, apresenta-se a seguir o *Quadro 1 - Luta de classes no Brasil durante o período do Escravismo pleno* em que são registrados os principais conflitos/revoltas/rebeliões que ocorrem no período do escravismo pleno, seguido das principais reivindicações/demandas que pleiteavam e as respostas engendradas pelo Estado. Estão incluídas as diferentes formas de resistência dos indígenas e negros que, guardando suas particularidades, significavam a elevação dos oprimidos e escravizados em relação aos colonizadores. De antemão explicita-se o caráter repressivo e violento como o Estado respondia as lutas dos povos negros e originários. Além disso, desmistifica a premissa que indica a passividade do povo escravizado, ancorado pelas teorias eugenistas e depreciativas da capacidade de resistência daqueles que foram e são subjulgados historicamente pelas elites dominantes.

Dentre elas serão destacados aqui: Guerra dos Tamoios (1562-1567); Quilombo dos Palmares (auge em 1670); Confederação dos Cariris (1682 - 1713) Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba; Quilombo os Kalungas de Goiás (séc XVIII); Cabanagem (1835 - 1840 Pará); Balaiada (1838-1841) Maranhão; Revolta dos Malês (1835); Revolta Farroupilha (1835-1845). A principal marca desse período é a luta dos escravos de forma radical e ativa contra a escravidão e sua condição de escravo. As principais formas de luta se davam por meio de movimentos coletivos (quilombos), fugas individuais, em grupos, descaso pelo trabalho, suicídio, etc. Como contraponto, o Estado respondia com repressão constante; vigilância; castigos corporais, legislação terrorista (açoites a pena de morte) e outras ações de caráter violento (MOURA, 2014).

Quadro 1 - Luta de classes no Brasil durante o período do Escravismo pleno

Escravidão plena (1550 a 1850):		
Lutas/Revoltas/Revoluções	Formas de intervenção do Estado	Referências teóricas gerais:
1562-1567: Guerra dos Tamoios (Tupinambá), em São Paulo e no Rio de Janeiro, contra os invasores portugueses	Intervenção armada dos colonizadores com o sentido de aniquilar os revoltosos	GODEIRO, Nazareno (Org). <i>Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro</i> . São paulo: Editora Sundermann, 2020.
1555-1573: Guerra dos Aimoré, na Bahia e no Espírito Santo; os indígenas saíram vitoriosos provisoriamente	Intervenção armada dos colonizadores com o sentido de aniquilar os revoltosos	GODEIRO, Nazareno (Org). <i>Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro</i> . São paulo: Editora Sundermann, 2020.

<p>1617-1790: Ocupação da Amazônia pelos portugueses;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revolta sangrenta dos Tupinambá no Pará e no Maranhão. Os Tapajós resistiram numa guerra que reuniu até 60 mil guerreiros; • Entre os Mundurucus, as mulheres participavam dos ataques, o que originou a lenda das Amazonas; 	<p>Intervenção armada dos colonizadores com o sentido de aniquilar os revoltosos</p>	<p>GODEIRO, Nazareno (Org). <i>Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro</i>. São paulo: Editora Sundermann, 2020.</p>
<p>1670: Quilombo dos Palmares (Alagoas):</p> <p>Foi o maior quilombo conhecido e o mais duradouro. Sendo o maior exemplo de rebeldia dos escravos no Brasil (MOURA, 2020)</p>	<p>Inúmeras tentativas de destruição por parte da ação violenta do Estado. Massacrados os habitantes de Palmares. Além do apagamento e criminalização da história de Palmares e a significância desse movimento para a história do Brasil.</p>	<p>MOURA, Clóvis. <i>Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas/ Clóvis Moura</i>. - 6. ed. - São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020.</p> <p>GALEANO, Eduardo. <i>As veias abertas da América Latina</i>. Tradução: Sergio Faraco. -Porto Alegre, RS: L&PM. 2016.</p>
<p>1676-1692: Rebelião de Mandu Ladino, estendeu-se pelo sertão do Maranhão, Piauí e Ceará;</p>	<p>Intervenção armada dos colonizadores com o sentido de aniquilar os revoltosos</p>	<p>GODEIRO, Nazareno (Org). <i>Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro</i>. São paulo: Editora Sundermann, 2020.</p>
<p>1682 - 1713: Confederação dos Cariris; Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba:</p> <p>Foi um movimento de resistência indígena brasileiro contra a coroa portuguesa e ao avanço dos sesmeiros que se apossaram dos territórios indígenas. Esse movimento gerou diversos conflitos diretos entre os povos indígenas e bandeirantes pagos para acabar com as revoltas.</p>	<p>Assim, após anos de conflitos entre os bandeirantes convocados pelo império e os povos indígenas, em 1713 a missão de intervir e acabar com o movimento aconteceu por meio de um extermínio de todos os povos do vale do Jaguaribe até o Cariri.</p>	<p>MOURA, Clóvis. <i>Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas/ Clóvis Moura</i>. - 6. ed. - São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020.</p> <p>GALEANO, Eduardo. <i>As veias abertas da América Latina</i>. Tradução: Sergio Faraco. -Porto Alegre, RS: L&PM. 2016.</p> <p>DONATO, Hernâni. <i>Dicionário das Batalhas Brasileiras - Dos conflitos com indígenas as guerrilhas políticas urbanas e rurais</i>. São Paulo: IBRASA, 1987.</p>
<p>1692: Guerras Bárbaras, índios Janduís, no Rio Grande do Norte, rebelaram-se contra os portugueses</p>	<p>Intervenção armada dos colonizadores com o sentido de aniquilar os revoltosos</p>	<p>GODEIRO, Nazareno (Org). <i>Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro</i>. São paulo: Editora Sundermann, 2020.</p>
<p>Quilombo os Calungas de Goiás (século XVIII):</p> <p>Nasceu no século XVIII com a economia mineradora. A principal hipótese sobre sua origem é a de serem descendentes de escravos fugidos de Espírito Santo, Bahia, Goiás e de ali</p>	<p>Os Calungas são uma brecha camponesa que sobreviveu à escravidão. Apesar das inúmeras tentativas de dizimação por parte do governador da capitania, o Quilombo Kalunga resistiu e existe até os dias atuais. Sendo considerado o maior em extensão territorial no Brasil.</p>	<p>MOURA, Clóvis. <i>Dialética radical do Brasil negro</i>. 2ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.</p> <p>MOURA, Clóvis (Org). <i>Os quilombos na dinâmica social do Brasil</i>. Maceió. Editora da Universidade Federal de Alagoas. 2001.</p> <p>GALEANO, Eduardo. <i>As veias abertas da</i></p>

permanecerem isolados, conservando características culturais próprias. (MOURA, 2014, p 61).		<i>América Latina</i> . Tradução: Sergio Faraco. –Porto Alegre, RS: L&PM. 2016.
1700-1789: Guerra dos Mura, no Pará e no Amazonas. Os Mura eram nômades; utilizando a guerrilha, conseguiram evitar por mais de 100 anos a derrota	Intervenção armada do Império com o sentido de aniquilar os revoltosos	GODEIRO, Nazareno (Org). <i>Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro</i> . São paulo: Editora Sundermann, 2020.
1723-1728: Guerra dos Manaus, na Amazônia, contra os portugueses	Intervenção armada do Império com o sentido de aniquilar os revoltosos	GODEIRO, Nazareno (Org). <i>Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro</i> . São paulo: Editora Sundermann, 2020.
1725-1791: Resistência dos temidos Guaicuru, do Rio Paraguai, única nação que usava cavalos na guerra, com grande habilidade	Intervenção armada do Império com o sentido de aniquilar os revoltosos	GODEIRO, Nazareno (Org). <i>Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro</i> . São paulo: Editora Sundermann, 2020.
1751-1757: Guerra dos Guarani, na região das Missões, no Rio Grande do Sul.	Intervenção armada do Império com o sentido de aniquilar os revoltosos	GODEIRO, Nazareno (Org). <i>Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro</i> . São paulo: Editora Sundermann, 2020.
1809-1849: Revolta dos escravos; Bahia. Escravos mulçumanos que estavam em revolução latente até que em 1809 receberam apoio dos escravos nagôs.	Reprimidos com severidade já nos primeiros anos de revoltas, foram exterminados. Contudo, o movimento baiano impulsionou diversas outras revoltas pela Bahia.	MOURA, Clóvis. <i>Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas/ Clóvis Moura</i> . - 6. ed. - São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020. DONATO, Hernâni. <i>Dicionário das Batalhas Brasileiras - Dos conflitos com indígenas as guerrilhas políticas urbanas e rurais</i> . São Paulo: IBRASA, 1987.
1835-1840: Cabanagem; Pará. Revolta de caráter popular ocorrida na província de Grão-Pará, feita para reivindicar melhores condições de vida e trabalho por parte dos chamados “cabanos”	Repressão por meio de bombardeios; violência por meio militar; massacre aos cabanos.	MOURA, Clóvis. <i>Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas/ Clóvis Moura</i> . - 6. ed. - São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020. GALEANO, Eduardo. <i>As veias abertas da América Latina</i> . Tradução: Sergio Faraco. –Porto Alegre, RS: L&PM. 2016.
1838-1841: Balaiada; Maranhão. Movimento majoritariamente popular, o qual lutava contra os grandes fazendeiros da região e contra a miséria vivida pelos escravos e camponeses que ali habitavam. Sob o contexto de crise do algodão na região, se eclodiu uma revolta que gerou instabilidade da classe	Foi convocado o Duque de Caxias para combater as rebeliões; repressão; milhares de mortes; total desarticulação da revolta; reescravização dos escravos lutadores.	MOURA, Clóvis. <i>Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas/ Clóvis Moura</i> . - 6. ed. - São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020. GALEANO, Eduardo. <i>As veias abertas da América Latina</i> . Tradução: Sergio Faraco. –Porto Alegre, RS: L&PM. 2016.

dominante local.		
1835: Revolta dos Malês; Bahia: Ocorreu em Salvador, organizada principalmente pelos escravos de origem muçulmana. Representou uma breve revolta que buscava a liberdade religiosa para os escravos de origem islâmica (muçulmanos), para que pudessem defender o patrimônio religioso e realizar suas práticas (cultos, costumes, crenças, etc) bem como libertar os escravos de origem muçulmana	Repressão armada e massacre dos malês. “Severa repressão, com cinco fuzilamentos e dezenas de condenações ao açoite”,	MOURA, Clóvis. <i>Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas/ Clóvis Moura</i> . - 6. ed. - São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020. GALEANO, Eduardo. <i>As veias abertas da América Latina</i> . Tradução: Sergio Faraco. -Porto Alegre, RS: L&PM. 2016. DONATO, Hernâni. <i>Dicionário das Batalhas Brasileiras - Dos conflitos com indígenas as guerrilhas políticas urbanas e rurais</i> . São Paulo: IBRASA, 1987.
1835-1845: Revolta Farroupilha; Rio Grande do Sul. Organizada pelos proprietários de terra do Rio Grande do Sul, os quais estavam insatisfeitos com o grande imposto cobrado pelo império e as altas taxas sobre o preço do charque	Os farroupilhas foram derrotados pelo Império brasileiro. Vale ressaltar que os lanceiros negros (tropa do exército farroupilha formada por escravos) foram traídos pelos Farroupilhas e mortos pelo Império.	MOURA, Clóvis. <i>Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas/ Clóvis Moura</i> . - 6. ed. - São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020. GALEANO, Eduardo. <i>As veias abertas da América Latina</i> . Tradução: Sergio Faraco. -Porto Alegre, RS: L&PM. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reprodução das contradições inerentes a formação sócio-histórica brasileira impacta nas expressões atuais das relações sociais no Brasil, marcadas por um país que tem sua história fundada sob mais de 300 anos em um modo de produção escravista-colonial (GORENDER, 2016), sucedido pelo capitalismo dependente, conservando as estruturas escravistas por meio de uma modernização conservadora (FERNANDES, 2009).

Compreender a questão social no bojo da acumulação capitalista revela as contradições advindas da condição de dependência e subdesenvolvimento que caracterizam o Brasil. A relação desigual estruturada e reproduzida entre os países do centro e da periferia capitalista inscrevem na estrutura brasileira efeitos que moldam a condição econômica, política, cultural e social.

De modo dialético, as relações sociais estabelecidas internamente no país vão reproduzir, em certa medida, a mesma estrutura desigual e subordinada. Agrava esse quadro o compromisso histórico assumido pelo Estado burguês com os interesses externos em detrimento das lutas e reivindicações do povo brasileiro. Esse quadro conforma as particularidades da questão social brasileira e ensejam a análise sobre seu movimento e concretude na realidade social.

Nesse contexto, pode-se apreender que a questão social no Brasil é historicamente marcada pelo sangue e suor do povo negro e dos povos originários, expressando-se atualmente pelo genocídio

e encarceramento da população negra, na suposta guerra às drogas, nas altas taxas de desemprego, na violência cotidiana das relações sociais no Brasil, etc. Em contraponto, o Estado marca sua ação pelo compromisso com as elites burguesas, a coerção e violência como principal mecanismo de resposta.

A elaboração do quadro expressando a luta de classes no período do escravismo pleno ilustra a assertiva enunciada acima, bem como contribui para desmistificar a ideologia que advoga o mito da democracia racial e a passividade do povo brasileiro. Os negros e indígenas vem sendo, historicamente, alijadas dos seus direitos mais básicos, incluindo o reconhecimento como pessoa, contudo, também vem, historicamente, lutando contra a estrutura opressora que os quer mortos.

Com isso, torna-se possível apreender que as respostas do Estado brasileiro frente à questão social no período pesquisado se forjam em um cenário contraditório, permeado por conflitos no âmbito da defesa da vida, terra e liberdade e, de outro lado, a expropriação das riquezas e terras e escravização dos povos indígenas e do povo negro. Por fim, importa sinalizar que o Estado, nesse contexto, ainda encontrava-se vinculado a condição de Colônia de Portugal, o qual se desdobra em outras reflexões que terão continuidade na pesquisa realizada.

REFERÊNCIAS

- BAEZ, Fernando. *A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- DONATO, Hernâni. *Dicionário das Batalhas Brasileiras: Dos conflitos com indígenas as guerrilhas políticas urbanas e rurais*. São Paulo: IBRASA, 1987.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4.ed. São Paulo: Global, 2009.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução: Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2016.
- GODEIRO, Nazareno (Org). *Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro*. São Paulo: Editora Sundermann, 2020.
- GORENDER, Jacob. *Escravidão Colonial*. 6 ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.
- IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Revista Temporalis*. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência: uma ontologia da obra de Ruy Marini*. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLASCSO, 2000.
- MARX, Karl. *O capital: crítica a contribuição da economia política*. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. 2ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

_____. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas/* Clóvis Moura. 6. ed. São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020.

_____. (Org). *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió. EDUFAL. 2001.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NETTO, José. Cinco notas a propósito da “questão social” In: *Revista Temporalis*. Brasília, ABEPSS, n. 3, jan./jul. 2001.

OSORIO, Jaime. O Estado no capitalismo dependente. In: OSORIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PAIVA, Beatriz, CARRARO, Dilceane, ROCHA, Mirella. Políticas Sociais na América Latina: a superexploração do trabalho e suas contradições. In: MATTEI, Lauro (org). *A América Latina no limiar do século XXI: temas em debate*. Florianópolis: Insular, 2011.

RAMPINELLI, Waldir José. Um genocídio, um etnocídio e um memoricídio praticados contra os povos latino-americanos (Resenha de: BAEZ, Fernando. A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização). *Rebela*, v.4, n.3. set./dez. 2014.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Trad. Denise Bottmann; prefácio Rafael Vivar Marquese. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras 2012.

Relatos de Experiência

Relatos de experiencia

ÀQUELAS QUE VIERAM E QUE VIRÃO: ENESSO em meio à pandemia da Covid-19

Giulia Valentina Giacomolli Gisler

Graduanda do Curso de Serviço Social de Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenadora Regional da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social na gestão 2019-2020 "Lutar para estudar, estudar para lutar". Estagiária no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis, Santa Catarina. E-mail: giulivalentinagisler@gmail.com

Larissa de Souza

Graduanda do Curso de Serviço Social de Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenadora Regional da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social na gestão 2019-2020 "Lutar para estudar, estudar para lutar". Estagiária em Serviço Social no Ministério Público de Santa Catarina na Comarca São José, Santa Catarina. E-mail: larissadesouzaufsc@gmail.com

ÀQUELAS QUE VIERAM E QUE VIRÃO: ENESSO em meio à pandemia da Covid-19

Resumo: O presente relato de experiência objetiva expor os desafios enfrentados pelo Movimento Estudantil de Serviço Social antes e depois da pandemia do Covid-19 como também as perspectivas de luta para o próximo período. Em vista disso, serão relatados a aplicação do Ensino Remoto nas Unidades de Formação e seus rebatimentos na qualidade da formação profissional e na organização das estudantes. Para isso, utiliza-se de documentos político-organizativos, artigos científicos e da experiência da Coordenação Regional da Região Sul da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) com a finalidade de sintetizar um balanço que aponte possíveis mediações para a luta na defesa do direito universal à educação pública na categoria estudantil.

Palavras-chave: Movimento Estudantil. Serviço Social. Pandemia. Ensino Remoto.

A LAS QUE VINIERON Y A LAS QUE VENDRÁN: ENESSO en medio la pandemia del Covid-19

Resumen: El presente reporte de la experiencia tiene como objetivo exponer los desafíos que enfrenta el movimiento estudiantil de trabajo social antes y después de la pandemia del Covid-19, así como las perspectivas de lucha para el próximo período. Ante esto, se reportará sobre la aplicación de la Enseñanza Remota en las Unidades de Formación y su impacto en la calidad de la formación profesional y la organización de los estudiantes. Para eso, se utilizaron documentos político-organizativos, artículos científicos y la experiencia de la Coordinación Regional de la Región Sur de la Ejecutiva Nacional de Estudiantes de Trabajo Social (ENESSO), con el fin de sintetizar una análisis que apunta posibles mediaciones para la lucha en la defensa del derecho universal a la educación pública en la categoría estudiantil.

Palabras clave: Movimiento Estudiantil. Trabajo Social. Pandemia. Enseñanza Remota.

INTRODUÇÃO

O primeiro semestre de 2020 foi assolado com a pandemia mundial do Covid-19 e suas consequências sociais e econômicas ainda não estão completamente reveladas. A atual crise econômica do sistema capitalista se aprofunda com os rebatimentos da crise sanitária, ampliando o desemprego, a naturalização do genocídio do povo pobre, a pauperização, e o caráter de classe dos Estados ficam cada vez mais aparentes desvelando a insuficiência dos sistemas de saúde. No Brasil, esse novo fenômeno da conjuntura aprofunda a atual crise econômica e política que já vinha desmontando os direitos sociais para transformação em mercadorias como a previdência social e a própria política de saúde. Entretanto, na contramão das tendências privatistas, no Brasil, só foi possível atender as demandas causadas pelo Covid-19 por conta do Sistema Único de Saúde

(SUS)²¹.

Com a instauração da pandemia, a proteção da saúde das trabalhadoras só poderia ser garantida com o fechamento de todos os serviços não essenciais, porém essa opção não foi respeitada pela burguesia brasileira e seus gestores que optaram pela continuidade do trabalho. Como resultado, o direito à quarentena não foi garantido para a maioria das trabalhadoras brasileiras, principalmente as mais precárias. Para garantir a vida das trabalhadoras na pandemia, seria necessária a ampliação da proteção social para além de somente Programas de Transferência de Renda como o Auxílio Emergencial²² que foi instituído. Contudo, a escolha da classe dominante brasileira é baseada na contínua necessidade da manutenção de seus lucros mesmo que isso custe milhares de vidas. Os números exorbitantes²³ de mortos pela infecção do Covid-19 no Brasil revelam quem tem direito à vida e quem está fadado à morte. Ao contrário da propaganda dos grandes conglomerados de comunicação, que afirmam que a pandemia afeta a todo mundo, a realidade brasileira demonstra que quem compõe as estatísticas das mortes pelo Covid-19 tem classe e raça²⁴.

Neste cenário de crise sanitária, o governo Bolsonaro-Mourão, com seu caráter anticientífico, obscurantista e ultra neoliberal, dão continuidade às contrarreformas que retiram os direitos sociais duramente conquistados. Nas universidades e escolas brasileiras, o projeto que aparece como solução para a continuidade das aulas na pandemia foi o Ensino Remoto apresentado pelo Ministério da Educação.²⁵ Novamente, o interesse está em dar continuidade à produtividade do trabalho, tornando precário ainda mais o trabalho dos docentes, prejudicando a formação dos discentes e consolidando o projeto de desmonte da educação pública para sua mercantilização. É neste cenário que os cursos de Serviço Social nacionalmente se encontram: nas universidades privadas, a adesão da modalidade remota sem debates ou consultas à comunidade acadêmica é existente, mesmo sem alteração nas mensalidades, apesar de contratos presenciais ou semipresenciais; e, similarmente, nas universidades públicas, é existente também a adesão do Ensino Remoto, mesmo com a manifestação contrária de setores do Movimento Estudantil Brasileiro.

Nesse contexto, o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) encontra ainda mais dificuldade de articulação com a impossibilidade de realizar os encontros presenciais, a qual levou ao prolongamento das gestões, tanto das coordenações regionais e coordenação nacional quanto dos centros e diretórios acadêmicos, gerando um desgaste e esvaziamento dos mesmos. Deste processo, surge a necessidade de registrar reflexões acerca dos desafios e perspectivas, com os quais as estudantes de Serviço Social se deparam neste momento.

21 Em referência ao editorial “Na pandemia da Covid-19, o Brasil enxerga o SUS” publicado em 2020 por COSTA, Ana Maria; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon e LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa.

22 Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/decreto/d10316.htm

23 Até às 13h do dia 29 de setembro de 2020 o número de óbitos por COVID-19 no Brasil foram de 142.280, sendo 4.753.410 casos confirmados. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/09/29/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-29-de-setembro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>.

24 Como exemplo a matéria “Primeira vítima de coronavírus no RJ era doméstica e pegou da patroa no Leblon” Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>

25 Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>.

O relato de experiência teórico-prático será construído a partir da revisão de documentos históricos da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), como artigos, que se debruçam para explicar o momento vivido pela categoria profissional, também fundamentados nos acúmulos vivenciados pela coordenação regional da ENESSO que abarca os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

À vista disso, o presente texto objetiva trazer as perspectivas e desafios que estão colocados para o Movimento Estudantil de Serviço Social e está dividido em uma primeira parte, tratando da Executiva antes da pandemia, intitulada “O MESS antes da pandemia - O desafio era (re)encantar”, seguida pelas dificuldades encontradas com a pandemia e a adesão do Ensino Remoto nas Unidades de Formação, cujo título é “Os desafios e perspectivas do MESS em meio e após a pandemia”.

O MESS ANTES DA PANDEMIA - O DESAFIO ERA (RE)ENCANTAR²⁶

A Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) é a entidade máxima de representação das estudantes de Serviço Social do Brasil, a qual organiza politicamente o MESS na defesa do projeto ético-político crítico da profissão, se constituindo como um espaço de formação para as militantes que por essa passam ao longo de suas trajetórias acadêmicas, as quais

[...] poderão vir a ocupar espaços de representações em outras instâncias da categoria, seja na ABEPSS ou no conjunto CFESS/CRESS, e, por conseguinte, serão responsáveis pelo direcionamento ideopolítico da profissão em solo brasileiro (FORNAZIER MOREIRA, 2016, p. 101).

Destarte, tem em seus encontros (locais, regionais e nacionais) os principais espaços de debate e construção política e organizativa da executiva. Conforme estatuto próprio, sua instância máxima de deliberação é o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), que deve ocorrer anualmente. Nestes atualiza-se o Caderno de Deliberações, o qual norteia as ações e bandeiras de luta da executiva e, a cada 3 anos, realiza-se revisão do estatuto que dispõe sobre princípios e forma organizativa da executiva, contendo os amadurecimentos político-organizativos da mesma (ENESSO, 2019).

Dessa maneira, é necessário pautar as dificuldades enfrentadas pela executiva na materialização dos últimos encontros nacionais. A última revisão estatutária completa aconteceu em 2013 na Universidade Federal do Mato Grosso – Cuiabá. Em 2016, o evento nomeado de “ENESS Candango” realizado entre os dias 18 e 24 de julho, na Universidade de Brasília, seria o encontro estatutário seguinte, mas a revisão não foi consolidada. No ano de 2017, o encontro nacional que deveria ocorrer na UCSAL (Universidade Católica de Salvador), foi cancelado às vésperas, não ocorrendo encontro nacional no mencionado ano. Nessa conjuntura, foi realizado o Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CONESS) extraordinário para pensar os próximos passos da Executiva, bem como eleger uma comissão gestora, a qual ficou responsável pela coordenação nacional até a realização do ENESS subsequente. Este ocorreu entre os dias 23 e 29 de julho de 2018 na Escola Municipal Pacaembu, Uberaba-MG. Para além de eleger a coordenação nacional “*Quando resistir faz parte da estrada, é TUDO ou NADA*” – 2018/2019, o encontro atualizou o caderno de deliberações, mas os eixos de Formação Profissional e Universidade

26 Em referência ao ensaio “Movimento estudantil de serviço social e dilemas atuais: o desafio é (re)encantar-se” publicado em 2014 por Maria Clárisa Ribeiro Guimarães.

e Educação não foram revisados (ENESSO 2018).

Entre os dias 15 e 19 de julho 2019, ocorreu o “XLI ENESS Gralha-Azul: as rosas da resistência nascem do asfalto”, na cidade de Curitiba/Paraná. Este tinha como objetivo a realização da revisão do estatuto da executiva, mas, mais uma vez, não foi possível finalizá-la. Neste contexto, foi aprovado pelas estudantes presentes na plenária final do encontro, que o documento seria atualizado até o ponto que conseguiu-se avançar e os pontos que não foram debatidos se manteriam como estão no estatuto de 2013. Para além disso, as presentes levantaram a necessidade de registrar os desafios que levaram a não realização da revisão por completo, bem como da construção de uma metodologia eficaz de revisão estatutária para a próxima, que deve acontecer em 2022.

Para além das dificuldades de atualizar e avançar nos debates que são consolidados nos marcos normativos da executiva, observa-se também a dificuldade de ter maior participação das estudantes nos encontros realizados. Tanto por conta das dificuldades financeiras das entidades estudantis de Serviço Social para garantir deslocamento e inscrição das estudantes, bem como o perfil destas, visto que existe uma dificuldade em conseguir liberação do trabalho para participação em eventos estudantis.

Soma-se a isto, em consequência dos prejuízos na formação profissional, o materialismo histórico dialético se enfraquece enquanto instrumento de análise para compreender a realidade brasileira. O resultado deste processo se expressa nos encontros da Executiva, através das discussões políticas e principalmente acerca dos debates ditos "identitários", acirrando a disputa acerca da hegemonia da teoria social crítica na categoria estudantil.

A reatualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política, o que pode motivar a busca de respostas pragmáticas e irracionais, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista. A categoria não está imune aos processos de alienação, à influência do medo social, à violência, em suas formas subjetivas e objetivas (BARROCO, 2011, p. 212).

Nesta direção, as explicações da realidade e da Questão Social na categoria estudantil começam a ser tratadas a partir de teorias pós-modernas baseadas na crítica à perspectiva das metanarrativas, na fragmentação da realidade social, e acaba restaurando o conservadorismo na profissão, anunciando grandes batalhas nos próximos encontros para defender o projeto ético-político e os legados do congresso da virada. No último encontro nacional essa discussão foi feita e, a partir do resgate histórico de diversas disputas da categoria, o palestrante convidado, que construiu organicamente a Executiva em gestões passadas, apontou a necessidade do resgate da unidade em torno da defesa de uma nova ordem societária.

Precisamos parar de criar falsas polêmicas e tensões desnecessárias e nos unificarmos no que temos em comum: quero acreditar que seja a defesa da direção da ENESSO articulada com a direção do projeto profissional hegemônico do Serviço Social, que aponta pra outra ordem societária (FORNAZIER MOREIRA, 2020, p. 75).

Segundo Barroco (2011), o enfraquecimento da direção do projeto profissional em torno de uma nova ordem societária evidencia problemas de formação nas universidades em consequência do avanço do capital sobre o trabalho. O desmonte da universidade pública brasileira torna precárias as

relações de trabalho e afeta gravemente a qualidade da formação profissional. Tem como objetivo a sua transformação em mercadoria assim como as demais políticas públicas, retrocedendo a concepção universal da educação pública conquistada pela classe trabalhadora brasileira. O desmonte proposital sucateia o serviço público e trabalha em conjunto com os conglomerados da mídia para deslegitimar o que é público, criando a falsa narrativa para convencer a população de que a administração privada das necessidades humanas é muito mais eficiente. Este cenário de ofensiva do capital sobre a luta dos trabalhadores atinge diretamente a organização e a manutenção do nosso projeto profissional.

[...] o projeto ético- político encontra- se num momento crucial de sua trajetória, que é expressão também da própria trajetória da profissão. E o momento é crucial porque remete à manutenção ou não das bases teóricas, organizativas e ético-políticas do projeto coletivo da profissão que mudou as feições do Serviço Social brasileiro nos últimos 30 anos. A sua reafirmação depende, não exclusivamente, tanto das respostas políticas que as vanguardas profissionais darão aos desafios atuais (no âmbito do exercício profissional e no campo da formação – onde se destaca a espantosa expansão de cursos privados, inclusive os que se valem das metodologias de ensino em graduação a distância) quanto das ações dos profissionais nas diversas áreas de atuação, a partir de intervenções qualificadas, éticas e socialmente comprometidas (TEIXEIRA, BRAZ, 2009, p. 16).

Concomitante ao desmonte temos o crescimento vertiginoso das universidades privadas e, como carro chefe deste projeto de educação, a modalidade de Ensino à Distância (não estando o Serviço Social isolado deste processo). Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2018, 88,2% das instituições de educação superior eram privadas, reafirmando a transformação do direito à educação em mercadoria a ser adquirida pelas trabalhadoras.

No que tange à modalidade de ensino, as matrículas em Ensino a Distância, entre 2008 e 2018, aumentaram 182,5%, enquanto na modalidade presencial o crescimento foi apenas de 25,9% nesse mesmo período (INEP, 2018, p 8-22). Conforme Saldaña (2019), “mais de 80% dos alunos de EAD estão matriculados em apenas 20 instituições de ensino. Somente cinco, entretanto, concentram mais da metade dos alunos.” Ou seja, a maioria dos cursos são ofertados por um monopólio que detém a maioria das instituições de ensino privadas

A ENESSO historicamente vem se posicionando de forma contrária ao ensino a distância, em consonância com as outras entidades da categoria (Conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS), mas compreende que se faz necessário cativar e mobilizar, para a construção do MESS, também as estudantes que estão se graduando nessa modalidade. Não obstante, já enfrenta dificuldades para mobilizar as colegas com as quais tem contato direto e espaços de debate em sala de aula. No que tange ao Ensino à Distância, os desafios são ainda maiores, posto que uma universidade pode ofertar o curso em diversos polos e não se tem, ou tem muito pouco, contato direto entre as estudantes de um mesmo curso. Portanto, as estudantes das universidades privadas encontram grandes dificuldades para o movimento estudantil, desafiando a organização de entidades representativas como os centros e diretórios acadêmicos. Para as estudantes da modalidade de ensino à distância a situação é mais grave ainda: não é possível se organizar enquanto coletivo porque não há coletivo nesta modalidade. A educação torna-se um processo completamente individualizado.

Se, no ENESS 2019, Fornazier Moreira (2020, p.75) apontava que as militantes que constroem a ENESSO no tempo presente teriam a tarefa de rearticular e levantar a executiva para seguir defendendo o projeto profissional crítico, esta tarefa se torna ainda mais árdua com a

pandemia do Covid-19 e a necessidade de isolamento social, devido a qual se agrava a desorganização do MESS e há o avanço da modalidade de Ensino Remoto para todo o ensino superior brasileiro.

OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O MESS EM MEIO E APÓS A PANDEMIA

O XLII ENESS ocorreria em julho de 2020 no estado do Pará, mas foi cancelado devido à impossibilidade da realização de encontros presenciais, assim como os encontros regionais que aconteceriam esse ano. Neste contexto, grandes questões estão colocadas para a executiva como a realização ou não de encontros virtuais e, para além disso, como realizar eleição de novas gestões para darem continuidade às lutas que a ENESSO vem travando. Visto que, com a adoção do Ensino Remoto emergencial, a formação segue em curso e a renovação dos quadros da Executiva se torna inevitável.

Por conta da pandemia do Covid-19, o primeiro semestre de 2020 foi interrompido nas universidades públicas federais e estaduais em benefício do isolamento social. Em contrapartida nas universidades privadas as aulas deram continuidade na modalidade do assim chamado Ensino Remoto. O MESS se deparou com a demanda, agora mais do que nunca, de discutir a qualidade da formação profissional em conflito com a modalidade remota, assim como a continuidade ou não dos estágios em meio a pandemia e a permanência estudantil.

O cenário em que se encontram as estudantes de Serviço Social é de, além de sofrerem os rebatimentos da crise sanitária que amplia o desemprego e a pauperização, acrescenta-se também a necessidade de dar continuidade a graduação na modalidade remota. Com a adesão induzida do Ensino Remoto emergencial pelo Ministério da Educação, através da portaria nº 343²⁷, de 17 de março de 2020, as universidades estaduais e federais retomam as aulas em meio a pandemia a contragosto das estudantes. Mesmo que haja estudantes que defenderam a necessidade de continuidade no curso para finalização de seus projetos pessoais, na realidade o Ensino Remoto torna o ensino superior público ainda mais excludente pois as mediações para sua realização foram insuficientes.

Este cenário de adesão ao Ensino Remoto emergencial cria as condições técnicas e subjetivas para convencer a população do projeto de educação defendido pelos grandes empresários dos conglomerados da educação - uma educação ainda mais excludente, individualizada, que torna precário o trabalho dos docentes e que, ao invés de ampliar a qualidade da pesquisa e ciência no Brasil, reduz o processo de ensino a cumprir cargas horárias e decorar conteúdo. Este projeto de educação só revela o caráter antinacional e anticientífico que a classe dominante-dominada²⁸ brasileira tem para oferecer à classe trabalhadora.

A coordenação regional da ENESSO RVI - que abarca os estados da região sul do Brasil -

27 Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>.

28 Vânia explica que as burguesias latinoamericanas assumem a condição de classes dominantes-dominadas, articuladas e funcionais à reprodução do capital em consonância com os interesses imperialistas — ainda que possam experimentar uma autonomia relativa, em especial em conjunturas de crise. (FEREIRA, 2017, p.2)

conseguiu se aproximar de diversas escolas e estudantes através do seu mapeamento e contato direto, porém não teve condições de impedir os ataques que vêm sofrendo as estudantes nas Unidades de Formação, com a manutenção do valor das mensalidades mesmo com alteração na modalidade de ensino e a imposição do Ensino Remoto emergencial que prejudica diretamente a permanência estudantil daquelas que não possuem condições de acompanhar aulas virtuais.

A fim de aproximar as estudantes da região e denunciar o sucateamento do ensino, a Coordenação Regional da ENESSO, Região Sul, criou a campanha virtual “#MinhaCasaNãoÉSaladeAula”²⁹, a qual consiste na publicização de relatos das dificuldades que as discentes têm encontrado. No que tange à formação profissional, a região iniciou em suas redes sociais uma campanha de compartilhamento de indicações de artigos e outros materiais sobre diversos temas pertinentes a formação em Serviço Social, intitulada “#ENESSORVIIndica”³⁰. Ademais, a Coordenação Nacional da Executiva, lançou a campanha virtual "Fique em casa, mas fique atenta/o: levante nossas bandeiras de luta!"³¹ para o compartilhamento das estratégias que as estudantes de Serviço Social e os Centros e Diretórios Acadêmicos têm encontrado para enfrentar as dificuldades advindas da conjuntura atual.

Neste contexto de impossibilidade por tempo indeterminado de realizar encontros presenciais, a ENESSO se depara com o desafio de construir eventos virtuais. Garantindo, não só, a eleição de uma nova gestão, que possivelmente será composta por pessoas que nunca tenham se encontrado presencialmente, mas também a formação política dessas militantes que virão a construir a Executiva. Conforme sintetiza a autora:

Para que o MESS não perca seu caráter de movimento social, de mobilização para as lutas, é fundamental a formação política de seus militantes. Compreendemos formação política como um processo no qual o indivíduo se percebe como ser histórico capaz de intervir nos rumos da sociedade. Perpassa a apropriação de conhecimentos teóricos e da prática política que instrumentalizem o sujeito para a análise da realidade e para a elaboração de alternativas visando à sua transformação (GUIMARÃES, 2014, p. 71).

Esta formação política é fundamental para manter o direcionamento político da Executiva e não só para dar continuidade, mas para avançar na articulação e organização do Movimento Estudantil de Serviço Social, bem como seguir na construção coletiva com as demais entidades da categoria e somar nas lutas da classe trabalhadora. Como aponta Barroco (2011, p. 212),

[...] é preciso que nossa organização política esteja fortalecida e renovada com novos quadros, supondo o trabalho de base, junto à categoria, com as entidades de representação, as unidades de ensino, os profissionais e alunos. [...] só conseguiremos consolidar politicamente o nosso projeto, na direção social pretendida, se tivermos uma base social de sustentação; logo, é fundamental a articulação com os partidos, sindicatos e entidades de classe dos trabalhadores, com os movimentos populares e democráticos, com as associações profissionais e entidades de defesa de direitos. E o avanço político do nosso projeto está articulado ao avanço dessas forças sociais mais amplas. [...] é preciso ter clareza de que essa luta é limitada, uma vez que ela envolve dimensões que extrapolam a profissão.

29 Para saber mais sobre a campanha ver: <https://www.instagram.com/p/CE-Ler4gNZ0/>. Acesso em 29 set. de 2020.

30 Para saber mais sobre a campanha ver: <https://www.instagram.com/p/CFNrVquHRGu/>. Acesso em 29 set. de 2020.

31 Para saber mais sobre a campanha ver: <https://www.youtube.com/watch?v=-yjj91KWMHE>. Acesso em 29 set. de 2020.

Por fim, é necessário ampliar o trabalho de base junto às estudantes nas Unidades de Formação, denunciando o processo histórico do capital sobre o trabalho e contextualizando o momento do Serviço Social brasileiro sem perder sua totalidade, a fim de projetar possíveis avanços nas lutas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.”
Guimarães Rosa*

O Movimento Estudantil de Serviço Social historicamente vem enfrentando dificuldades de mobilização das estudantes e de avanço nos debates travados dentro da Executiva. Observa-se um aumento no número de estudantes de Serviço Social, mas, em contrapartida, uma diminuição na quantidade de participantes nos encontros estudantis, bem como a dificuldade de dar continuidade à articulação com estudantes de Unidades de Formação que construíram ativamente a ENESSO em outros momentos.

Em termos de marcos normativos e regulatórios, pouco tem se conseguido trabalhar, visto que as adversidades conjunturais e os tensionamentos, que têm sido colocados nos Encontros Nacionais, bem como a dificuldade de se acumular formulações políticas previamente nas regiões têm tornado cada vez mais árdua a tarefa de revisão estatutária. Considerando que essa deve ocorrer novamente em 2022, cabe para as próximas gestões, que venham a assumir a Executiva, iniciar o processo de construção de uma metodologia de revisão estatutária que dê conta de garantir que aconteçam os debates previamente dentro das regiões para depois serem acordados à nível nacional, de forma que se consiga debater o estatuto por inteiro no curto período do Encontro Nacional.

O Movimento Estudantil do Serviço Social precisa mais do que nunca fortalecer o direcionamento ético-político hegemônico da categoria a favor de uma nova ordem societária, compreendendo as múltiplas determinações que compõem a realidade brasileira; e avançar no debate da questão étnica-racial na formação profissional em consonância com a compressão da dominação e exploração do modo de produção capitalista. É necessário consolidar a unidade na categoria estudantil em torno das conquistas do Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro para defender o projeto profissional correspondente às necessidades da classe trabalhadora.

É necessário ainda expandir a articulação do Movimento Estudantil do Serviço Social com o Movimento Estudantil Brasileiro sem dissolver seus princípios, compartilhando as suas experiências políticas-organizativas para erguer suas bandeiras de luta em conjunto com os demais cursos que historicamente são aliados na luta, a fim de compreender que somente a unidade das estudantes do Ensino Superior poderão construir e conquistar a universidade da classe trabalhadora.

Além da necessária renovação de quadros dentro da Executiva, é necessário reorganizar as bases estudantis em torno de um projeto de universidade que se contraponha ao colocado pelos grandes empresários da educação e os gestores do Estado burguês, que correspondam às reais necessidades e interesses da classe trabalhadora, a fim de munir de mediações táticas o MESS para enfrentar a dura conjuntura de ofensiva do capital que não tem previsão de trégua.

Assim sendo, não poderá sucumbir a culpabilização ou exclusão das estudantes, que pela falta de acesso, vagas, disponibilidade de tempo, e por outras questões que perpassam o cotidiano das estudantes trabalhadoras, só conseguem ingressar no ensino superior na modalidade à distância. É necessário alcançar essas estudantes. Se o desafio era (re)encantar, agora é não só reencantar o MESS nas Unidades de Formação onde ele já existiu, mas também organizar as estudantes que tiveram pouco ou nenhum contato com o movimento estudantil e as demais estudantes que se graduam na mesma instituição, a fim de somar forças na luta contra a transformação da educação em mercadoria e na defesa de uma formação profissional crítica e de qualidade em consonância com o projeto ético-político que o MESS não só acredita, mas também construiu com o conjunto da categoria. A participação das estudantes de Serviço Social no Movimento Estudantil e no Movimento Social é parte constituinte da formação de profissionais comprometidas com a classe trabalhadora e está em consonância com os direitos dos usuários das políticas sociais.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serviço Social & Sociedade*, n. 106, p. 205-218, 2011.

BRASIL. *Decreto nº 10.316 de 07 de abril de 2020*. Secretaria-Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10316.htm. Acesso em: 29 set. 2020.

COSTA, Ana Maria; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Na pandemia da Covid-19, o Brasil enxerga o SUS. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 125, p. 289-296, junho 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042020000200289&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 set. 2020.

ENESSO. Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social. *Estatuto da ENESSO*. Curitiba, 2019. Disponível em: <https://enessooficial.wordpress.com/estatuto/>. Acesso em: 10 set. 2020.

_____. *Caderno de Deliberações*. Uberaba, 2018. Disponível em: <https://enessooficial.wordpress.com/enesso/caderno-de-deliberacoes/>. Acesso em: 10 set. 2020.

FERREIRA, Carla Cecília Campos. *Vânia Bambirra, intérprete de Lênin*. 2017. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC65/mc651.pdf> Acesso em: 15 set. 2020.

FORNAZIER MOREIRA, Tales Willyan. *Movimento estudantil de serviço social e o projeto ético-político na formação profissional* (Trabalho de conclusão de Curso de graduação em Serviço Social). Universidade Federal do Triângulo Mineiro/UFTM, Uberaba/MG, 2016.

FORNAZIER MOREIRA, Tales Willyan. Movimento Estudantil de Serviço Social e os desafios contemporâneos: um balanço crítico do contexto pós-golpe. *Universidade e Sociedade*, Brasília, n. 65, p. 70-81, fev. 2020.

G1. *Brasil tem menor média móvel de casos de Covid-19 desde 18 de junho; mortos passam de 143 mil: país tem 143.010 óbitos registrados e 4.780.317 diagnósticos de Covid-19, segundo o consórcio dos veículos de imprensa, apenas AM e RR apresentam aumento na média móvel de mortes*. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/09/29/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em->

[29-de-setembro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml](#). Acesso em: 29 set. 2019.

GUIMARÃES, Maria Clarice Ribeiro. Movimento estudantil de serviço social e dilemas atuais: o desafio é (re)encantar-se. *Universidade e Sociedade*, Brasília, n. 54, p. 70-81, ago. 2014. Disponível em: <https://enessooficial.wordpress.com/textos/>. Acesso em: 19 set. 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da educação superior 2018 Notas Estatísticas*. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

MEC. Ministério da Educação. *Portaria nº 343, de 17 de março de 2020*. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - Covid-19. Brasília, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 29 set. 2020.

ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Editora Companhia das Letras, 2019.

SALDAÑA, Paulo. *Cursos à distância sobem 51% no ensino superior e número de vagas supera o de modalidade presencial*. 2019. Disponível em: [https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2019/09/cursos-a-distancia-sobem-51-no-ensino-superior-e-numero-de-vagas-supera-o-de-modalidade-presencial-ck0r0s62j00s501nwh2m51rbj.html#:~:text=O%20Inep%20\(Instituto%20Nacional%20de,educa%C3%A7%C3%A3o%20a%20dist%C3%A2ncia\)%20em%202018.&text=Mais%20de%2080%25%20dos%20alunos,mais%20da%20metade%20dos%20alunos](https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2019/09/cursos-a-distancia-sobem-51-no-ensino-superior-e-numero-de-vagas-supera-o-de-modalidade-presencial-ck0r0s62j00s501nwh2m51rbj.html#:~:text=O%20Inep%20(Instituto%20Nacional%20de,educa%C3%A7%C3%A3o%20a%20dist%C3%A2ncia)%20em%202018.&text=Mais%20de%2080%25%20dos%20alunos,mais%20da%20metade%20dos%20alunos). Acesso em: 07 set. 2020.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do serviço social. In: CFESS; ABEPSS. *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 185-2009

UOL. *Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa do Leblon*, Rio de Janeiro, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>. Acesso em: 24 set. 2020.

A IMPORTÂNCIA DA MONITORIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL: Um relato de experiência

Ana Larissa Pavesi

Graduada do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de monitoria na disciplina de Serviço Social e Realidade Social II do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: ana.larissap@hotmail.com

Mariana Pfeifer Machado | Orientadora

Graduada e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Professora do Departameto de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: marianapfeifer@gmail.com

A IMPORTÂNCIA DA MONITORIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL: Um relato de experiência

Resumo: A monitoria é uma ação pedagógica e didática que contribui para formação acadêmica e profissional. Tem como objetivo inserir o estudante no processo de ensino/aprendizagem com intuito de apresentar uma das possibilidades ocupacionais do trabalho do Assistente Social, assim como viabilizar a qualificação das suas habilidades para docência. Dito isso, o primeiro tópico do trabalho irá apresentar o entendimento da monitoria no Serviço Social, seguido de dois pontos que consistem em um relato de experiência desse exercício nos semestres 2019.2 e 2020.1, sobretudo durante o ensino remoto. Por fim, o último tópico discute o significado dessa atividade para os estudantes, evidenciando que a monitoria é capaz de desenvolver ganhos a todos envolvidos nesse processo de aprendizagem, especialmente no que tange ao desempenho de atividades acadêmicas do estudante e no aprofundamento teórico e prático do Serviço Social.

Palavras-chave: Monitoria. Ensino. Formação. Serviço Social

LA IMPORTANCIA DEL SEGUIMIENTO EN EL PROCESO DE FORMACIÓN PROFESIONAL: Un relato de experiencia

Resumen: Resumen: La “monitoria” es una acción pedagógica y didáctica que contribuye a la formación académica y profesional. Tiene como objetivo insertar al alumno en el proceso de enseñanza-aprendizaje con el fin de presentar una de las posibilidades ocupacionales del trabajo del Trabajador Social, así como posibilitar la calificación de sus habilidades docentes. Dicho esto, el primer tema del trabajo presentará la comprensión del seguimiento en Trabajo Social, seguido de dos puntos que consisten en un relato de experiencia de este ejercicio en los semestres 2019.2 y 2020.1, especialmente durante la enseñanza a la distancia. Finalmente, el último tema discute el significado de esta actividad para los estudiantes, mostrando que la “monitoria” es capaz de desarrollar beneficios para todos los involucrados en este proceso de aprendizaje, especialmente en lo que respecta al desempeño de las actividades académicas del estudiante y en la profundización teórica y práctica del trabajo Social.

Palabras clave: Supervisión. Enseñando. Formación. Trabajo Social.

INTRODUÇÃO

O Serviço Social em sua origem enquanto profissão no Brasil teve forte vinculação com a Igreja Católica e caracterizava-se por uma abordagem moralista e conservadora da realidade social. A partir de 1965, o desenvolvimento do movimento de reconceituação culminou na ruptura com o conservadorismo e na busca por uma perspectiva profissional vinculada ao pensamento social crítico

e aos interesses das classes trabalhadoras. Esse processo, que se consolidou na década de 1990, levou não apenas ao giro de concepção da profissão e do seu significado social enquanto especialização do trabalho coletivo inserido na divisão social e técnica do trabalho, como também redefiniu as bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, o que contribuiu para o fortalecimento do Serviço Social enquanto campo profissional e área de conhecimento.

A construção do projeto ético-político profissional alinhado a uma perspectiva de sociedade emancipatória foi consubstanciado por um projeto de formação profissional definido pelas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, construídas no âmbito da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1990). Esse projeto de formação profissional é pautado pela busca da qualidade da formação, com componentes curriculares que possibilitem um rigoroso trato teórico-metodológico e sócio-histórico do Serviço Social e da realidade social. E, com base em uma teoria social crítica, visa possibilitar a apreensão da totalidade social e direcionar a formação acadêmica e profissional para o desenvolvimento de competências investigativas e interventivas.

Nesse contexto, este artigo irá expor o relato de experiência de monitoria, entendida como componente curricular complementar, segundo a Resolução Normativa Nº 53/CUn/2015, de 23 de Junho de 2015, com intuito de apresentar sua importância para formação acadêmica e profissional. Tendo participado desta vivência por dois semestres como monitora de duas diferentes disciplinas do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sendo elas, Serviço Social e Realidade Social I e Serviço Social e Realidade Social II, da primeira e segunda fase, respectivamente, serão expostos seus benefícios e contribuições, assim como seus desafios.

Este texto está estruturado de modo a expor as experiências das duas disciplinas, que apesar de se constituírem de forma sequencial no currículo do curso, compreendem aprendizados diferentes devido à organização adotada e atividades realizadas. As metodologias empregadas para realização deste trabalho, incluem um relato descritivo da experiência nas atividades realizadas nos semestres 2019.2 e 2020.1. Também serão utilizados artigos e textos que discutem a importância da monitoria e outros materiais de apoio que discorrem sobre o processo de constituição do Serviço Social e suas conquistas. Além disso, realizou-se uma enquete junto a estudantes do curso com o intuito de identificar sua opinião sobre a monitoria.

Dessa maneira, o texto abordará as experiências de monitoria, discutindo sobre sua importância no processo de formação e revelando as particularidades de cada semestre, as contradições, desafios e aprendizados, tendo em vista que questões contemporâneas da atual conjuntura refletem diariamente na condução das atividades, como por exemplo, o momento atual de pandemia de Covid-19.

ENTENDENDO A MONITORIA NO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social é uma profissão crítico-interventiva, ou seja, intervém de forma crítica na realidade social a fim de possibilitar a melhoria das condições de vida da população, por meio da garantia e luta por direitos. Por isso, entende-se a importância de garantir uma boa formação profissional, por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão (ABEPSS, 1996).

Essa preocupação com a excelência da formação também se expressa em um dos compromissos do Código de Ética da profissão, o qual indica como princípio a qualidade dos serviços prestados à população, na perspectiva da competência profissional (CFESS, 2012). Além disso, o Assistente Social possui um conjunto de competências e atribuições privativas regulamentadas por lei que indicam seu campo de atuação profissional.

Dentre essas funções exclusivas estão:

[...] assumir no magistério de Serviço Social disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; [...] treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; [...] dirigir e coordenar unidades de ensino e cursos de Serviço Social; [...] dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; [...] coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social.” (BRASIL, 1993)

“Ou seja, das treze atribuições privativas elencadas pela lei, cinco, cerca de 40% (38,5%), relacionam-se diretamente com a formação profissional.” (CFESS, 2014).

Segundo as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS, juntamente com atividades de pesquisa, extensão, produção científica e participação em eventos acadêmico-científicos, a monitoria é entendida como uma atividade complementar no âmbito das matérias que compõem os currículos, onde “as matérias são expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional que se desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares” (ABEPSS, 1996, p.15). Indica-se ainda que a tais componentes complementares sejam designados uma parte da carga horária total da matriz curricular.

Segundo Matoso (2014, p.78),

A importância da monitoria nas disciplinas do ensino superior excede o caráter de obtenção de um título, seja no aspecto pessoal de ganho intelectual do monitor, seja na contribuição dada aos alunos monitorados e, principalmente, na relação interpessoal de troca de conhecimentos entre os professores da disciplina e o aluno monitor.

Dessa forma, compreende-se a monitoria como uma atividade de melhoria do ensino de graduação, através da instauração de novas experiências e práticas pedagógicas que fortalecem a articulação entre teoria e prática. Ainda deve ser entendida como uma oportunidade de aproximação da realidade profissional e preparação para tal, por meio da realização de atividades didáticas e compartilhamento de vivências entre estudantes e professores.

RELATO DA EXPERIÊNCIA DE MONITORIA NO SEMESTRE 2019.2

O primeiro semestre de monitoria acompanhando a disciplina Serviço Social e Realidade Social I trouxe grandes contribuições e acúmulos teóricos no que tange a construção da realidade social, sobretudo a realidade catarinense. A disciplina tem como ementa: a construção social da realidade; elementos da análise de conjuntura; realidade social catarinense; processo constitutivo da profissão; institucionalização da profissão e divisão social do trabalho; possibilitando o entendimento sobre a

importância da análise de conjuntura e relacionando os acontecimentos históricos, contribuindo significativamente para compreensão crítica de visão de mundo.

Essa disciplina, ofertada na 1ª fase do curso, que permite aprimorar a compreensão da realidade, é fundamental para garantir o entendimento das outras temáticas do Serviço Social tais como o entendimento do direito, das organizações populares e das políticas sociais. Assim como é indispensável para assegurar um atendimento de qualidade ao usuário, rompendo com o julgamento moralista e que culpabiliza o sujeito.

As aulas caracterizaram-se como expositivas e dialogadas, privilegiando os momentos específicos de discussão e debate sobre dúvidas, posicionamentos e divergências. A utilização de diferentes recursos didáticos também era prevista, como: PowerPoint, artigos de jornais e revistas, filmes, etc., tendo como finalidade contribuir no desenvolvimento da disciplina, além do ambiente virtual de ensino e aprendizagem (AVEA) na Plataforma Moodle de apoio aos cursos presenciais da UFSC, onde foram disponibilizados.

Sendo assim, essa organização possibilitou a discussão ampliada de diversos temas complexos e importantes, como os principais processos históricos que surgiram nos anos iniciais do Brasil: a escravidão, extermínio dos povos indígenas, a acumulação de grande extensão de terras, entre outros, que contribuem para a construção crítica da realidade social. Elementos fundamentais para entender o modo de estruturação da sociedade atual foram apresentados aos discentes, como por exemplo, a formação sócio-histórica e os componentes da análise de conjuntura. Dessa forma, a disciplina oportunizou o ganho de muito conhecimento e novas práticas didáticas.

Contudo, algumas contradições que se fazem presentes no cotidiano profissional se apresentaram no ambiente acadêmico. A falta de acessibilidade na universidade, bem como a dificuldade de garantir condições materiais acessíveis dificultaram o processo de aprendizagem de uma estudante com deficiência visual. Nesse contexto, a monitoria teve grande relevância para auxiliar a estudante nesse processo, assim como foi de grande importância para a apreensão de novas atitudes e comportamentos. A atuação de monitoria junto a estudante com deficiência visual na disciplina ofertada durante o semestre remoto incluía ações como descrição de materiais visuais (vídeos, imagens), contato com o setor de Acessibilidade Informacional da universidade para viabilizar adaptação dos textos e aprofundamento dos temas abordados na aula, com objetivo de garantir o acesso à educação para pessoas com deficiência no momento de pandemia de Covid- 19.

Ademais, além das discussões teórico-práticas oportunizadas pelos textos, documentários, seminários e outras atividades pedagógicas, a vivência foi marcada por reivindicações do movimento estudantil, que culminou com uma greve estudantil na UFSC e no Curso que durou mais de um mês durante o semestre letivo de 2019.2. Dessa forma, o acúmulo teórico adquirido possibilitou que os estudantes, incluindo a monitora, participassem na construção da luta pela educação e pela garantia dos direitos dos estudantes, discutindo o período de sucateamento da universidade e o movimento de greve decretado pela categoria.

O SEGUNDO SEMESTRE DE MONITORIA E OS DESAFIOS IMPOSTOS PELA PANDEMIA DE COVID-19

A pandemia de Covid-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de

março de 2020, provocou significativas mudanças nas atividades econômicas e organizacionais, como também na maneira de interação social dos indivíduos. A pandemia levou a adoção de intensas medidas sanitárias para evitar a contaminação pela doença, como o uso obrigatório de máscaras, higienização e o distanciamento físico. Mesmo assim, ao final do mês de setembro de 2020, o vírus já havia contaminado 32 milhões de pessoas em 188 países e levou mais de 1 milhão de pessoas à morte ao redor do mundo (BBC News, 2020).

A necessidade de distanciamento social como medida de prevenção à expansão da pandemia, acabou por desencadear a suspensão das atividades presenciais na UFSC, pela Portaria nº 353/2020/GR, de 16 de março de 2020, resultando em paralisação das atividades de ensino após duas semanas do início do semestre letivo e estendendo-se até final do mês de agosto. Considerando que as práticas do ensino presencial geram aglomeração e intenso contato social entre a comunidade acadêmica e o entorno da universidade, durante esse período, amplos debates foram realizados na UFSC buscando discutir o cenário assim como apontar alternativas para o restabelecimento das atividades de ensino na instituição. Esse processo culminou na prorrogação da suspensão das atividades acadêmicas e administrativas presenciais na universidade, e na adoção do ensino remoto emergencial, nos termos da Resolução Normativa nº 140/2020/CUn.

A implementação do ensino remoto foi adotada nas demais esferas da educação, desde o ensino básico até o superior e na pós-graduação, no Brasil e em diversos países. Isso exigiu que docentes, discentes e demais trabalhadores da área buscassem alternativas, capacitação e equipamentos tecnológicos, muitas vezes sem apoio institucional, para tornarem viáveis atividades pedagógicas de forma remota durante esse período. Todavia, é importante lembrar

Nos países subdesenvolvidos, porém industrializados e altamente urbanizados; pobres e atrasados cultural e politicamente, mas com “bolsões tecnificados” e globalizados; nesses países as contradições e as desigualdades sociais tendem a ser agravadas pelo avanço tecnológico. (BELLONI, 2002, p.119).

Isso significa que as disparidades e desigualdades já existentes foram ainda mais acentuadas pelos impactos econômicos da pandemia, especialmente para a população pobre, preta e periférica. Essa situação implicou no aprofundamento da precarização das condições de vida para satisfazer necessidades básicas, como por exemplo, a alimentação, impactando, dificultando e até mesmo impedindo o acesso à educação, já que nem todos os cidadãos têm acesso à internet e às tecnologias necessárias e adequadas para tal.

De modo a buscar minimizar as dificuldades de acesso aos recursos tecnológicos, mas não sem impedi-las de fato e por completo, foram criados programas de auxílio financeiro a estudantes de baixa renda da UFSC, bem como empréstimos de equipamentos tecnológicos. As bolsas de assistência estudantil, monitoria, pesquisa e extensão foram mantidas, considerando sua importância para o bolsista e para os demais estudantes beneficiados pelas atividades desenvolvidas. Dito isso, é fundamental indicar a necessidade da construção de políticas, programas, projetos e ações tanto políticas quanto pedagógicas que garantam o acesso dos estudantes à educação em todos os seus níveis, visando minimizar os impactos desse processo, tendo em vista que a qualidade do ensino remoto não será equivalente à formação do ensino presencial. Vale ressaltar que o ensino na modalidade à distância vem se tornando mais uma forma de lucratividade dos grandes conglomerados econômicos nos últimos tempos e que além disso, existem fatores exteriores e pessoais que afetam a vida dos estudantes em meio ao surto da doença causada pelo novo Coronavírus.

No contexto da retomada das atividades de ensino na modalidade de ensino remoto emergencial, a disciplina Serviço Social e Realidade Social II foi reorganizada segundo as orientações da Resolução Normativa nº 140/2020/CUn e do Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE), sendo que o plano de ensino da disciplina foi submetido a análise e aprovação do colegiado de curso. A disciplina passou a ser composta por momentos síncronos e assíncronos, tendo diferentes componentes didático-pedagógicos previamente disponibilizados aos estudantes através da plataforma Moodle.

As atividades assíncronas da disciplina foram disponibilizadas para serem realizadas no Moodle, em horário livre e com prazos de entrega. Consistiam em atividades tais como: leituras de materiais bibliográficos; aulas assíncronas gravadas; vídeos e audiobooks; atividades teórico-práticas de fixação como criação de mapa mental, elaboração de material escrito e visual sobre o conteúdo das unidades programáticas; glossário com conceitos relacionados aos conteúdos da disciplina; criação de vídeo com entrevista com Assistente Social; apresentação de comentários contendo reflexões a partir dos conteúdos; entre outros. Além do Moodle, criou-se um perfil fechado da disciplina no Instagram, utilizado para socialização das produções dos estudantes, envio de avisos e recebimento de suas mensagens, no intuito de interagir com eles de modo mais informal e mais próximo. Mensagens através do recurso Fórum dentro do Moodle também foram utilizadas para contato com os estudantes, assim como E-mail e WhatsApp. A construção e o acompanhamento dessas atividades foram realizados pela professora conjuntamente com a monitora.

As atividades síncronas programadas foram desenvolvidas como aulas expositivas realizadas em sala de aula virtual, mediante o uso de plataformas virtuais como BigBlueButton RNP dentro do Moodle ou, como plano alternativo, o Google Meet. Cabe ressaltar ainda, que as reuniões de monitoria com a professora também foram realizadas utilizando-se da mediação de plataformas virtuais como Google Meet. Para as atividades de monitoria foram utilizados grupo de WhatsApp da professora com as monitoras, sala virtual de plantão de monitoria para atendimento a estudantes, além de e-mail e do perfil do Instagram da disciplina.

Certamente, essas propostas seguem respeitando os limites impostos pelos meios tecnológicos e condições adversas apresentadas tanto pelos estudantes quanto pelos monitores e a professora, porém contribuíram como uma maneira de tornar o processo de aprendizagem menos árduo através de materiais mais dinâmicos. Ademais, observou-se que os momentos de maior diálogo com os estudantes acontecem durante as aulas síncronas, onde são discutidos os materiais propostos e há maior troca de experiências. Nesse momento, a monitora também se fez presente para compartilhar seus conhecimentos e expor suas considerações junto aos estudantes.

Apesar disso, as condições ainda são bastante limitadas, sobretudo em questão do tempo, pois os debates temáticos do Serviço Social são complexos e exigem elementos densamente reflexivos. Ainda que a disciplina de Serviço Social e Realidade Social II se caracterize por ser de cunho teórico, existem questões que não permitem ser muito exploradas como no ensino presencial.

Outrossim, os plantões de monitoria também seguem de forma online, via plataformas virtuais como Google Meet. Isso permite ao estudante solicitar ajuda do monitor nos horários disponibilizados, para sanar suas dúvidas relacionadas ao conteúdo ou às dificuldades de acesso aos materiais de disciplina e/ou às plataformas digitais. A monitoria também atua como suporte tecnológico ao professor, no acompanhamento e atualização das plataformas online. Para melhor compreender as tarefas desenvolvidas, segue abaixo o plano de atividades de monitoria elaborado para o ensino remoto emergencial:

- Estudar os conteúdos da disciplina, preparando-se para o acompanhamento das aulas, contribuindo nas discussões das mesmas e colaborando para o desenvolvimento da aprendizagem;
- Realizar o acompanhamento das aulas durante atividades síncronas, oferecendo suporte aos alunos e à professora;
- Auxiliar a professora na preparação, disponibilização e acompanhamento do material didático ou daqueles necessários para as aulas da disciplina;
- Desenvolver atividade de plantão online (ensino remoto) para os estudantes sanarem suas dúvidas sobre o conteúdo da disciplina;
- Auxiliar a professora no processo de verificação de aprendizagem;
- Oferecer suporte aos estudantes na utilização do Moodle e outras ferramentas tecnológicas utilizadas durante o ensino.

Além do envolvimento com os estudantes, o exercício da monitoria permite ao estudante monitor a experiência da preparação dos materiais didáticos, podendo sugerir modificação a partir de um olhar discente. Essa tarefa é muito significativa para compreender o processo de elaboração das aulas para além do momento síncrono, demonstrando ao monitor as possibilidades de diferentes atividades pedagógicas que podem ser executadas.

O estudo dos conteúdos da disciplina torna o monitor preparado para acompanhar as aulas, incorporar-se ao debate e dessa forma ajudar os estudantes. Contudo, essa preparação também traz grandes benefícios a ele, já que consiste na revisão do conteúdo, permitindo que os materiais sejam interpretados de uma outra perspectiva, com o desenvolvimento da sua capacidade cognitiva.

A RELEVÂNCIA DA MONITORIA SOB A PERSPECTIVA ESTUDANTIL

Com o objetivo de evidenciar a importância da atividade de monitoria no processo de ensino-aprendizagem, realizamos uma enquete junto aos estudantes do Curso de Graduação em Serviço Social da UFSC, buscando compreender a dimensão dessa atividade por uma visão estudantil, ou seja, de quem é o público que interage com o monitor nesse processo.

A enquete consistiu em um questionário anônimo online utilizando-se do Google Formulário, com quatro questões, sendo uma em escala de 0 a 5 e outras três de múltipla escolha. O formulário da enquete foi enviado para diversos estudantes do curso via WhatsApp e para os matriculados na disciplina via Fórum no Moodle. Porém, a adesão foi pouca, apenas 15 discentes responderam. No entanto, mesmo que poucos alunos tenham participado, a enquete apresentou bons resultados, vejamos a seguir.

Ilustração 1 - A importância da monitoria para a formação profissional e no apoio pedagógico



Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme pode ser visualizado nas ilustrações acima, 86,7% afirmaram que a atividade de monitoria nas disciplinas oferece maior apoio pedagógico do que as disciplinas sem monitoria. Verificamos também que, numa escala de 0 a 5, 66% dos respondentes indicaram que a monitoria é importante para a formação. Quando questionados sobre a frequência em que procuram a monitoria, 50% dos estudantes responderam quase sempre e outros 50% raramente, portanto, nota-se que essa atividade tem grande contribuição no processo de ensino-aprendizagem. Além do mais, os estudantes também foram questionados sobre o interesse em ser monitor ao longo do curso e, 56,3% das respostas demonstram vontade em participar da vivência, ou seja, isso significa que os estudantes veem essa vivência como uma maneira de adquirir grandes ganhos e desenvolver suas habilidades acadêmicas.

Logo, considera-se a monitoria uma atividade muito significativa para os discentes, tanto para os alunos da turma quanto para o estudante monitor. Ademais, a troca de conhecimento que acontece nesse processo é muito válida para aprimorar as habilidades pessoais e acadêmicas durante a jornada de estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de monitoria é muito significativa para o processo de aprendizagem de todos os envolvidos nessa interação: estudantes, monitor e até mesmo professor/supervisor. Por meio da realização de diversas atividades didático-pedagógicas, como discussão de textos, elaboração de trabalhos, compartilhamento de vivências, todos os envolvidos tendem a ganhar muito conhecimento.

Em primeiro lugar, para os estudantes, a disciplina com monitoria possibilita mais alternativas de contato para sanar dúvidas, esclarecimentos ou outras atividades afins. Além disso, proporciona o compartilhamento de vivências com um estudante (monitor) que já cursou a disciplina

e que está mais avançado no curso e pode auxiliar no processo de compreensão do conteúdo usufruindo das suas outras experiências no curso.

A enquete desenvolvida para este relato de experiência deixa explícito a relevância da monitoria vista da ótica estudantil. Segundo o levantamento, as atividades realizadas oferecem maior suporte ao estudante. Como consequência, isso implica na melhora do seu desempenho acadêmico por meio do reforço da assistência pedagógica e, conseqüentemente, da qualidade de ensino.

Segundamente, para o professor, a contribuição da monitoria é no sentido de trazer um olhar estudantil na construção das atividades pedagógicas e desse modo aperfeiçoar suas metodologias de ensino. Ademais, por meio dessa experiência, o profissional Assistente Social atuando como docente também pode compartilhar desafios, ganhos e muito saber ao monitor que lhe acompanha.

Por fim, e não menos importante, a relevância da monitoria para o monitor: ao longo do desenvolver das atividades, o estudante pôde vivenciar a docência como aprendiz e, dessa maneira, aprofundar seus conhecimentos sobre a profissão. Ainda, tem a oportunidade de melhorar suas habilidades pessoais, sobretudo no âmbito acadêmico, por meio das tarefas exercidas na monitoria, como a oratória, manuseio de tecnologias, organização de estudos. O estudante ainda pode adquirir muito conhecimento pelo fato de ter que reestudar a disciplina por meio da leitura e discussão de textos, bem como outros materiais didáticos pedagógicos. Isso proporciona maior acúmulo teórico e permite uma interpretação mais profunda e complexa de determinados assuntos, permitindo identificar características e aspectos não observados no primeiro contato quando cursou a disciplina.

No que tange à universidade, a monitoria em disciplinas é uma maneira de honrar o compromisso das universidades públicas, educação de qualidade e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Como consequência disso, a universidade irá garantir uma melhor qualidade da formação educacional, já que esse processo é repleto de muito saber e aprendizado.

Vale ressaltar a significância da monitoria no ensino remoto adotado devido à situação atípica vivenciada decorrente da pandemia do novo Coronavírus. A adoção desse novo formato de ensino marcado por muitas contradições e desigualdades, necessita de ferramentas e habilidades tecnológicas não usualmente conhecidas. Isso implica na necessidade de incluir, de forma prioritária, ações para viabilizar que os estudantes continuem tendo acesso ao direito à educação, tendo em vista a qualidade da formação.

Diante disso, a monitoria pode ser entendida como uma ferramenta de apoio nesse período. Como já discutido neste relato, o trabalho do monitor no ensino remoto é muito importante para manter contato com os estudantes e para contribuir nesse momento de inclusão de tecnologias digitais. Questionamentos e dúvidas que muitas vezes não foram sanados pela professora podem ser sanados com o monitor, por exemplo.

Portanto, considera-se essa experiência muito pertinente para a formação do profissional Assistente Social, pois muitas das suas atribuições privativas são relacionadas à docência e, por isso, garantir uma boa formação é fundamental. Além do mais, essa oportunidade de aproximação com o âmbito profissional possibilita ao estudante conhecer os desafios e demandas impostos a profissão, assim como utilizar desses conhecimentos adquiridos para o desenvolver de suas habilidades acadêmicas e profissionais.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social: Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996*. Rio de Janeiro: ABEPSS, novembro de 1996. Disponível em: http://abepss.hospedagemdesites.ws/wp-content/uploads/2012/07/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf Acesso em 21 set. 2020.

BBC NEWS. 1 milhão de mortos por Covid-19: gráficos mostram onde o coronavírus se espalha e mata mais. *BBC News*, 29 setembro 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54339632>. Acesso em 02 out. 2020.

BELLONI, Maria Luiza. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 23, n. 78, p. 117-142, Abr. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000200008&lng=en&nrm=iso Acesso em 19 set.2020.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm Acesso em set. 2020.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. *Código de Ética do/a Assistente Social*. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em 21 set. 2020.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. *Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social*. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf . Acesso em: 19 set. 2020.

MATOSO, Leonardo Magela Lopes. A importância da monitoria na formação acadêmica do monitor: um relato de experiência. *Revista Catussaba: Revista científica da escola de saúde*, Mossoró, v. 3, n. 2, p. 77-83, 3 jun. 2014.

É NA LUTA QUE A GENTE SE ENCONTRA: A atuação do Coletivo Negro Magali da Silva Almeida no contexto da pandemia da Covid 19

Joyce Santos

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do Programa de Educação Tutorial em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida. E-mail: joycepgc@gmail.com

Vanessa Zoraide Domingos

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida. E-mail: vanessazdomingos@gmail.com

É NA LUTA QUE A GENTE SE ENCONTRO: atuação Coletivo Negro Magali da Silva Almeida no contexto da pandemia da Covid 19

Resumo: Esse trabalho tem como objetivo apresentar através de um relato de experiência o processo de organização e atuação vivenciado pelo Coletivo Negro Magali da Silva Almeida durante o contexto pandêmico causado pelo vírus SARS-CoV-2 (Covid-19), bem como as dificuldades encontradas pelo Coletivo, desde a implementação do ensino remoto emergencial e os impactos dessa nova modalidade na vida de estudantes negras(os). Com o objetivo de compreender a importância da socialização acerca do debate racial, a atuação do Coletivo contou com práticas ofertadas via plataformas digitais como lives, cursos, etc. Concluiu-se que tal experiência reafirma a relevância de continuar compartilhando assuntos relacionados a questão racial visando o combate ao racismo.
Palavras-chave: Ensino a distância. Covid-19. Coletivo.

ES EN LA LUCHA QUE LA GENTE SE ENCUENTRA: performance Negro Colectivo Magali da Silva Almeida en el contexto de la pandemia de Covid 19

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo presentar, a través de un informe de experiencia, el proceso de organización y desempeño vivido por el Colectivo Negro Magali da Silva Almeida durante el contexto pandémico causado por el virus SARS-CoV-2 (Covid-19), así como las dificultades encontradas por el Colectivo, desde la implementación de la educación remota de emergencia y los impactos de esta nueva modalidad en la vida de los estudiantes negros. Para comprender la importancia de la socialización sobre el debate racial, la actuación del Colectivo se basó en prácticas ofrecidas a través del uso de las plataformas digitales como las transmisiones en vivo, cursos, etc. Se concluyó que tal experiencia reafirma la relevancia de seguir compartiendo sobre el tema racial para combatir el racismo.
Palabras clave: La educación a la distancia. Covid 19. Colectivo

INTRODUÇÃO

A população negra no Brasil sofre um processo histórico de exclusão e marginalização. Devido a essa realidade, muitos direitos seguem negados a essa parcela da população. Como exemplo, a educação universitária que se mantém como uma pauta de reivindicação dos movimentos negros, indígenas e quilombolas. Com a implementação do sistema de cotas, como uma das medidas de reparação dessas desigualdades, a universidade passou a ter na sua comunidade estudantil, a presença de estudantes de variados grupos étnicos. No entanto, ainda em 2020, com cerca de 12 anos

de implementação das cotas, o quantitativo de pessoas pertencentes a grupos racializados dentro da universidade ainda expressa as desigualdades raciais e sociais do país.

De acordo com Munanga (2006, p. 7):

O debate sobre as políticas de ações afirmativas e de cotas em benefício dos alunos negros e pobres no ensino público universitário parte do quadro das desigualdades sociais e raciais gritantes, acumuladas ao longo dos anos, entre brancos e negros. Essas desigualdades observam-se em todos os setores da vida nacional: mercado de trabalho, sistema de saúde, setor político, área de lazer, esporte, educação, etc.

Com base nesse cenário, ao adentrar a universidade, muitos desses estudantes pertencentes a grupos racializados sentem uma grande dificuldade de inserção nos espaços, que em sua maioria, expressam a dinâmica da sociedade, a majoritariamente branca, compondo as principais estruturas. No caso da universidade, os diretórios acadêmicos, centros acadêmicos, grupo de pesquisa, projetos de extensão, cursos de idiomas, bolsas de pesquisa e etc. Esse cenário se dá porque, ao entrar na universidade, muitos estudantes negros e indígenas (bem como outros grupos marginalizados) ainda precisam dividir com a sua jornada acadêmica a constante preocupação com a permanência estudantil.

Diante do contexto de múltiplas exclusões e demandas que os estudantes negros, indígenas e de camadas populares enfrentam ao entrar na universidade, a presença de Coletivos que se propõem a ser espaço de acolhimento, organização e reivindicação de lutas, são extremamente necessários. Esses espaços, tornam-se alternativas de aquilombamento para os estudantes racializados, permitindo, para além da fomentação de debates, a organização da luta Coletiva, por grupos historicamente excluídos.

Em vista disso, no dia 9 de setembro de 2017 as/os estudantes negras e negros do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina fundaram o Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida (Coletivo Magali), com o objetivo de fortalecer política e academicamente estudantes negras e negros do curso. Uma das principais motivações para o surgimento do coletivo era a falta de debate da questão étnico-racial sentida pelas/os estudantes negras/os.

A escolha do nome surgiu depois de procurarem por uma representatividade negra da categoria profissional. Após muitas buscas, o nome Magali da Silva Almeida chega aos estudantes fundadores através de indicação. Conhecida por ser ativista do Movimento Negro brasileiro³² e uma das pioneiras no debate da questão racial no interior da profissão, a Profa. Dra. Magali da Silva Almeida tornou-se madrinha oficial do coletivo depois do convite que ocorreu em um evento do qual a assistente social participou no mesmo ano em Florianópolis.

Ao passo que o movimento foi ganhando espaço, houve a necessidade de abranger a categoria profissional de assistentes sociais negras e negros(os), caracterizando-se como um marcador importante pela ausência da discussão durante o processo de formação. Tal aproximação demonstra o engajamento dessas profissionais, pois um dos princípios fundamentais estabelecido no Código de Ética da(o) assistente social é: "compromisso com a qualidade dos serviços prestados à

32 "Movimento Negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural" (DOMINGUES, 2007, p. 101).

população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional" (CFESS, 1993, p. 24), ou seja, busca permanente por qualificação.

Esse artigo se propõe a compartilhar em forma de relato de experiência algumas das vivências, projetos, intervenções e acúmulos do Coletivo Negro Magali da Silva Almeida, durante a pandemia do Covid-19.

DESENVOLVIMENTO

Em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, China, foi descoberto um novo vírus, denominado SARS-CoV-2, causador da doença popularmente conhecida como Covid-19. Com o aumento rápido de casos pelo mundo, em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu o surto dessa nova doença como uma emergência de saúde pública. Posteriormente, a Covid-19 foi caracterizada como pandemia.

Devido à transmissão do vírus ocorrer através “de uma pessoa doente para outra ou por contato próximo por meio de: toque do aperto de mão contaminadas, gotículas de saliva, espirro, tosse, catarros, objetos ou superfícies contaminadas” (BRASIL, 2020), houve a necessidade de diferentes medidas serem adotadas para controle e prevenção da doença, sendo o distanciamento social um dos recursos mais utilizados, além do uso de máscara, sabão para lavar as mãos e álcool em gel.

Gomes *et al.* (2020) se refere ao distanciamento como uma das medidas mais efetivas contra a doença e, por ter essa classificação, houve a necessidade de reavaliação no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que o distanciamento social impôs a adoção do ensino remoto para continuarem com os estudos.

Com o advento da pandemia, as estratégias de ensino remoto são importantes meios de contenção dos efeitos do distanciamento social; no entanto, as evidências sugerem que inúmeras lacunas serão criadas sem a interação professor-estudante (GOMES *et al.*, 2020, p. 1).

Com a autorização das aulas não presenciais pelos órgãos que regulamentam a educação, a Universidade Federal de Santa Catarina aderiu ao ensino remoto, tendo como principal preocupação o cumprimento do calendário acadêmico e não as condições objetivas e psicológicas das/os estudantes acompanharem essa nova modalidade.

Assim, a Universidade, ao determinar

que a interrupção das aulas presenciais deveria ser mediada por tecnologias de informação visando sua continuidade, parece não compreender que no seu interior comporta grupos que possuem diferenças sociais e econômicas significativas e que isso, conseqüentemente, implica acessos desiguais (OLIVEIRA *et al.*, 2020, p. 70).

Segundo Silva (2020, p. 1), “o ensino a distância preconiza a existência de uma infraestrutura para oferta de ensino, uma rede de professores e tutores, formação docente e discente para o uso das plataformas e recursos, e o ensino remoto emergencial ora implantado em poucos casos garantiu essas condições”.

Diante da pandemia do Covid-19, as dificuldades enfrentadas pelos estudantes aumentaram exponencialmente. Devido às medidas de isolamento social, as interações acadêmicas passaram a acontecer por meios virtuais. No entanto, a impossibilidade da participação de estudantes em espaços online demonstra a vulnerabilidade de estudantes dos grupos racializados e historicamente excluídos, que não têm acesso a meios materiais, como espaço físico, tempo e diversas outras demandas que os impedem de adentrar no que alguns no meio universitário insistem em chamar de “Novo Normal”.

Oliveira, Passamani e Rosa (2020, p. 68) destacam

[...] que muitos estudantes residem em lugares (por exemplo sítios e/ou municípios pequenos) em que não há disponibilidade de meios virtuais/eletrônicos/internet facilitados ou em número suficiente; dada a especificidade de cada curso, há casos em que existe o predomínio de atividades práticas e que não podem ser realizadas de forma virtual; não habilitação ou dificuldade por parte de estudantes e professores/as na utilização de ferramentas digitais; muitos/as estudantes, por terem algum tipo de deficiência, não possuem, em suas residências, estrutura e apoio adequados para a realização de atividades online; a preocupação por parte de estudantes inseridos/as dentro do perfil de vulnerabilidade social [...].

Mesmo diante de todos os desafios já apresentados, o Coletivo Negro Magali da Silva Almeida se mobilizou para pensar em formas de manter o debate étnico racial expondo criticamente as demandas da população negra, em meio à crise sanitária global do Covid-19. Para isso, as redes sociais do Coletivo tiveram grande papel mobilizador. Por meio do *Instagram*, compartilhamos produções e reflexões dos integrantes do Coletivo, interagimos com estudantes de outras universidades e cursos e tentamos fortalecer vínculos e articulações políticas mesmo diante da pandemia.

Uma das articulações muito importante realizada pelo Coletivo Negro Magali foi a aproximação das assistentes sociais negras de Santa Catarina. Essa articulação surge pautada em vários elementos. Dentre eles, a necessidade dos estudantes negros, negras e negres serem representados no exercício profissional das/dos assistentes sociais. Essa realidade de exclusão da população negra de espaços de maior prestígio social, principalmente na região Sul do Brasil, pode ser sintetizada na reflexão do professor Sales Augusto dos Santos (2008) da Universidade Federal de Brasília acerca da relação entre educação, representatividade, gênero e as desigualdades sociais demarcadas nas diferentes regiões do país:

Lamentavelmente as desigualdades na esfera da educação são gritantes, por exemplo, em geral os homens brancos nascidos nas regiões Sul ou Sudeste são mais escolarizados e tendem a adquirir maior destaque social em nosso país. Na contramão desse processo estão as mulheres negras, especialmente as nascidas nas regiões Norte e Nordeste e com baixa escolaridade (SANTOS, 2008, p. 914).

Conforme apontado pelo professor, existe uma demarcação regional nas desigualdades sociais do Brasil. A região Sul do país é caracterizada por ter homens brancos com maior escolaridade, e como reflexo, maior ascensão econômica. Essa realidade também está materializada nos cursos universitários, principalmente os cursos considerados de maior prestígio social, como Medicina e Direito. Esses cursos ainda têm uma comunidade estudantil majoritariamente branca. Já em cursos considerados de menor prestígio social, e com isso, menores notas de corte nos

vestibulares, a comunidade estudantil costuma ser mais diversificada. No entanto, essa “diversidade” ainda precisa ser ampliada. Temos como exemplo o curso de Serviço Social da UFSC, que tem um baixo percentual de estudantes negros. Essa realidade também vai ser refletida no corpo docente, já que ainda em 2020, temos apenas uma professora negra no curso. Para além dos muros da Universidade, a representação negra no exercício profissional em Santa Catarina ainda é muito reduzida. Por isso, uma das demandas do Coletivo é a aproximação com as profissionais negras do Estado com a finalidade de fortalecer uma rede que muito além da representatividade; pauta-se também políticas, formações com a temática racial e também que fosse uma ponte entre a universidade e o mercado de trabalho. Como primeiro passo dessa articulação, realizamos um encontro virtual de caráter organizativo, com duas integrantes do Coletivo e duas assistentes sociais negras que atuam na Política de Assistência na região da Grande Florianópolis. Nessa reunião, colocamos nossas expectativas em relação à aproximação, compartilhamos nossos relatos como estudantes negras dentro da universidade e ouvimos as profissionais falarem sobre suas experiências. Compreendemos que essa aproximação seria fundamental para estudantes e profissionais e que poderíamos por exemplo discutir abertura de campo de estágios. Como resultado desse encontro, criamos um grupo no *Whatsapp*, no qual seriam convidados a participar os/as/es integrantes do Coletivo Magali, como também os profissionais negres. No primeiro momento, apenas 2 integrantes do Coletivo entraram no grupo, já que ainda estávamos em fase de estruturação. Uma das assistentes sociais ficou responsável por convidar os outros profissionais negres a participarem do grupo. Após esse período organizativo, entendemos que seria importante realizarmos um espaço de apresentação e acolhimento, onde pudéssemos nos conhecermos, nos olharmos (ainda que virtualmente), trocar afetos e experiências. No dia 7 de agosto de 2020, às 19:30, realizamos esse encontro pela plataforma *Google Meet*. Mesmo com todas as dificuldades materiais e estruturais, conseguimos um espaço de quase duas horas com assistentes sociais de diferentes áreas de atuação. Para além da importância política desse espaço, composto integralmente por mulheres negras (estudantes e profissionais), destacamos também o impacto e a potência que esse encontro gerou. A possibilidade que nós, enquanto estudantes, tivemos de ouvir outras mulheres negras, que exercem a profissão que estamos nos qualificando para exercer, gerou acima de tudo esperança. Sabemos que existe uma rede de mulheres negras, assistentes sociais em Santa Catarina, que compreendem a importância de enegregrecer a profissão e sabemos que essa articulação, também tem esse objetivo. Como resultado desse encontro, preparamos um material de vídeo que foi amplamente divulgado em nossas redes, socializando com os/as/es estudantes, esse projeto de articulação. Ainda estamos nos estruturando e sabemos o quanto o contexto da pandemia dificulta esses projetos. Mas também entendemos que esse primeiro passo de fortalecimento de vínculo já foi uma iniciativa potente e encorajadora.

A compreensão do estar junto, ainda que fisicamente separados, é um dos dilemas de atuar em coletivo durante a pandemia. Mas ainda assim, tentamos avançar em nossos debates e projetos. Uma das percepções do Coletivo, é que além das lutas realizadas dentro da universidade, temos também que fortalecer as lutas da cidade, das comunidades, onde está majoritariamente o povo negro. Para isso, é fundamental a articulação com outros coletivos e militantes negros. Com esse acúmulo, militantes do nosso Coletivo integram outras organizações, entidades e espaços de luta que também pautam a centralidade da questão étnico racial. As aproximações, além de muito formativas, nos fortalecem enquanto rede, e nos ajudam a compreender as diversas frentes de luta e seus respectivos potenciais organizativos em que os nossos militantes estão inseridos.

Pensando no fortalecimento de outros³³ estudantes negres da Universidade, iniciamos alguns

33 O uso do “es” é uma prática adotada pela linguagem neutra, que tem como objetivo “mostrar a desconstrução de gênero, o rompimento do binarismo nas formas escrita e falada” (LAU, 2017, p. 2).

projetos que dialogavam com outros Coletivos Negros. Para o dia Internacional da Mulher Negra, Latina, Americana e Caribenha, comemorada no dia 25 de julho, nos articulamos com o Coletivo de Mulheres Negras da Universidade Federal de Santa Catarina (Campus Araranguá), Coletivo Muneara, como também com outras frentes de militância negra, a fim de construirmos coletivamente um calendário de atividades para a semana. Ainda em relação a essa data, o Coletivo Negro Magali da Silva Almeida produziu um vídeo em homenagem a Tereza de Benguela, sendo que esse material também teve grande repercussão nas redes sociais. Outra construção Coletiva da qual também participamos da construção foi o grupo de estudos QUARITERÊ (nome em homenagem ao quilombo liderado por Tereza de Benguela). Esse grupo é uma iniciativa do Núcleo de Estudos Negro (NEN), Coletivo Ilera (UFSC Araranguá), Muneara (UFSC Araranguá), Coletivo Ori da psicologia (UFSC campus Trindade) e o Coletivo Magali. Esse grupo de estudo se propôs a estudar coletivamente o livro RACISMO ESTRUTURAL³⁴ do Silvio Almeida. Os encontros do grupo são quinzenalmente, aos sábados. Após reuniões de estruturação, entendemos que como espaço formativo, seria muito importante que os grupos fossem abertos para pessoas negras e não negras, já que o debate da questão étnico-racial é de suma importância para toda sociedade. Como metodologia do grupo, foram adotadas reuniões quinzenais com duas horas de duração. Uma semana antes de cada encontro disponibilizamos uma síntese do capítulo que será estudado, para que aqueles que por algum motivo não puderem ler o capítulo, tenham também um resumo do que será debatido. O interesse pelo grupo de estudo também foi surpreendente para todos da organização, pois assim que lançamos a divulgação, criamos um grupo no *Whatsapp* para os interessados e tivemos mais de 100 pessoas em menos de uma semana. A quantidade de participantes tem oscilado, mas os encontros têm atingido o objetivo de aprofundar a discussão.

Outra atividade extremamente importante realizada pelo Coletivo Magali foram as lives pelo *Instagram*. Um dos principais compromissos do coletivo é fortalecer e fomentar o debate da questão étnico-racial. Por isso, uma das nossas tarefas foi pensar em temas que seriam relevantes para serem discutidos nesse contexto pandêmico, e convidar integrantes do movimento negro para dialogar conosco sobre o assunto. Tratamos temas como: A saúde da população negra no contexto da pandemia, o papel da branquitude na luta antirracista, necropolítica³⁵, os povos indígenas e a pandemia, racismo, genocídio e imobilismo social, espiritualidade, imigração afro diaspórica no Brasil, interseccionalidade e gênero, trabalho doméstico, cultura e negritude e também transformação social e política a partir de mulheres negras. Esses espaços foram muito importantes para o Coletivo, porque toda a organização desses eventos foi realizada pelo Coletivo Magali, por estudantes negros do Serviço Social, alguns das fases mais avançadas, outros das fases iniciais, mostrando assim a característica educativa e formativa da composição desses espaços, onde os próprios integrantes do Coletivo mediarão as discussões.

Para além das atividades formativas, o coletivo Magali também compreende o papel político que temos enquanto Coletivo Negro. Por isso, nos somamos e nos posicionamos nos debates acerca da implementação do Ensino Remoto na Universidade, compusemos GTS que debateram a temática, participamos de assembleias deliberativas, reuniões puxadas pelo diretório acadêmico e conselho universitário. Utilizamos nossas redes sociais para socializar nosso posicionamento totalmente contrário à implementação do ensino remoto em nossa universidade, justamente por saber o impacto que essa modalidade de ensino, que também é um projeto político, teria em nossa formação.

34 ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

35 Necropolítica é um conceito desenvolvido pelo filósofo negro, historiador, teórico político e professor universitário camaronense Achille Mbembe que, em 2003, escreveu um ensaio questionando os limites da soberania quando o Estado escolhe quem deve viver e quem deve morrer.

Também utilizamos nossas redes sociais para apresentação do nosso Coletivo, apresentar nossos objetivos e princípios, contar a nossa história, o porquê termos esse nome, homenagear assistentes sociais negras que admiramos, e também outras militantes negras que abriram caminho para que pudéssemos estar aqui hoje, como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Marielle Franco e tantas outras que não caberiam nas páginas deste artigo. Também consideramos muito importante utilizarmos nossas redes sociais para apoiar as pautas do Conjunto CFESS/CRESS³⁶, por compreendermos a importância da ampla divulgação dessas campanhas, como por exemplo a campanha intitulada “Gravidez infantil é tortura”.

Por fim, também consideramos importante pontuar nesse relato que o Coletivo Negro Magali da Silva Almeida também é um espaço de acolhimento e afeto. O contexto da pandemia nos impôs uma realidade muito complexa, triste, onde tivemos que lidar com a perda repentina de pessoas que amamos, com a precarização ainda mais latente de nossas vidas, já que tantos estudantes se viram numa situação totalmente instável, sem permanência estudantil, alguns sem ter como que arcar com seus aluguéis e demais contas, com várias demandas psicossociais entre muitos outros enfrentamentos. Nesse período, no qual o isolamento social é uma estratégia de contenção do Covid-19, muitos de nossos militantes seguiram trabalhando em prol do sustento de suas vidas. A realidade está longe de ser justa. Tivemos que lidar dia após dia com os reflexos das desigualdades sociais e do racismo estrutural. Mas assim como nossos antepassados fizeram, nós também seguimos resistindo. Entendemos que a universidade é um espaço de luta, e que essa estrutura não foi pensada para população negra, pobre, periférica, LGBTQI+; no entanto, estamos reivindicando esses espaços. Uma das importantes políticas que tem assegurado a entrada de estudantes negros e negras na universidade, é a lei 12.711/2012, que implementa a política de cotas na graduação. Muitos estudantes do nosso Coletivo são frutos dessa política que inclusive está sendo ameaçada por esse governo fascista e conservador. Como resposta a todo esse contexto caótico, que foi ainda mais agravado pela pandemia, nós, Estudantes Negros da Universidade Federal de Santa Catarina, continuamos nos organizando e nos movimentando, como bem apontado no livro organizado pela Jurema Werneck (2012) sobre saúde da população negra, sabemos que “os nossos passos vêm de longe!”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência do Coletivo Magali com a nova dinâmica adotada para prática de ensino aprendizagem trouxe reflexões no que cerne ao uso das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, frente as condições sociais dos estudantes.

Tal prática contribuiu para compreender que, embora nesse momento seja necessário manter o distanciamento social como medida de combate a pandemia causada pelo novo corona vírus e conseqüentemente passar pelo processo de adaptação aos meios tecnológicos, é preciso refletir sobre “o novo normal” e não perder o horizonte que o ensino presencial jamais pode ser substituído pelo ensino remoto.

O atual momento exige compreender que estamos em estado de exceção, embora não declarado oficialmente, onde a democracia está ameaçada e aquilo que é direito ganha espaço para ser suspenso, alterado ou modificado.

36 Conselho Federal de Serviço Social – Conselho Regional de Serviço Social

Além disso, é importante problematizar quem consegue acompanhar essa nova modalidade de ensino e quais serão os estudantes que ficarão fora do novo normal, como esse relato de experiência se propôs demonstrar, por mais que estejamos nos organizando coletivamente para pensar em estratégias de manter o debate étnico racial presente na vida dos estudantes. Ainda que tenha distância, sabemos que muitos estudantes não terão condições materiais e psicossociais de dar continuidade aos estudos por meio dessa estrutura excludente que se apresenta por meio do ensino remoto emergencial na UFSC.

O Coletivo Negro Magali da Silva Almeida segue como um espaço de luta, organização e reivindicação para estudantes negras, negros e negres da Universidade e para quem quiser fortalecer a luta antirracista. Esse relato, para além de compartilhar a nossa experiência no período pandêmico, visa mostrar que mesmo quando a estrutura social e institucional se planeja para nos excluir, nós resistimos!

REFERÊNCIAS

BATISTA, Luiz Eduardo; SILVA, Jurema Werneck da; LOPES, Fernanda. *Saúde da população negra*. Brasília: ABPN, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. *Política de Cotas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio*. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm.

BRASIL. Ministério da Saúde. *O que é Covid?* Brasília, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 20 set 2020.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Código de Ética do Assistente Social*. 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2020.

GOMES, Vânia Thais Silva *et al.* A Pandemia da Covid-19: Repercussões do Ensino Remoto na Formação Médica. *Rev. bras. educ. med.*, Brasília, v. 44, n. 4, e114, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022020000400602&lng=en&nrm=iso Acesso em: 20 set 2020.

MUNANGA, Kabenguele. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global Editora, 2016.

LAU, Diego Héilton. *O uso da linguagem neutra como visibilidade e inclusão para pessoas trans não-binárias na língua portuguesa: a voz “del@s” ou “delxs”? Não! A voz “delus”*. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3112.pdf> Acesso em: 22 set. 2020.

OLIVEIRA, E. PASSAMANI, G. ROSA, M. DUQUE, T. Salve-se quem puder. *Cadernos de Campo*. São Paulo, 1991, v. 29, n. supl, p. 65-74, 22 jun. 2020.

MUNANGA, Kabenguele. Considerações sobre as Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior. In: PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da. *O negro na universidade: o direito a inclusão*. 1ª ed, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007, 160 p. Disponível em:

[http://www.uel.br/neab/pages/arquivos/Livros%20\(atualizacao%20do%20site\)/O%20negro%20na%20universidade%20-%20o%20direito%20a%20inclusao.pdf](http://www.uel.br/neab/pages/arquivos/Livros%20(atualizacao%20do%20site)/O%20negro%20na%20universidade%20-%20o%20direito%20a%20inclusao.pdf). Acesso em: 18 set 2020.

SANTOS, Sales Augusto dos. Ações afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do estado. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. -, n. 16, p. 913-929, set. 2008.

SILVA, Joscimar. Ensino remoto emergencial em contexto de pandemia. *Notícias UFMG*, Minas Gerais. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ensino-remoto-emergencial-em-contexto-de-pandemia> . Acesso em: 20 de set. 2020.

ATENDIMENTO AO IMIGRANTE EM SANTA CATARINA: A experiência de estágio em Serviço Social no Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante (CRAI)

Laura Ricardo Marchese

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Estado, Sociedade Civil e Políticas Públicas da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: laura.marchese@grad.ufsc.br

ATENDIMENTO AO IMIGRANTE EM SANTA CATARINA: A experiência de estágio em Serviço Social no Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante (CRAI)

Resumo: Com o crescimento da imigração com destino ao Brasil, a temática migratória tem se encontrado mais presente no cotidiano profissional do Serviço Social nos últimos anos. Para atender às demandas da população imigrante surgem os Centros de Referência de Atendimento ao Imigrante (CRAI), inaugurado em Florianópolis em 2018. O presente artigo se trata de um relato de experiência sobre o estágio curricular obrigatório em Serviço Social no CRAI, um campo inserido em uma temática ainda pouco explorada pela profissão. Na primeira parte, é tecida um panorama geral dos fluxos migratórios atuais no Brasil e no estado de Santa Catarina, apontando alguns dados e elementos relacionados à legislação migratória. A segunda parte apresenta algumas considerações e reflexões referentes ao processo de estágio, apresentando os desafios vivenciados no campo.

Palavras-chave: Estágio. Migração. Serviço Social. Atendimento ao imigrante

ASISTENCIA A INMIGRANTES EN SANTA CATARINA: Experiencia de pasantía en el Servicio Social del Centro de Referencia de Atención a Inmigrantes (CRAI)

Resumen: Con el crecimiento de la inmigración en Brasil, el tema de la migración se ha hecho más presente en el día a día profesional del Trabajador Social en los últimos años. Con el fin de satisfacer las demandas de la población inmigrante, el Centro de Referencia de Atención al Inmigrante (CRAI) fue inaugurado en Florianópolis en 2018. Este artículo es un informe de la experiencia de las prácticas profesionales obligatorias en Trabajo Social en el CRAI, un campo insertado en un tema aún poco explorado por la profesión. En la primera parte se teje un panorama general de las corrientes migratorias actuales en Brasil y en el estado de Santa Catarina, señalando algunos datos y elementos relacionados con la legislación sobre migración. En la segunda parte se presentan algunas consideraciones y reflexiones sobre el proceso de prácticas profesionales, presentando los retos que se han experimentado en este campo.

Palabras clave: Prácticas Profesionales. Migración. Trabajo social. Atención al Inmigrante

INTRODUÇÃO

Na última década no Brasil, seguindo uma tendência de nível global, tem-se observado um aumento dos fluxos migratórios com a chegada de imigrantes provindos principalmente de outros países da América Latina. Com esse aumento dos fluxos migratórios, para atender às demandas da população migrante surgem no país os Centros de Referência de Atendimento ao Imigrante (CRAI). Em funcionamento desde 2014 em São Paulo, o serviço foi inaugurado na cidade de Florianópolis em fevereiro de 2018. O CRAI era operacionalizado pela Ação Social Arquidiocesana (ASA), em parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Segurança do Trabalho (SST), e posteriormente com a Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), e teve seu funcionamento encerrado em setembro de 2019.

A retomada dos fluxos migratórios para o país, apesar de ser relativamente recente, se constitui como uma temática que tem se mostrado cada vez mais presente no cotidiano profissional do assistente social. Com o aumento da imigração no país nos últimos anos, também cresce o número de imigrantes nos diferentes espaços de atuação profissional, em ambas as esferas pública e privada, que trazem consigo demandas permeadas por especificidades de sua realidade migratória, e conseqüentemente novos desafios para o Serviço Social. Apesar desse maior contato com a temática migratória no cotidiano profissional, o Serviço Social ainda possui lacunas no que se refere às produções teóricas sobre o assunto.

O presente trabalho apresenta um breve relato de estágio em Serviço Social, realizado nos anos de 2018 e 2019 no Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante (CRAI/SC), reunindo apontamentos de análise institucional e diários de campo produzidos durante o processo de estágio. Na primeira parte são apresentados dados e considerações sobre como se configura a migração no Brasil no presente, além de pontuar elementos relacionados à legislação migratória em vigor. Em seguida, apresentam-se reflexões e considerações em relação à experiência de estágio obrigatório e à atuação profissional no atendimento ao migrante em Santa Catarina.

PANORAMA DA MIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

Conforme o Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais, o OBMigra (CAVALCANTI, OLIVEIRA, MACEDO, 2019), o Brasil registrou, entre 2010 a 2018, 777,2 mil imigrantes em território nacional. Entre os imigrantes registrados em 2018, 39% eram venezuelanos — cujo fluxo migratório apresentou um crescimento exponencial a partir de 2016 — e 14,7% eram haitianos.

Com o crescimento da imigração no Brasil e as diversas lacunas do até então vigente Estatuto do Estrangeiro, em 2017 foi aprovada a Lei nº13.445, que institui a atual Lei de Migração. Ao contrário da antiga legislação, a nova lei trouxe, em primeiro lugar, uma definição para diferentes status migratórios, com as definições de imigrante, emigrante, visitante, apátrida, e residente fronteiriço:

Artigo 1º Esta Lei dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante.

§ 1º Para os fins desta Lei, considera-se:

I. (VETADO);

II. imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil;

III. emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior;

IV. residente fronteiriço: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho;

V. visitante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional;

VI. apátrida: pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro (BRASIL, 2017, s/p).

A definição de imigrante, assim como as de emigrante, residente fronteiriço, visitante e apátrida, não existia no Estatuto do Estrangeiro. Dessa forma, todos os sujeitos que não eram nascidos ou naturalizados no Brasil eram definidos unicamente como “estrangeiros”. A utilização do termo na antiga legislação para englobar todos os sujeitos nascidos fora do Brasil é problemática por, ao menos, dois motivos: em primeiro lugar, a etimologia da palavra remete ao termo “*estranger*” (estranho), o que coloca a ideia do sujeito que migra em uma posição de não pertencimento à sociedade de destino. Em segundo lugar, ao englobar todos os sujeitos que não são nascidos ou naturalizados no país em uma única categoria, o Estatuto do Estrangeiro também não levava em conta as diferentes especificidades que cada realidade migratória carrega em si.

O Estatuto do Estrangeiro, ao entrar em vigor em 1980, remonta ao o período de ditadura militar no Brasil. Assim, sob influência do contexto histórico na qual foi criada, a antiga legislação trazia em si um caráter autoritário e uma predominância da ideologia baseada na “segurança nacional”, o que impunha diversas restrições aos sujeitos enquadrados na categoria de “estrangeiros”.

Essas restrições persistiram mesmo depois da redemocratização do país, especialmente nos casos nos quais os migrantes permanecem de forma irregular no país e não possuem documentos. Essas restrições colocadas aos migrantes não documentados por vezes entravam em discordância com a própria Constituição Federal de 1988 ao não permitir, por exemplo, o seu acesso a serviços públicos básicos, mesmo quando são definidos como universais:

Sabe-se que, no Brasil, crianças e adolescentes estrangeiros ou filhos de estrangeiros em situação ilegal nem sempre conseguem lugar em escolas públicas. No Fórum Social das Migrações, realizado em Porto Alegre, em janeiro de 2005, discutia-se o acesso desses migrantes às políticas universalistas – saúde e educação – constatando-se que o Sistema Único de Saúde – SUS é o único programa que, por sua regulamentação universalista, possui o respaldo de atendimento a todos, indistintamente (PATARRA, 2005, p. 31).

Assim, nova legislação trouxe outros avanços como a não criminalização do migrante em situação irregular e o livre acesso, nas mesmas condições dos cidadãos brasileiros, à serviços e políticas públicas, entre elas a Política de Assistência Social.

Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:

[...]

III - não criminalização da migração;

[...]

XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social;

[...]

VIII - acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;

IX - amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos (BRASIL, 2017, s/p)

O estado de Santa Catarina, entre janeiro e junho de 2019, foi um dos que mais admitiu imigrantes no mercado de trabalho formal, com a contratação de mais de 8 mil imigrantes (CAVALCANTI, OLIVEIRA, MACEDO, 2019). Além disso, o estado catarinense é o quarto estado que mais recebe imigrantes e refugiados no Brasil, com pelo menos 5,7 mil imigrantes cadastrados no CadÚnico (PARAIZO, 2019).

Em setembro de 2020 foi aprovado o Projeto de Lei 464/2019, do deputado Fabiano da Luz (PT), que institui a Política Estadual para a População Migrante. Ainda sem a sanção por parte do governo do estado, a política objetiva a

[...] garantia ao migrante do acesso a direitos fundamentais, sociais e aos serviços públicos; o impedimento a violação de direitos; e o incentivo à participação social e ao desenvolvimento de ações coordenadas com a sociedade civil visando à inclusão do migrante (ESPINOZA, 2020, s/p).

No mesmo ano, Florianópolis foi a segunda cidade³⁷ no país a aprovar uma política pública municipal para imigrantes com aprovação e sanção do PL 17696/2018, que dispõe sobre a Política Municipal para a População Migrante. Apresentado à Câmara Municipal de Florianópolis em 2018, o Projeto de Lei foi aprovado e sancionado em 2020, dando origem à Lei nº 10.735/2020.

Apesar destas duas aprovações em Santa Catarina representarem avanços, o atendimento especializado ainda é feito, na maior parte, por instituições da sociedade civil geralmente através de projetos vinculados às entidades religiosas. Essa predominância reflete uma tendência de ausência do Estado nesta temática. Aqui, faz-se necessário pontuar, inclusive, que essa ausência não é exclusiva no estado: conforme levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 5% dos municípios que recebem imigrantes contam com um serviço especializado para o atendimento desta população (SILVEIRA, 2019).

Ainda assim, apesar de necessárias, as políticas públicas por si só acabam não sendo o suficiente para garantir que o Estado assuma seu papel na concretização dos direitos da população migrante e refugiada.

Assim, até mesmo nos estados que tem um plano de políticas públicas mais estruturado tem tido sua concretização demasiadamente lenta ou de baixa efetividade para fomentar a empregabilidade dos refugiados ou seu acesso a assistência jurídica e aos tribunais trabalhistas. Em virtude dessa demora e, em alguns casos, ausência da atuação do Estado, algumas associações têm cumprido de forma muito mais rápida e eficaz, através de um diálogo e atuação mais direta com os refugiados e empregadores, o papel do Estado (BOAS, SANTOS, 2017, p. 224).

Apesar de preencher lacunas deixadas pelo Estado, a importância da sociedade civil se dá também na cobrança do poder público para a formulação de políticas públicas e na instituição de serviços para o atendimento especializada à imigrantes e refugiados. Em Florianópolis, um dos resultados das lutas por parte da sociedade civil foi a abertura do Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante (CRAI) para Santa Catarina.

O ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NO CRAI/SC

Inaugurado em fevereiro de 2018, o CRAI era localizado na região central de Florianópolis e promovia o atendimento e orientação gratuita à imigrantes e refugiados de Santa Catarina, além de ser uma referência para outros serviços da rede socioassistencial do estado.

37 Até 2020 a única cidade no país que possuía uma política pública municipal para imigrantes era a cidade de São Paulo, que instituiu a Política Pública para a População Imigrante com a sanção da Lei nº 16.478 em julho de 2016. Além de dispor sobre os princípios, diretrizes e ações prioritárias, a lei também dispõe sobre o Conselho Municipal de Imigrantes do município de São Paulo.

O atendimento ao migrante no CRAI era realizado em três principais áreas: Integração (preenchimento de currículos e busca por vagas e parcerias com o setor privado), Proteção (documentação e contato com embaixadas), Psicologia e Serviço Social. No total, a equipe contratada era composta por seis funcionários, um coordenador, quatro estagiários dos cursos de Serviço Social e de Psicologia, além de integrantes do grupo de pesquisa e extensão Eirenè³⁸.

Entre as demandas mais frequentes que eram atendidas pelo Serviço Social na instituição se destacavam situação de rua, inscrições em creches e orientações sobre benefícios e direitos sociais. No campo de estágio eram realizadas atividades variadas como o atendimento direto ao migrante, a elaboração de materiais informativos e a tradução para o inglês, além da participação em reuniões de equipe na divulgação e organização de eventos.

Além das atividades realizadas dentro da própria instituição, o CRAI também trabalhava em conjunto com outros serviços da rede socioassistencial, acompanhando, por exemplo, o atendimento a migrantes em outras instituições (como Centros de Referência de Assistência Social, escolas e hospitais) e realizava o atendimento em outros espaços, como a Pastoral do Migrante.

A partir da inserção no campo de estágio da instituição, inicialmente foi percebida uma certa dificuldade no que se refere à apropriação do tema dentro do Serviço Social, tanto no âmbito acadêmico quanto no cotidiano profissional. Ao buscar referências teóricas sobre a migração contemporânea no Brasil, por exemplo, na maior parte das vezes era necessário recorrer a outras áreas do conhecimento, como o Direito e as Relações Internacionais, devido a pouca quantidade de materiais teóricos sobre a temática na literatura do Serviço Social. Além disso, no cotidiano do estágio também foram percebidas essas dificuldades de apropriação por parte de profissionais de outras instituições, que procuravam o CRAI em busca de auxílio para atendimento de usuários imigrantes. Essas lacunas se dão, em parte, pelo caráter recente tanto da retomada dos fluxos migratórios para o país quanto da instituição da nova Lei de Migração, e representam um desafio que é necessário ser superado por parte da categoria profissional.

Inicialmente foram observados também alguns problemas de estrutura física do espaço, cedido pelo governo do estado de Santa Catarina. Entre os problemas se observou inicialmente a falta de um espaço com isolamento acústico e visual, o que fere o art.2º da Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão, no que se refere à “inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional” (CFESS, 1993), mas que foi corrigido posteriormente.

Assim, nos primeiros meses de estágio a própria dinâmica de atendimento no espaço se constituiu como desafios a serem enfrentados por conta da falta de um espaço que garantisse o sigilo profissional durante o atendimento. Além disso, durante os atendimentos, os quais geralmente exigiam uma articulação com a rede, também era comum perceber o desconhecimento da existência do serviço por parte dos profissionais em outros equipamentos e por parte dos próprios imigrantes e refugiados que eram atendidos fora do CRAI.

38 O Eirenè - Centro de Pesquisas e Práticas Pós-coloniais e Decoloniais aplicadas às Relações Internacionais e ao Direito Internacional, vinculado aos cursos de Direito e de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), promove atividades de pesquisa e extensão. Entre os projetos, têm-se a Cátedra Sérgio Vieira de Mello de Apoio aos Imigrantes e Refugiados (CSVM), que prestava apoio no atendimento ao migrante no CRAI, em especial no atendimento direto e na assessoria ao serviço.

Esses desafios foram sendo enfrentados, e parcialmente superados, através das atividades de envolvimento do CRAI com outras instituições e sua presença em outros espaços: eventos (como o Jornada SUAS em 2018 e o projeto de capacitação Atuação em rede, promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União), participação em grupos de discussão da temática (como o Grupo de Trabalho em Imigração – GTI e o Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados em Florianópolis – GAIRF), e outras instituições (como no apoio ao atendimento a hospitais, escolas e na Pastoral do Migrante).

Além da presença do CRAI e sua articulação com outros serviços da rede, a interdisciplinaridade da equipe se constituía como um ponto forte do trabalho realizado pelo serviço. Essa interdisciplinaridade no trabalho era realizada especialmente com a área de Psicologia, com a qual frequentemente eram realizados atendimentos em conjunto.

No que diz respeito aos usuários, as principais nacionalidades atendidas eram de haitianos e venezuelanos. As demandas mais frequentes no CRAI eram relativas à questão de trabalho, as quais eram atendidas pela área de Integração, e a regulamentação da situação migratória, atendidas pela área de Proteção. As principais demandas para o Serviço Social no CRAI também eram relativas à inserção em programas sociais e acesso à direitos básicos como saúde e educação.

Apesar do trabalho por parte do setor de Integração envolver a consultoria para empresas e esclarecer questões relativas à inserção de imigrantes e refugiados no mercado de trabalho formal, eram frequentes relatos de ocorrências como xenofobia e exploração do trabalhador migrante no ambiente profissional. Esses acontecimentos refletem a maior vulnerabilidade do trabalhador quando em situação de migração:

[...] a garantia dos direitos prometidos pela OIT não resistem às determinações do desenvolvimento capitalista. A desigualdade entre autóctones e estrangeiros é palpável. Dentre outros indicativos da suposta inferioridade dos estrangeiros, verificam-se: sobre-qualificação em determinadas atividades, remuneração inferior, discriminação por nacionalidade e condição laboral precária (TAVARES, 2014, p. 07).

Outra questão observada no cotidiano de atendimento no CRAI diz respeito à documentação dos imigrantes. Um problema frequente é a falta de vagas para atendimento na Polícia Federal, que faz parte do processo para emissão de documentos como a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) e a carteira de trabalho, além da instabilidade do sistema de informação utilizado para marcar os atendimentos, o SISMigra. Problemáticas como essas não só representam uma não efetivação de direitos garantidos pela legislação migratória por parte do próprio poder público, mas também deixam o migrante numa situação de maior vulnerabilidade. Essa situação de vulnerabilidade ocasiona diversas consequências na vida do migrante, como a precarização das suas condições de trabalho, já que este é submetido à informalidade sem a regulamentação documental, podendo chegar à situação de trabalho escravo nas possibilidades mais extremas.

Além disso, outro desafio que se observava com frequência diz respeito ao desconhecimento em relação aos direitos garantidos pela Lei de Migração por parte dos trabalhadores da rede de serviços públicos, inclusive por parte dos trabalhadores dos CRAS. Por isso, o serviço do CRAI não era essencial somente para a população migrante, mas também para a rede socioassistencial, já que também eram realizados atendimentos em conjunto, consultorias e orientações para profissionais de serviços de Florianópolis e de outras cidades do estado.

As condições de funcionamento do CRAI também se constituíram em outro fator que interferiu na dinâmica de trabalho, e conseqüentemente no processo de estágio. O CRAI não era um serviço garantido por uma política pública e era mantido através de um convênio entre o governo estadual de Santa Catarina e a Ação Social Arquidiocesana (ASA). O contrato do serviço foi assinado inicialmente em 2016, o qual previa a sua execução por dois anos. Contudo, o serviço acabou sendo inaugurado somente em fevereiro de 2018 e mesmo assim o período de dois anos foi contado a partir do momento da assinatura do contrato de convênio, e não da abertura do serviço.

Esse impasse ocasionou na interrupção, ocorrida sem aviso prévio, do serviço em outubro de 2018. O fato ocorreu sob alegação do encerramento do contrato, mesmo que o serviço tivesse aproximadamente seis meses de funcionamento na época e fez com que o CRAI permanecesse fechado por aproximadamente dois dias. Assim foi firmado um termo aditivo como uma forma de “compensação” do tempo de atraso da abertura do serviço, o que estendeu por mais um ano o tempo de sua execução. Esse termo aditivo encerrou-se em setembro de 2019, o que ocasionou no encerramento das atividades do CRAI.

A questão de instabilidade do funcionamento do CRAI, além de afetar o trabalho da equipe profissional, impactou também no processo de estágio, que no Serviço Social possui o objetivo de

[...] oportunizar ao aluno o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teóricos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de habilidades necessárias ao exercício profissional, bem como o reconhecimento da articulação da prática do Serviço Social e o contexto político-econômico-cultural das relações sociais (OLIVEIRA, 2004, p. 10).

No processo de estágio, a formulação e execução de um projeto de intervenção consiste em um dos momentos nos quais mais se desenvolve estes elementos. Em especial, é aprimorada a capacidade técnico-operativa e sua articulação ao contexto na qual se insere as relações sociais, à medida que desafia o estagiário a intervir na realidade institucional de forma mais direta. O projeto de intervenção, no contexto de incerteza no qual se inseriu o campo de estágio, foi um processo que desafiou não só a capacidade de intervir na realidade, mas também de planejar, a medida que a própria condição de incerteza sobre a continuidade do serviço se colocou como um fator limitante às possibilidades de intervenção.

Dessa forma, o contexto da própria instituição não permitia que fosse planejada uma intervenção que ocorresse dentro do campo de estágio. Afinal, havia a possibilidade do campo fechar antes mesmo que o projeto de intervenção, que foi formulado durante o primeiro semestre de 2019, pudesse ser aplicado alguns meses depois do mesmo ano. Assim, optou-se pela realização da oficina “Contratação de imigrantes – O que é preciso saber?”, realizada em setembro de 2019, alguns dias antes da data de encerramento do CRAI.

A escolha em realizar uma oficina possibilitou a construção um projeto de intervenção que pudesse ser aplicado em outros campos de estágio, mesmo que fosse caso de ser necessária a mudança para um campo em outra área temática, e que tivesse um impacto para além da instituição. Dessa forma, a oficina objetivou trabalhar com a comunidade externa sobre a inserção de imigrantes e refugiados no mercado de trabalho formal, que era uma das demandas mais frequentes no CRAI.

Um dos obstáculos para essa inserção é justamente o desconhecimento por parte de empregadores e trabalhadores do setor de Recursos Humanos sobre a contratação de migrantes. Conforme Carvalho (2018), 91,2% dos profissionais de RH declaram desconhecer os procedimentos

de contratação de refugiados e apenas 13,6% deles sabem que a contratação de refugiados e brasileiros tem a mesma complexidade. Além disso, 47,8% dos profissionais entrevistados creem que seus colegas evitam contratar refugiados e imigrantes por temer auditorias do Ministério do Trabalho. Assim a oficina foi desenvolvida para contribuir na eliminação dessas barreiras, impostas pelo desconhecimento e esclarecer questões sobre a contratação de migrantes no mercado de trabalho formal, além de desconstruir a imagem do sujeito imigrante reduzido a “mão de obra barata”.

A realização da oficina ocorreu em parceria com a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), que cedeu o auditório da Biblioteca Pública de Santa Catarina para a realização do evento, e com o apoio da Defensoria Pública da União (DPU), que contribuiu com a apresentação referente à legislação migratória atual. Além disso, a oficina contou também com a presença do mediador cultural da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Florianópolis, que é um imigrante haitiano, para realizar uma fala sobre interculturalidade e aspectos subjetivos do processo de migração.

Apesar da execução do projeto ter sido iniciada com uma certa antecedência, antes mesmo do início do semestre de sua realização, a organização e realização do evento apresentou diversos imprevistos. Entre os contratemplos, ocorreram abandono do projeto por parte de parcerias que haviam sido firmadas anteriormente, sem aviso nem justificativa; problemas com a reserva do espaço poucos dias antes da data do evento; problemas técnicos e a presença de um público diferente do que se objetivava atingir³⁹. Contudo, apesar dos diversos impasses, os participantes da oficina realizaram uma boa avaliação da oficina, e, em geral, mostraram interesse em participar de outros encontros sobre a temática.

Dessa forma, o estágio obrigatório em Serviço Social no CRAI proporcionou a obtenção de aprendizados que vão além do campo do Serviço Social, e certamente não seriam obtidos dentro dos limites da universidade. O projeto de intervenção, tendo em vista as condições na quais ele foi formulado e executado, contribuiu no desenvolvimento das habilidades técnicas, políticas e teóricas, desafiando para a tomada de decisões estratégicas e criativas. A articulação com outras áreas do conhecimento, instituições e profissões também se caracteriza como um elemento importante da formulação e execução do projeto de intervenção e de todo processo de estágio no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de estágio no Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante foi repleto de desafios, especialmente por se inserir em uma temática que ainda é pouco explorada pelo Serviço Social e por se tratar de um campo que, além de ser novo, não teve sua continuidade assegurada. Porém, a realização do processo de estágio no CRAI também proporcionou diversos aprendizados e amadurecimentos, especialmente por conta da interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento como a Psicologia, o Direito e as Relações Internacionais, e propiciou um desenvolvimento de aprendizagem que possibilitou o amadurecimento da capacidade de elaborar

39 Inicialmente o objetivo foi alcançar empregadores e profissionais de RH, através de convites enviados para o departamento de Recursos Humanos de empresas de diversos setores. Contudo, o público que esteve presente na oficina foi majoritariamente composta por imigrantes, estudantes e pessoas interessadas pela temática de migração. Como as inscrições foram realizadas anteriormente, essa diferença de público não chegou a ser uma surpresa percebida somente na realização do evento.

intervenções e soluções criativas e qualificadas, cada vez mais exigidas aos profissionais do Serviço Social.

Ademais, coloca-se a necessidade de reforçar a cobrança do Estado para que cumpra seu papel na garantia de direitos assegurados na Lei de Migração e garanta o atendimento especializado à população migrante. Nessa cobrança, tem destaque o papel da sociedade civil nas lutas por melhores condições de atendimento e de integração dessa população na sociedade brasileira, tendo em vista o engajamento da sociedade civil que resultou, por exemplo, na abertura do CRAI e na formulação de políticas públicas no estado de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

BOAS, Marina Silva Vilas. SANTOS, Rafael de Miranda. Novos Fluxos Migratórios no Brasil: análise da situação dos trabalhadores refugiados na região sul do Brasil e suas políticas públicas. In: ANNONI, Danielle (comp.). *Direito internacional dos refugiados e o Brasil*. Curitiba: Gedai/UFPR, 2018. p. 212-228.

Disponível em:

https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/57127874/DIREITO_INTERNACIONAL_DOS_REFUGIADOS_E_O.pdf. Acesso em: 07 maio 2019.

BRASIL. *Institui A Lei de Migração*. Brasília, Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em: 22 nov. 2019.

CARVALHO, Leandro de (Comp.). *Caminhos para o refúgio: inserção produtiva e social de refugiados no Brasil*. 2018. Disponível em: <https://migramundo.com/wp-content/uploads/2018/06/CAMINHO-PARA-O-REF%C3%9AGIO.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2019.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; MACEDO, Marília de (org.). *Imigração e refúgio no Brasil. Relatório anual 2019*. Observatório das Migrações Internacionais. Brasília: Obmigra, 2019.

Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/>. Acesso em: 28 set. 2020

CFESS. Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993. *Regulamentação da Profissão*. Brasília. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf. Acesso em: 22 nov. 2019.

ESPINOZA, Marcelo. *Plenário aprova políticas públicas para apenados, egressos e migrantes*. 2020. Agência AL. Disponível em: http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/plenario-aprova-politicas-publicas-para-apanados-egressos-e-migrantes. Acesso em: 29 set. 2020.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, nº 80, Nov. 2004.

PARAIZO, Lucas. *SC tem mais de 5,7 mil imigrantes cadastrados em sistema do governo; maioria é do Haiti*. NSC, 2019. Total. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/sc-tem-mais-de-57-mil-imigrantes-cadastrados-em-sistema-do-gove>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 23-33, Set. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 5 de maio de 2020.

SILVEIRA, Daniel. *Apenas 5% dos municípios com presença de imigrantes e refugiados no Brasil oferecem serviços de apoio*. G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/09/25/apenas-5percent-dos-municipios-com-presenca-de-imig>. Acesso em: 05 out. 2019.

TAVARES, Maria Augusta. *Imigração: expressão universal da questão social*. Natal: ENPESS/ABEPSS, 2014. p. 1-14.